

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

LUCIANA XAVIER BASTOS LACERDA

EMPUNHANDO A BANDEIRA COLORIDA: MEMÓRIAS DO MOVIMENTO LGBT
EM VITÓRIA DA CONQUISTA (2001-2016)

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
MARÇO DE 2021

LUCIANA XAVIER BASTOS LACERDA

**EMPUNHANDO A BANDEIRA COLORIDA: MEMÓRIAS DO MOVIMENTO
LGBT EM VITÓRIA DA CONQUISTA (2001-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinariedade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

MARÇO DE 2021

L138e

Lacerda, Luciana Xavier Bastos.

Empunhando a bandeira colorida: memória do movimento LGBT em Vitória da Conquista (2001-2016). / Luciana Xavier Bastos Lacerda – Vitória da Conquista, 2021. 130f.

Orientador: Cláudio Eduardo Felix dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referência F. 113-124.

1. Movimento LGBT. 2. Lutas sociais. 3. Memória. I. Santos, Cláudio Eduardo Félix dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 303.484

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Holding the colored flag: memory of the LGBT movement in Vitória da Conquista (2001-2016).

Palavras-chave em inglês: LGBT Movement; Memory; Social struggles.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (presidente), Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (titular), Prof. Dr. Djalma Thürler (titular).

Data da Defesa: 05 de abril de 2021.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUCIANA XAVIER BASTOS LACERDA

**EMPUNHANDO A BANDEIRA COLORIDA: MEMÓRIAS DO MOVIMENTO
LGBT EM VITÓRIA DA CONQUISTA (2001-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 05 de abril de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos
(Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Djalma Thürler
Instituição: UFBA

Ass.: 

Dedico a “todes” Lésbicas, Gays, Bissexuais,
Transexuais, Travestis, Queers, Intersexuais,
Assexuais, Pansexuais + de Vitória da
Conquista/Bahia e região.

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade e ao corpo docente. A admissão neste curso de Mestrado foi uma honra inefável, aprendi muito e quero continuar aprendendo mais sobre Memória. Agradeço a Professora Doutora Edvania Gomes da Silva pela sua potência em coordenar o curso com tanto zelo, comprometimento e responsabilidade. Agradeço a admirável Professora Doutora Livia Diana Rocha Magalhães, inspiração de mulher e educadora, e a Professora Doutora Luci Mara Bertoni pelo pronto atendimento as nossas demandas.

Agradeço com todo carinho ao meu Orientador, o Professor Doutor Cláudio Eduardo Félix dos Santos. A generosidade do Professor Cláudio é grandiosa, guiou-me com maestria rumo à reflexão crítica da minha *práxis* como pesquisadora, enfrentou os desafios deste projeto ao meu lado, com força e encorajamento, não poupou esforços no processo de produção de conhecimento, sempre responsável e altruísta com seus pupilos, conquistou desta aluna uma admiração profunda e eterna.

Agradeço aos estimados professores Djalma Thürler e João Diógenes que contribuíram com a avaliação desta pesquisa. A eles meu carinho, respeito e profunda admiração.

Gratidão à Universidade do Estado da Bahia e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela oportunidade em proporcionar a realização da pesquisa.

Agradeço ainda ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) pelo apoio.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas da turma de 2019! Pessoas de espírito iluminado capazes de superar obstáculos com humor, alegria e ternura. A essência das nossas relações nunca foi de competição, mas de companheirismo, com disposição a ajuda, a contribuição e a soma de forças. Nessa jornada construí amizades que preencheram meu coração de paz, destaco com apreço o “grupinho”: Belúzia, Cristina, Elis, Thayse e Fernanda, as guardarei para sempre comigo e agradeço a amizade que dedicam a mim.

Aos meus colegas “amades” da turma de Especialização *Lato Sensu* em Gênero, Sexualidade e Educação (UFBA), “amigos” “maravilhosos”, sempre disponíveis na indicação de livros, na discussão e debate nos animando frente às dificuldades.

As pessoas LGBTQIA+ do meu ínterim: familiares, amigos e ex-alunos, agradeço o amor, os ensinamentos e as lições de vida. Ao escrever essas linhas, recordo dos momentos de angústia compartilhados. Presenciei vocês transformarem a dor e o choro em renascimento e luta por igualdade, liberdade e amor. Aprendi com vocês que todos nós temos o direito de “ser

e existir” em paz. Minha gratidão pela inspiração! Minha gratidão pelo aprendizado! Minha gratidão pelo amor!

Não teria chegado até aqui sem a presença do meu companheiro e amor — Marcos Prado Lacerda. Meu esposo vibrou com o êxito de cada etapa vencida, incentivou-me quando os obstáculos pareciam invencíveis, escutou minhas angústias e lutou ao meu lado na resolução dos problemas implicados na trajetória. Ofereceu apoio, amor, parceria, amizade e companheirismo. Dedicou seu tempo aos meus projetos e me ajudou a transformar as dificuldades em experiências. Obrigada pelos cafés fortes e lanchinhos deliciosos! Obrigada pela paciência e por compreender minhas ausências. Te amo!

Ademais, agradeço aos meus amorosos genitores Tereza Xavier Bastos e Luciano Carvalho Bastos, a minha irmã Julyana Xavier Bastos Rocha, aos cunhados Osmar Rocha, Osmenval Pereira e Maria da Ajuda Lacerda, pelo apoio, torcida e ânimo. Agradeço, aos tios e tias; primos e primas que mediante minhas experiências acadêmicas vivem a felicidade de presenciar a chegada e permanência dos herdeiros da classe trabalhadora ao universo do conhecimento e pesquisa. Especialmente aos tios Claudeci Xavier e Francisco Bastos *in memoriam*, que nos deixaram em 2020, inundando-nos de saudade.

Concluo essa etapa venturosa com a alma diferente, satisfeita e agradecida! O Universo proporcionou o enriquecimento do meu espírito por meio do conhecimento ao providenciar os encontros necessários para minha evolução enquanto gênero humano. Gratidão ao Universo!

Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever, por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.

Paulo Freire, 1996.

RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo analisar a organização do movimento LGBT em Vitória da Conquista, seu processo de emergência, embates e articulação no âmbito da sociedade civil e com o Estado. O estudo possui uma abordagem qualitativa e o seu recorte temporal está compreendido entre o período de 2001 a 2016. Por meio dos depoimentos dos sujeitos/as de pesquisa, buscamos a evocação das memórias dessas pessoas como objeto e a principal fonte de nossa investigação. As informações de amostragem dos/as pesquisados/as fora realizada pela técnica *snowball* (bola de neve), sem caráter probabilístico, os sujeitos identificados como “chaves” indicaram outras pessoas da sua rede de amigos ou conhecidos para a participação. As coletas de dados por entrevistas com roteiro semiestruturado propiciaram a recuperação da memória e do contexto das lutas no processo de emergência do movimento LGBT. Concluimos que o reconhecimento do papel da sociabilidade LGBT e sua penetração gradativa em outros espaços, antes restritos à expressão cis-heteropatriarcal de existência, contribuíram para a paulatina formação de coletivos e grupos propiciando progressivamente a inserção do movimento no domínio político e na luta pela cidadania e por direitos civis.

Palavras-chave: Lutas sociais; Memória; Movimento LGBT.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the organization of the LGBT movement in Vitória da Conquista, its emergency process, clashes and articulation within the scope of civil society and with the State. The study has a qualitative approach and its time frame is from 2001 to 2016. Through the testimonies of the research subjects, we seek to evoke the memories of these people as an object and the main source of our investigation. The sampling information of those surveyed was carried out using the “snowball” technique (snowball), without a probabilistic character, the subjects identified as “keys” indicated other people from their network of friends or acquaintances to participate. Data collection through interviews with a semi-structured script enabled the recovery of memory and the context of struggles in the process of emergence of the LGBT movement. We conclude that the recognition of the role of LGBT sociability and its gradual penetration into other spaces, previously restricted to the cis-heteropatriarchal expression of existence, contributed to the gradual formation of collectives and groups, progressively promoting the insertion of the movement in the political domain and in the struggle for citizenship and civil rights.

Keywords: LGBT Movement; Memory; Social struggles.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Linha do tempo: do movimento homossexual ao LGBT.....	65
Figura 2: Camiseta com logotipo do grupo Acrópole	73
Figura 3: Cartaz da I parada do orgulho LGBT de Vitória da Conquista	87
Figura 4: III Parada do orgulho LGBT em Vitória da Conquista.....	89
Figura 5: Cartaz IV Parada do orgulho LGBT de Vitória da Conquista	89
Figura 6: V Parada do orgulho LGBT de Vitória da Conquista.....	90
Figura 7: Trio da VI Parada do orgulho LGBT em Vitória da Conquista.....	91
Figura 8: VII Parada do orgulho LGBT de Vitória da Conquista	92

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1: Caracterização dos/as pesquisados/as.....	26
Tabela 2: Avanços na agenda LGBT de Vitória da Conquista	106

LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional Número Cinco
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CPCD-LGBT	Coordenação de Promoção da Cidadania de Direitos LGBT
FFPVC	Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista
GALF	Grupo de Ação Lésbico-feminino
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTQTIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, Queers, Intersexos, Asssexuais e todas as diversas possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero.
NUD	Núcleo de Direitos Humanos de Prevenção e Combate a Homofobia
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido Municipalista Nacional
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SJCDH	Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 O PERCURSO DA PESQUISA	19
2 REFLEXÕES TEÓRICAS E DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS.....	28
2.1 A HOMOSSEXUALIDADE E SUA EXPRESSÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE DOMINAÇÃO E OPRESSÃO NO BRASIL.....	28
2.2 DO “ARMÁRIO” AO GUETO, DO GUETO ÀS RUAS.....	34
3 EMPUNHANDO A BANDEIRA COLORIDA.....	42
3.1 A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL	42
3.2 O PROCESSO HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS DO MOVIMENTO LGBT	46
3.2.1 A PRIMEIRA “ONDA”: O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL (1970 A 1980).....	46
3.2.2 A SEGUNDA “ONDA” (1980 – 1990)	54
3.2.3 A TERCEIRA ONDA (1990 AOS DIAS ATUAIS)	60
4 ESCOVANDO A HISTÓRIA A CONTRAPELO: O MOVIMENTO LGBT EM VITÓRIA DA CONQUISTA.....	67
4.1 A CONQUISTA LGBT.....	67
4.2 O ESPAÇO POLÍTICO FORMAL DO MOVIMENTO LGBT EM VITÓRIA DA CONQUISTA: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS COLETIVOS E ATIVIDADES	82
4.3 A IMPLEMENTAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE PROMOÇÃO DE DIREITOS LGBTs.....	93
5 CONCLUSÃO.....	108
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	127
APÊNDICE B - TABELA DOS ENTREVISTADOS.....	128
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	128

1 INTRODUÇÃO

A luta do Movimento LGBT¹ (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) na busca pelo reconhecimento dos direitos civis e contra a violência nos envolve e comove. A reprodução dos discursos hegemônicos heteronormativos e compulsórios oprimiram historicamente as pessoas com “sexualidades dissidentes”, desmotivando-as da convivência social institucionalizada, em razão do constrangimento ou medo, uma vez que, os espaços e serviços pareciam não pertencer aos “estranhos”, aos “diferentes”, aos “desconformes da heteronormatividade² de gênero e de sexualidade. Isso envolve a sociedade brasileira em um ciclo histórico de negação dos direitos civis das pessoas LGBT e de reprodução de violências.

A inserção da luta do movimento LGBT na agenda governamental no período (2003-2016), período de um governo que se reivindicava democrático e popular, contribuiu para que os corpos, as identidades e as sexualidades compreendidas como abjetas³ ensaiassem a elaboração e a aplicação de políticas públicas e direitos de cidadania. Estudar e registrar a análise deste fenômeno alicerçada na experiência específica, histórica e cultural da memória é socialmente relevante para a visibilidade da luta desses sujeitos.

O liame com o objeto de pesquisa, concretiza-se na angústia produzida pelo nosso testemunho sobre a dor e o sofrimento de pessoas LGBT do íterim familiar, amigadas e ex-alunos, vítimas da opressão, da repressão e da discriminação. Destarte, nosso trabalho é embasado e parte do “lugar de fala” de uma mulher cisgênero, posicionada como feminista, ativista e defensora da causa LGBT, com o propósito de contribuir na congregação de forças a favor da luta contra a LGBTfobia e colaborar com a visibilidade e o fortalecimento do movimento LGBT.

O intuito de participar dos enfrentamentos contra a LGBTfobia nos direcionou na conquista por conhecimentos sobre Gênero e Sexualidade, por meio da pós-graduação *lato*

¹ O sistema de siglas adotado pelo movimento mais completo na contemporaneidade é LGBTTQIA+: Lésbica, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais. Contudo, em nosso trabalho, utilizaremos o sistema de siglas LGBT, por estar em mais evidência no Brasil.

² Heteronormatividade (do grego *hetero*, "diferente", e norma, "esquadro" em latim) é um termo utilizado para tratar de situações cuja orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.

³ Corpos abjetos, bem como identidades e sexualidades abjetas, em nossa perspectiva, são aqueles não aceitos pela normatividade sociocultural em uma determinada época ou sociedade. De acordo com o pensamento de Louro (2004, p. 76), “ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indicados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências das normas, valores e ideias da cultura. Então, os corpos são o que são na cultura”.

sensu em Gênero e Sexualidade na Educação, ofertada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). As consequências nefastas das práticas heterossexistas⁴ no meio social despertou a necessidade de auxiliar no registro para as gerações da posteridade que o direito de “ser e existir” é inviolável, pois “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever, por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar” (FREIRE, 2018, p. 59).

A organização do Movimento Social LGBT tem suas origens na década de 1970. Como demonstraremos no corpo desta dissertação, a trajetória histórica do movimento, segundo Facchini (2005), vem se desenvolvendo por meio de quatro momentos articulados e contextualizados em acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais. Nos valeremos da nomenclatura “ondas”, assim como o faz Facchini (2005), para caracterizar cada período histórico do processo de construção das lutas LGBT. Assim, temos a primeira onda (1970), a qual teve como cenário a ditadura civil-militar no Brasil e como destaque o seu espírito antiautoritário, comunitarista e de contracultura no movimento. A segunda onda (1980), período da redemocratização, voltou-se para o enfrentamento da Aids e buscou articular o movimento como o Estado. Na terceira onda (1990), a ênfase consistiu em uma presença vigorosamente orientada pelo reconhecimento dos direitos civis.

Observando a situação histórica, arriscamos apontar a emergência de uma quarta onda, a partir da segunda década dos anos 2000, assinalada tanto no Brasil, quanto em outras democracias, pelo anseio de materialização da Cidadania LGBT, para além dos discursos. Contudo, é necessário desenvolver mais estudos a cerca dessa possibilidade. A quarta onda do movimento LGBT, atualmente, incorpora novos/as sujeitos/as, mídias e ativismos (QUINALHA, 2020)⁵, contraditoriamente, os avanços nas pautas LGBTs despertaram a reatividade de grupos reacionários e a (re)ascensão ou recrudescimento de ideias conservadoras que colocaram em risco as conquistas relacionadas à cidadania LGBT.

A escolha do período (2001-2016) se deu devido ao processo de emergência de uma sociabilidade entre pessoas LGBTs, inicialmente em espaços privados, “clandestinos” e escondidos, nos quais se sentiam mais confortáveis para expressarem a homossexualidade. Gradativamente essas reuniões e festas foram tomando os espaços públicos, hegemonicamente compreendidos como lugares da expressão cis-heteropatriarcal. Foi o contexto sócio-político deste período que, de certa maneira favoreceu à emergência do

⁴ Heterossexismo é a atitude de preconceito, discriminação, negação, estigmatização ou ódio contra toda orientação sexual que não seja a heterossexual.

⁵QUINALHA, R. **Curso:** História do Movimento LGBT. Disponível em: <https://www.renanquinalha.com/curso>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

movimento. Posteriormente, na seção intitulada Escovando a história a contrapelo: o movimento LGBT em Vitória da Conquista aprofundaremos sobre a dinâmica deste processo.

Procuramos trilhar entre os dados e reflexões teóricas, a fim de descrevê-los e interpretá-los. Nosso caminho esteve em busca do conhecimento, com o propósito de responder a indagações, a saber: como se deu o processo de organização do movimento LGBT em Vitória da Conquista e quais suas implicações contextuais? A imersão no movimento pelo reconhecimento da realidade social se configurou na percepção de que os processos de interação dos sujeitos com o mundo material são processos transitórios e abertos. Tais questionamentos desdobram-se em uma questão central: que obstáculos e conquistas se deram no processo de organização do movimento LGBT, na relação com a sociedade civil e o Estado em Vitória da Conquista/Ba?

Nosso objetivo central consiste em analisar a organização do movimento LGBT em Vitória da Conquista: sua emergência, embates e articulações no âmbito da sociedade civil e no Estado no período de 2001 a 2016. Delineamos como objetivos específicos da nossa pesquisa: a) o processo histórico e o contexto das lutas LGBTs no Brasil; b) a memória coletiva dos/das participantes nas experiências de emergência do movimento; e c) as complexidades envolvendo a relação do movimento LGBT em Vitória da Conquista com a sociedade civil e o Estado.

A memória coletiva assume o eixo das nossas reflexões em razão de a entendermos como um fenômeno psíquico e histórico. Segundo Halbwachs (1990), as memórias se produzem e se fixam operadas nas experiências, inquietações e interesses de um grupo, mediante o reconhecimento inteligível das suas experiências, vivenciadas em um quadro/marco da memória, como o espaço, o tempo, as normas, os valores sociais etc.

Na investigação das memórias coletivas, produtores dos grupos envolvidos no estudo, exploramos o aporte teórico de Maurice Halbwachs, pois a memória coletiva produtora dos ativistas do movimento LGBT e dos participantes do processo de politização das pautas, assumem ao mesmo tempo o papel de campo e de instrumento de investigação.

No campo da memória, a caracterização do passado é apoderada de diversos modos, a classe dominante se torna mantenedora do discurso normalizador, buscando transmitir sua visão de mundo, com autoridade política, moral, cultural e intelectual, isto é, a sua hegemonia, que impõe uma perspectiva de continuidade da sua história.

Contudo, os “vencidos e seus herdeiros”, operados na condição de classe dominada, produzem experiências e reminiscências que promovem um elo diferente com passado. A diferença de compreensão do passado, diante da perspectiva de classe, raça e gênero, ou seja,

como (o passado) é percebido e relacionado em face da condição de herdeiros dos vencidos ou vencedores, posiciona a história e a memória em um espaço aforado para a manifestação de luta das ideias contra-hegemônicas.

Recorremos às ideias de Walter Benjamim, sobre o tempo, a história e a memória, ao apresentarmos o estudo da memória como um recurso metodológico de investigação, no qual o pesquisador assume o papel equivalente ao do arqueólogo, escavando e buscando nas recordações e nas reminiscências as evocações do presente que reivindicam a reconstituição do passado.

Renato Franco (2019) em suas reflexões sobre o *Tempo e História: para interromper o curso do mundo*, analisa as ideias de Walter Benjamim na perspectiva da oferta do passado em mais de uma possibilidade, cujos acontecimentos históricos representam o êxito de uma classe sobre a outra, legando continuamente uma abertura, em que se permite aos vencidos manterem seus ideais e aspirações. Todavia, enquanto for mantida a ordem hegemônica, mantém-se o rompimento e a repressão dos projetos aspirados pela classe dominada frustrando sua ascensão.

Travesso (2012), contribuiu com nossa discussão ao ponderar sobre os entrelaçamentos existentes entre passado e presente. A história opera na dimensão do passado, enquanto a memória opera na dimensão do presente. Segundo o autor, muitas vezes, a memória assume “usos” políticos do passado.

Outro aspecto analítico, diz respeito às violências estatais atravessadas por diferentes contextos, tempos, espaços, sujeitos/as ou modalidades. No decorrer da história, as pessoas LGBTs estiveram/estão em circunstâncias de violência estatal, essas violências legitimadas pelo Estado, apoiaram-se em concepções hegemônicas. Isto posto, nosso estudo, esforça-se em analisar o objeto por uma perspectiva materialista histórica, de modo a contribuir com a compreensão das conexões entre movimento LGBT e a organização social do capital.

No espaço acadêmico, ao estudar a diversidade sexual e de gênero no contexto do neoliberalismo brasileiro, Toitio (2016) concluiu que a “análise marxista se debruça sobre uma diversidade de movimento sociais”, contudo, ao se tratar do movimento LGBT, existem lacunas, a serem preenchidas, talvez justificadas

pelo fato de muitos/as deste/as pesquisadores/as o considerarem um movimento meramente identitário ou cultural. Ao mesmo tempo, as pesquisas sobre o movimento LGBT no Brasil trouxeram em raríssimas ocasiões o neoliberalismo como categoria central ou, ao menos, com alguma preponderância nas suas análises (TOITIO, 2016, p. 24).

Compartilhamos com Toitio o mesmo incômodo e vislumbramos contribuir com o debate e pesquisas nesse campo. Buscamos analisar os dados e as questões dessa pesquisa à luz do materialismo histórico-dialético. Partimos do entendimento da sociedade burguesa como uma totalidade concreta, ou seja, a organização social do capital não está concebida em fragmentos isolados. Destarte, a sociedade é entendida como uma imensa complexidade (totalidade concreta) composta por complexidades que se articulam (NETTO, 2011, p. 56), nesse “complexo de muitos complexos” está inserido o movimento LGBT.

1.1 O percurso da pesquisa

Na investigação exploramos outras pesquisas confluentes a nossa que contribuíram para as ponderações sobre políticas públicas e reconhecimento dos direitos civis LGBT; política sexual, de gênero e de identidade. Neste aprofundamento do estudo, destacamos os trabalhos de: Lima (2017), Nogueira (2018), Lacerda (2019), Saraiva (2017), Gorisch (2014) e Toitio (2016), fundamentais para o desenvolvimento da nossa perspectiva crítica.

Nossa pesquisa bibliográfica empregada no estudo levantou proposições a respeito da História da Homossexualidade contidas na obra de Vecchiatti (2012). Sobre o aparecimento do Movimento Homossexual no Brasil em 1970 e o seu desenvolvimento em fases, perscrutamos a obra de Facchini (2005), intitulada *Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*, como aporte referencial, em que a metáfora da “onda” é utilizada para designar as etapas do movimento.

É destacável citar que os desafios propostos pela pesquisa foram potencializados pela pandemia provocada pelo novo Coronavírus. A prevenção do contágio com a estratégia do distanciamento social tornou-se imperativa para evitar colapsos no sistema de saúde. Dessa forma, muitas atividades foram suspensas e aspectos do nosso estudo precisaram ser repensados e adaptados, como por exemplo, a acessibilidade aos pesquisados.

1.2 O processo de “escavação” da memória

A abordagem da nossa pesquisa possui essencialmente caráter qualitativo. Para Merriam (1998), as pesquisas qualitativas intentam a compreensão do contexto com base na visão de mundo dos sujeitos, haja vista que a realidade é concebida mediante a interação e a experiência das pessoas com o meio.

Sob à luz do Materialismo histórico-dialético, o nosso estudo compreendeu as pessoas como sujeitos da sua própria história, pois, a realidade social enquanto algo passível de transformação, é construída e transformada pelos próprios sujeitos. Isto posto, além das entrevistas, recorreremos à pesquisa documental (Relatório da conferência municipal de Vitória da Conquista, Relatório do Grupo Gay da Bahia, Relatório de Gestão Municipal 2014/2015/2016, Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, Anais da I Conferência Nacional de GLBT, Blogs: Do Anderson, Do Rodrigo Ferraz, Resenha Geral, Memórias e Histórias das homossexualidades etc.) e bibliográfica, com o propósito de apresentar os movimentos de mudança na história do Movimento LGBT, seus conflitos, disputas e superações apoiados nos contextos culturais e ideológicos manifestados na superestrutura de organização social do capital que se inter cruzam com os aspectos políticos e econômicos.

Segundo Paula (1992), tudo o que existe ao redor do ser humano está em um inconstante movimento, em uma infindável marcha dialética de etapas incessantes em processo de superação. Para Gadotti (1991), Marx enxergava a realidade enquanto um conjunto de relações, aprendendo de Hegel que as coisas estavam em um sucessivo movimento de transformação. Todavia, enquanto para Hegel tal movimento do real existia no plano das ideias, Marx compreendia que no decorrer da história, o movimento recria o novo por meio das interações entre os sujeitos em um ciclo contínuo de mudanças.

A natureza fundamental, pura ou básica da pesquisa concentrou esforços em refletir esses processos de mudanças constantes envolvendo o Movimento LGBT diante dos sujeitos viventes nesta realidade social. Segundo Leão (2017) e Andrade (2017), a pesquisa pura pretende enriquecer o conhecimento sobre os fenômenos e os problemas que são da realidade e, desta forma, contribuir para o progresso da ciência. Para tanto, esboçamos em nossa pesquisa os desdobramentos históricos e as reflexões teóricas sobre homossexualidade e a emergência do movimento organizado na luta pela promoção da cidadania, reconhecimento dos direitos civis e combate à violência.

Ao elaborarmos reflexões sobre os liames entre as questões acerca da sexualidade no universo público, seus embates e avanços, envolvendo o Movimento LGBT de Vitória da Conquista/Ba e o governo municipal, contribuímos na ampliação dos conhecimentos desta área de estudo.

Nossos objetivos possuem atributos exploratórios e descritivos com referenciais analíticos. Portanto, procuramos analisar os fatos ocorridos na realidade social a fim de compreendê-la. Antes de tudo, levantamos as bibliografias clássicas sobre a história e luta do movimento LGBT, representadas por Butler (2019), Green (2012, 2019), Facchini (2005,

2009, 2018), Macrae (1982,1983, 1990, 2018), Mott (1987, 1988, 2003, 2006), Quinalha (2014, 2017, 2019, 2020), Trevisan (1980, 2018). A pesquisa bibliográfica nos forneceu subsídios para interpretação e construção da fundamentação teórica.

Delineamos em face das ponderações realizadas sobre as bibliografias em nosso referencial teórico, o processo histórico de luta do Movimento LGBT no Brasil, bem como as Memórias Coletivas e as Memórias Subterrâneas dos participantes nas experiências de construção do Movimento em Vitória da Conquista. Para Pollak (1989), memórias subterrâneas fazem parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, que se opõem à “Memória oficial”, tal como ocorre com as pessoas LGBTs historicamente perseguidas. Ilustramos como referencial analítico os desdobramentos da luta, apoiados nos contextos históricos e nas relações, contradições, conquistas e reivindicações em um ininterrupto processo de superação e transformação com suporte na interação dos sujeitos com a realidade social.

Quanto à amostra dos sujeitos, utilizamos a técnica *snowball*, conhecida como “bola de neve”. Nesta técnica a definição da amostra ocorre por referência, de modo que o número dos sujeitos foi definido pelos critérios de acessibilidade e aceitação (desses sujeitos) na participação da pesquisa. Optamos pelo *snowball* como estratégia necessária para adentrar no campo, haja vista que não estávamos inseridos no contexto em que almejavamos desenvolver a investigação.

Há momentos que a amostragem em bola de neve pode ser a melhor, e em muitos casos a única forma disponível para estudar determinado grupo. Dessa forma, a grande vantagem dessa forma de amostragem é o fato de os entrevistados serem recrutados a partir da relação pessoal das pessoas dispostas a indicar contatos, o que pode empear confiabilidade ao entrevistador (BECKER, 1993, p. 155).

Inicialmente, identificamos os “sujeitos-chave” capazes de contribuir com rede de contatos e fornecer indicações e aproximações das pessoas criteriadas para nosso estudo. A abordagem a estes sujeitos-chave ocorreu por intermédio das redes sociais e nem sempre os contatos “indicados” ou “aproximados” pelos sujeitos-chave efetivaram a concessão da entrevista.

A analogia “bola de neve” (*snowball*) baseia-se no crescimento (como o de uma bola rolando) da rede de contatos por meio do recrutamento do/s sujeito(s)-chave de amigos ou conhecidos de sua própria comunidade. A indicação de outros sujeitos de pesquisa pelo(s) sujeito(s)-chave nos auxiliou na apreciação das memórias em comum no processo de

sociabilidade da cultura LGBT em Vitória da Conquista e da emergência de organização formal dos grupos e de coletivos.

O uso da amostragem *snowball* orientou-se para execução de outra técnica de caráter qualitativo: a entrevista semiestruturada. O referencial do materialismo histórico-dialético favorece a pesquisa conforme o pesquisador recorre a procedimentos técnicos que coletam o conhecimento no âmago do próprio contexto social estudado, cujo fatos e sujeitos se inter cruzam. Destarte, um dos caminhos que respaldam o processo de investigação é o uso do instrumento de coleta compreendido como entrevista semiestruturada. Essa técnica auxilia na delimitação e no direcionamento dos dados a serem coletados, tendo em vista a utilização de um roteiro com questões definidas previamente, mas abertas as inferências, reflexões, críticas e dados novos que os sujeitos de pesquisa possam apontar em suas narrativas sobre suas interações pessoais com a realidade social.

Para Taylor e Bogdan (1984), a entrevista semiestruturada é um tipo de coleta indicada quando o pesquisador busca compreender as perspectivas respondentes sobre suas experiências ou situações. Concordamos com os autores citados, por isso escolhemos (majoritariamente) essa técnica de coleta de dados, usual em pesquisas qualitativas como a nossa.

A pandemia causada pela Covid 19 nos apanhou de sobressalto, impondo desafios ainda mais complexos. Damos continuidade a tudo da forma que foi possível: replanejamos, repensamos, reorientamos nossa *práxis* e seguimos incertos do futuro. A quantidade de pesquisados, bem como os prazos que estipulamos para a finalização⁶ da coleta de dados foram profundamente impactados pela pandemia.

O distanciamento social, necessário para a prevenção, conduziu-nos (quando o contexto permitia) a adaptação e realização de boa parte das entrevistas por vídeo conferência⁷. Alguns dos contatos amostrados pela técnica *snowball*, por não terem a estrutura para realização da videoconferência, preferiram conceder a entrevista apenas quando as políticas de distanciamento social fossem diminuídas. Contudo, meses sucederam e a crise sanitária persistia. Assim sendo, intentando dar sequência a pesquisa, tentamos retomar contato para agendar as entrevistas (em consonância com os protocolos de prevenção indicados pela Organização Mundial da Saúde), mas alguns dos números de telefone encontravam-se desativados e o acesso a essas pessoas se tornou ainda mais difícil.

⁶ Pretendíamos finalizar a coleta de dados em outubro de 2020.

⁷ Cerca de sete das dez entrevistas concedidas.

Acreditamos que a pandemia contribuiu na limitação de acesso aos pesquisados e potencializou as dificuldades. Espaços públicos estiveram fechados ou com funcionamento reduzido, então, todo esse contexto, prejudicou a busca pela identificação de mais sujeitos-chave no recrutamento de mais pessoas.

Antes da ocorrência das entrevistas semiestruturadas por videoconferência, enviávamos para os pesquisados por aplicativo de conversa instantânea, um formulário *on-line* de caracterização dos sujeitos de pesquisa (com perguntas sobre a faixa etária, escolaridade etc.). Com aqueles que nos receberam presencialmente, todas as medidas de prevenção foram utilizadas (distanciamento de mais de um metro⁸, uso de máscara e álcool em gel) além de seguirmos com o roteiro proposto pela entrevista semiestruturada, ao final, solicitávamos o preenchimento da ficha de caracterização similar ao modelo *on-line*.

No caso das entrevistas concedidas por vídeo conferência, os pesquisados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE por meio dos recursos digitais. Da mesma forma, ocorreu com o Termo de autorização de uso de imagem e depoimentos, pois as entrevistas foram gravadas e tiveram, em média, a duração de 60 (sessenta) minutos. Nas entrevistas presenciais, os mesmos documentos foram assinados e obtivemos o mesmo tempo de duração que as demais.

Uma entrevista foi concedida, em caráter de exceção, por *e-mail*. Enviamos o roteiro das entrevistas, o pesquisado reenviou as questões respondidas de maneira subjetiva, ainda assim, o caráter semiestruturado não foi alterado por essa adaptação, haja vista que, além das questões subjetivas o entrevistado sentiu-se livre para expressar aquilo que julgasse relevante. Houve uma preocupação por parte do entrevistado em reunir documentos (tais como os relatórios de gestão municipal 2014/2015/2016) para corroborar suas lembranças, vivências e experiências.

Os entrevistados demonstraram interesse em responder as perguntas com detalhes, mantiveram uma postura ética nas narrativas, especialmente quando os eventos relatados envolviam terceiros. Como já mencionado, as entrevistas só foram possíveis graças a técnica *snowball*, contudo, a amostragem não pode ser analisada de maneira isolada. A forma como apresentamos a pesquisa, a organização do roteiro de entrevista e a aproximação foram relevantes na aceitação de interlocução com os pesquisados.

Destaca-se, ainda, que a indicação dos contatos estabeleceu um certo grau de confiabilidade, pois o recrutamento originou-se de alguém confiável (amigo/conhecido)

⁸ Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Orientações da OMS para prevenção da COVID-19. Disponível: <https://sbpt.org.br/portal/covid-19-oms/>. Acesso em: 30/09/2020.

respaldando nossa pesquisa como algo contribuidor para as pessoas LGBTs. Antes das entrevistas foi necessário acessar informações contidas nos relatórios de gestão municipal 2014/2015/2016 e Anais da I Conferência GLBT, bem como nas notícias sobre o movimento LGBT vinculadas nos *blogs* locais, no intuito de ampliar os níveis de empatia entre pesquisados e pesquisadora, tal como corrobora Vinuto (2014),

o acesso de grupos e culturas as quais o pesquisador não pertence depende de que ele convença o outro da necessidade de sua presença e da importância da sua pesquisa. Para que a pesquisa se realiza é necessário que o pesquisado aceite o pesquisador, disponha-se a falar da sua vida, introduza o pesquisador no seu grupo e dê-lhe liberdade de observação exigindo uma aproximação baseada na simpatia, confiança, afeto, amizade, empatia, etc. (p. 217).

Por intermédio da realização de entrevistas semiestruturadas conhecemos a realidade da emergência da luta do Movimento LGBT organizado, as disputas, os embates, as dificuldades e os conflitos, rumo à construção de políticas sociais por direitos civis em razão da relação do referido movimento com setores da sociedade civil e o Estado, mais especificamente, a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, no período de 2001 a 2016. As entrevistas foram realizadas com dez pesquisados/as, dos quais seis eram homossexuais, duas lésbicas, uma transgênero e um heterossexual.

No espaço de Vitória da Conquista/Ba se reproduziu a predominância de homens homossexuais cisgêneros no processo de organização do movimento. Devido à participação do fenômeno social, relacionada ao processo de construção da luta e da emergência do movimento, bem como no estabelecimento de parcerias com o governo municipal, essas pessoas fazem parte majoritária dos pesquisados. Contudo, a participação de mulheres lésbicas, dos bissexuais e das pessoas transgêneros também foi significativa, mas a inserção desses sujeitos ocorreu de forma gradual e embrionariamente prevalecia a presença mais marcante dos *gays*.

A pessoa heterossexual participou da relação do governo municipal com o movimento na implementação da Coordenação de Promoção da Cidadania e Direitos LGBTs, portanto, sua narrativa e lembranças são relevantes e se interseccionam com as memórias coletivas do grupo.

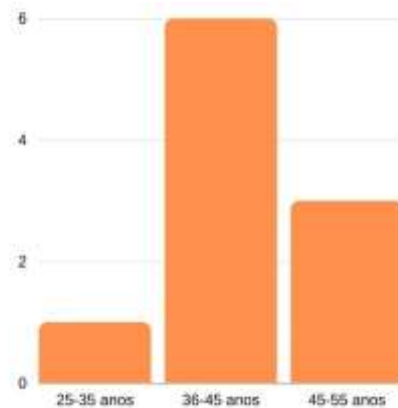
De acordo com as narrativas dos pesquisados, a organização do movimento LGBT em Vitória da Conquista é um fenômeno relativamente novo. Como relatado anteriormente, a emergência do Movimento Homossexual ocorreu no final dos anos 1970, concentrado no circuito Rio-São Paulo (primeira onda). Na década de 1980, (a segunda onda do movimento)

iniciou um processo de aproximação do poder público executivo no combate à Aids. Não obstante, em 1990 (terceira onda) o movimento ramifica-se para o interior do país, expandindo a visibilidade pública da homossexualidade alinhada com a amplificação de um mercado consumidor destinado a essa comunidade.

Essa retrospectiva se faz necessária na análise das faixas etárias dos participantes, haja vista que o ensejo de cada geração, nos dá pistas de como foi desenvolvido o processo de emergência do movimento. Três faixas etárias foram delineadas. Em menor número estão os compreendidos entre 25 e 35 anos de idade, que interseccionam a memórias coletivas com a geração anterior. Ademais, a geração “desbravadora” que vivenciou os contextos e efeitos da terceira onda é compreendida entre 46 a 55 anos de idade. Essa geração que no final da década de 1990 e no início dos anos 2000 iniciam as tentativas de estabelecer uma sociabilidade da cultura LGBT em Vitória da Conquista.

Neste período, os pesquisados viviam os dilemas, tais como os narrados por Adams (2011) como o processo de “entrar” (reconhecer sua identidade e/ou orientação) e “sair do armário” (assumir-se enquanto homossexual) em uma época em que o Brasil vivia uma conjuntura de abertura à discussão da agenda LGBT, contudo, em Vitória da Conquista, essa “abertura” ainda era um tabu que precisava ser interrompido. A faixa etária dos pesquisados corresponde

Gráfico 1: Faixa etária dos entrevistados



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados coletados em 2021.

Entrevistamos pessoas da sociedade civil e militantes envolvidos no processo de emergência dos coletivos e grupos, desde da sua fase embrionária. Dialogamos também com alguns servidores públicos participantes do processo de inserção do movimento LGBT no domínio político durante o recorte temporal da nossa pesquisa (2001-2016). Na Tabela 1, a

seguir, caracterizamos os/as pesquisados/as com base na formação, na profissão ou na ocupação, bem como na faixa etária e no segmento que participa na sociedade.

Quadro 1: Caracterização dos/as pesquisados/as

	Entrevistados/as	Segmento	Faixa etária	Formação, profissão ou ocupação
1	Danilo Bittencourt	Coordenador de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT (2014-2016)	25-35	Bacharel em Comunicação Social
2	Jose Mario Barbosa dos Santos	Coordenador de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT (2017-2021)	46-55	Educador
3	Miguel Arcanjo Felício de Jesus	Secretário Municipal de Desenvolvimento Social (Período: 2012-2015)	46-55	Bacharel em Ciências Contábeis
4	Tieta Rodrigues	Presidente do Coletivo Finas	36-45	Faxineira
5	Rosilene dos Santos Santana Sousa (Mãe Rosa d'Oxum)	Fundadora do Grupo Lésbico Safo	36-45	Servidor/a público
6	Adão Albuquerque	Figura Pública	46-55	Professor e ator
7	Alexandre Damião de Jesus (Xande)	Fundador do Morgana Mix	36-45	Arquiteto
8	Paulo Pereira (Paulinho)	Fundador do Morgana Mix	36-45	Bacharel em Comunicação Social
9	Allan Kardec	Fundador do Grupo Acrópole	36-45	Historiador, ator/ e produtor cultural
10	Patrícia Teixeira	Fundadora do Grupo Galera da Amizade	36-45	Atendente Comercial

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados coletados em 2021.

Sobre a escolaridade dos sujeitos/as da pesquisa, cerca de oito possuem ensino superior completo, dois concluíram o Ensino médio. Os militantes entrevistados/as exerciam atividade de liderança nos grupos ou coletivos. Já os servidores públicos, faziam/fazem parte da equipe técnica administrativa da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, em funções relacionadas às demandas da população LGBT.

A checagem da análise dos dados, mediante as entrevistas, respalda-se na reflexão do arcabouço teórico concernente à análise do fenômeno em função do “meio por onde se deu a vivência”, isto é a memória. Não utilizamos em nosso estudo a memória apenas como um mecanismo exploratório do passado, mas um meio, um recurso metodológico de recuperação e de compreensão.

Compreendemos a memória como um terreno fecundo para a pesquisa que investiga o passado com base nas demandas do presente. Nos esforçamos em adentrar nesse processo arqueológico “escavando” as recordações do passado evocadas do presente, tendo as

memórias subterrâneas e as memórias coletivas, como o meio pelo qual essa busca se manifesta. Isto posto, o pensamento de Benjamim (2012) nos garante de substrato epistemológico para pensar a memória em uma perspectiva arqueológica. Segundo o autor,

a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades ficaram soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação (BENJAMIN, 1987, p. 240).

A correspondência entre a “arqueologia” e o ato de recordar, apresenta a memória como o “solo”, onde o pesquisador “escava” e recorda, evocando do presente as demandas (re) constituidoras deste passado. O processo de escavar a história do movimento LGBT em Vitória da Conquista/Ba nos lança na análise das memórias coletivas e subterrâneas produtoras na interação da realidade social com os sujeitos, imbricadas pelos aspectos político-econômicos e culturais. Destarte, as questões no roteiro de entrevistas buscaram explorar, como já mencionado, o processo de organização do movimento LGBT em Vitória da Conquista/Ba.

O trabalho está estruturado em seções. Na seção Reflexões teóricas e desdobramentos históricos buscamos realizar a contextualização da homossexualidade na história. Na seção seguinte, denominada Empunhando a bandeira colorida, abordamos como ocorreu o processo de emergência do movimento homossexual no Brasil, suas fases, contextos sociais e político-econômicos.

Na prossecução, a seção Escovando a história a contrapelo: o movimento LGBT em Vitória da Conquista aponta como possivelmente ocorreu o processo de emergência e de organização do Movimento LGBT em Vitória da Conquista/Ba, bem como a sua relação com setores da sociedade civil e do Estado. Ademais, apresentamos, ainda, o estudo das memórias coletivas e subterrâneas abordando o ativismo e a luta pelo reconhecimento dos direitos civis.

Finalizamos o nosso trabalho delineando algumas considerações que não esgotam essa discussão, mas propõem outras direções de reflexão, cujo apoio nas análises empreendidas indicam disposição para a continuidade da investigação.

2 REFLEXÕES TEÓRICAS E DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS

2.1 A homossexualidade e sua expressão nas relações sociais de dominação e opressão no Brasil

Nesta seção levantaremos algumas questões sobre a homossexualidade no Brasil, a partir do período colonial até o século XX, considerando a primordialidade em refletir criticamente a história de perseguições homofóbicas, violências, repressões e opressões sofridas pelas pessoas LGBT, com o propósito de compreender a luta deste movimento.

Factualmente, as pessoas com desejos, identidades, comportamentos e sexualidades destoantes do padrão normativo eram vistas como ameaças à preservação do controle e dos privilégios das classes dominantes e, respectivamente, das suas visões de mundo. Desta forma, desde da Idade Contemporânea, a perseguição às pessoas LGBTs pelas autoridades eclesiásticas e/ou governos foram motivadas por essa preocupação em manter a ordem hegemônica. Ademais, a sexualidade foi sendo estabelecida como forma coletiva de regular o desejo em razão das justificativas de cunho religioso e apoiadas em saberes científicos emergentes. As sexualidades aceitáveis (héteros) foram consolidadas como naturais, impedindo seu questionamento, uma vez que sua origem era associada à lei divina ou à formação imemorial da cultura, de modo que se excluía da história as sexualidades dissidentes (MISKOLCI, 2019).

A palavra homofobia, de acordo com Borrillo (2010),

foi cunhada em 1972, devido ao medo expresso por heterossexuais de estarem em presença de homossexuais, historicamente, o vocábulo adquiriu acepções políticas e analíticas, ao fazer referência a um conjunto de emoções negativas (aversão, ódio ou medo) em relação às homossexualidades (p. 7).

No entanto, as práticas homofóbicas de violência e discriminação, já existiam muito antes do termo consolidar-se. Para Borrillo (2010, p. 22), as definições e questões terminológicas, bem como origens e elementos percussores, doutrinas heterossexistas e a ideologia homofóbica, não podem limitar-se apenas à compreensão do fenômeno como medo ou aversão a homossexuais. O comportamento homofóbico, na perspectiva histórica, motivou muitas violências, imbricadas na homofobia irracional, cognitiva, geral e específica, nos sexismos, heterossexismos, racismo, xenofobia e classismo.

No Brasil, a homofobia possui relação com a concepção patriarcal e judaico-cristã de família. Essa estrutura serviu (e serve), à superestrutura de organização social do capital,

desde os tempos de colônia até o pós-golpe parlamentar, jurídico e midiático (2016), quando ocorreu o crescimento da divulgação e ênfase dos discursos neoconservadores, obscurantistas, neocoloniais e cis-heteropatriarcais. Apresentaremos a título de contextualização, alguns indicativos históricos da homofobia no Brasil, abordando o processo de perseguição, julgamento, violência e discriminação contra as pessoas com atração pelo mesmo sexo.

O enrustimento de algumas pessoas com desejos sexuais considerados desviantes, pode relacionar-se com o estabelecimento de um prolongado terrorismo contra a expressão das sexualidades diferentes da norma cis-heteropatriarcal⁹, desdobradas no pavor às repressões mediante opressões violentas. Essa percepção é captada por Trevisan (2018), segundo o qual,

a cada vez que alguém sente o apelo da diferença em seu desejo, provavelmente terá que vencer séculos de repressão para chegar ao epicentro do seu eu. Quando me deparo com uma bicha enrustida, por exemplo, essas refinadamente defensivas que pululam no meio intelectual, fico a pensar que seu enrustimento talvez resulte de um terror secular, já fincado em algo parecido como o inconsciente coletivo. Não seria absurdo imaginar que as inúmeras reiteradas e violentas proibições às sexualidades desviantes talvez tenham engastado no desejo homossexual um pânico arquetípico, quase no nível de pulsão (TREVISAN, 2018, p. 160).

Esse terror secular, remonta à Contra Reforma, pois, apesar da prioridade em combater os hereges (aqueles que contrariavam os ensinamentos da Igreja Católica), nos aproximados trezentos anos de existência da Inquisição Portuguesa (1536–1821). Além dos crimes de heresia, feitiçaria e blasfêmia, as perseguições também consistiam em reagir severamente contra os desvios sexuais: sodomia, bigamia e luxúria (MOTT, 1988). Outras práticas como o estupro, o adultério e o incesto não foram criminalizados, revelando uma certa tolerância à dominação machista e patriarcal.

Incesto, adultério, concubinato, estupro, masturbação, lesbianismo, embora considerados pela Teologia Moral como merecedores do fogo do inferno, foram tratados apenas como pecado: só a sodomia (cópula anal homossexual ou heterossexual) a bigamia, passaram à categoria de crimes merecedores dos castigos e torturas do Santo Tribunal (MOTT, 1988, p. 10).

Na inconsciência coletiva, o sexo entre homens fixou-se como uma ideia imoral e inaceitável, “os inquisidores consideravam tão feio, sujo e desonesto, que até o diabo fugia

⁹Concepção hegemônica idealizadora da identidade cisgênera, da heterossexualidade como orientação sexual e do patriarcado enquanto sistema de dominação e hierarquia baseada nas relações de gênero.

quando o via ser praticado”¹⁰ (MOTT, 1988, p. 14). Deste modo, a homossexualidade, por ser entendida na época como um pecado “imundo”, acabou perseguida não apenas pela justiça religiosa, mas também pela civil. Presunções eram compreendidas como provas suficientes para o julgamento do crime, devido ao caráter íntimo do ato e da dificuldade em estabelecer comprovações concretas.

Daí a conduta erótica mais documentada não só para a população branca, como para a escravaria. O abominável pecado nefando incluía a homossexualidade masculina e feminina, como também a cópula anal heterossexual, embora a partir de 1646 os Inquisidores tenham restringido a condição de crime somente à sodomia perfeita, isto é, a cópula anal entre varões descritas nos manuais e regimentos inquisitoriais como *penetratio in vas posteriore cum seminis effusione* (MOTT, 1988, p. 40).

A colonização brasileira trouxe consigo as influências da “herança recebida pela história europeia, a partir de 1500, quando nos tornamos geograficamente uma nação nos moldes ocidentais” (TREVISAN, 2018, p. 160). Essas concepções contribuíram para criminalização da homossexualidade em um processo de institucionalização da homofobia. Os homossexuais eram compreendidos como criminosos e a expressão dos desvios sexuais era punida de forma severa e cruel. O crime das pessoas que mantinham relações sexuais com o mesmo sexo denominava-se de sodomia, sendo julgado com base nas legislações vigentes de cada época.

O pecado logrado como crime esteve fundamentado na culpa moral estabelecida pela Inquisição. Segundo Vainfas (1997), o Brasil Colônia, em sua fase embrionária, foi constituído por fatos sociais de complexa análise, tais como concubinato, homossexualidade masculina e feminina, bigamia, que, apesar de estarem vinculados à intimidade das pessoas, sofreram regulação tanto em âmbito teológico quanto jurídico, cruzando o universo particular com o público.

O processo de aculturação nos Trópicos teve participação significativa da Igreja Católica, em que, por meio das missões catequéticas, recebiam o abono para perseguir e combater os desvios sexuais, almejando consolidar uma constituição social/sexual cis-heteronormativa. Toda a estratificação social do Brasil Colônia (escravaria, clero, elite senhorial e arraia miúda¹¹) estavam envolvidos no controle moralista conduzido pela Igreja e

¹⁰ Chamado de sodomia, pecado nefando, ou popularmente de *fanchonice*, “amor que não ousa dizer o nome”, foi depois do judaísmo o “crime” mais perseguido pela senha inquisitorial (MOTT, 1988, p. 14).

¹¹ Camada inferior da sociedade.

Estado. A repressão das sexualidades desviantes por meio das teias inquisitórias mantinha o patriarcalismo, a misoginia e a homofobia (VAINFAS, 1997).

Os liames entre a ideologia homofóbica e o moralismo religioso estiveram presentes na tradição jurídica desde dos tempos coloniais. As Ordenações Manuelinas (XVI)¹², exemplificam a intensidade das violências discriminatórias experienciadas pelas pessoas LGBTs na aplicação dos códigos penais. No entanto, o código mais destacável são as Ordenações Filipinas por serem aplicadas por mais de dois séculos, chegando a vigorar no Brasil independente, com atualizações em 1823 (TREVISAN, 2018). No trecho, a seguir, notamos que esses códigos penais foram utilizados para punir homossexuais de forma impiedosa.

Toda pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia por qualquer maneira cometer, seja queimado e feito por fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver **memória**, e todos os seus bens sejam confiscados para a Coroa de nossos Reinos, posto que tenha descendência; e pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inabilitados e infames, assim como os daqueles que cometem crime de Lesa Majestade. (CÓDIGO PHILIPPINO, Livro V, Capítulo XIII, p. 1162, 1870, grifo nosso).

O Estado, marcado pelos aspectos religiosos, morais, políticos, econômicos e culturais esforçou-se em transmitir uma memória de apagamento e silenciamento dos homossexuais, (não admitindo sequer a existência de sepultura como ato de lembrança). A aniquilação das expressões sexuais desviantes está assinalada pelos axiomas da moral sexual judaico-cristão, na qual, além da dominação machista, não se admitem outras modalidades de sexualidade que não sejam para fins reprodutivos e constituidores da família patriarcal (MOTT, 1988).

Com o advento do Código Criminal do Império sancionado em 1830, a sodomia foi descriminalizada, contudo, a homossexualidade continuou sendo perseguida.

A partir do Código Imperial surgiram os crimes por ofensas à moral e aos bons costumes sem que houvesse qualquer menção a homossexualidade, esta foi enquadrada debaixo de tal infração na legislação brasileira esse assunto era considerado de tal modo escabroso que ficava envolto em silêncio tácito, situação típica de sociedades provincianas cuja opinião pública é mais um conceito vazio os crimes morais acabaram caindo com facilidade nas mãos da polícia. Não por acaso, no Código Imperial, o delito contra a moral e bons costumes encontrava-se inserido nos Crimes policiais, sendo então punido

¹² O mais antigo Código Penal a ser aplicado no Brasil, pois vigoravam em Portugal à época do descobrimento. Nele, a sodomia passou a ser equiparada ao crime de lesa-majestade. Além da pena de fogo, foi acrescentado o confisco dos bens e a infâmia sobre os filhos e descendentes do condenado (TREVISAN, 2018, p. 161).

com prisão por dez a quarente dias e multa correspondente a metade do tempo (TREVISAN, 2018, p. 164).

O estudo bibliográfico de Mott (1988), Trevisan (2018) e Vainfas (1997) aponta a institucionalização da homofobia por meio de uma articulação dos mecanismos culturais, sociais, jurídicos e teológicos interessados na repressão da homossexualidade. O Estado, emissário da ideologia cis-heteropatriarcal, puniu, perseguiu, violentou e discriminou as pessoas LGBTs com base em concepções religiosas judaico-cristãs.

Não sendo mais concebível queimar homossexuais nas fogueiras, foi necessária a “modernização do sistema para sofisticar o seu controle” (TREVISAN, 2018, p. 167). Deste modo “a busca pela cura assumiu o protagonismo persecutório: a polícia, a justiça e a medicina trabalhavam em uníssono para conter e controlar esse desvio” (GREEN, 2019, p. 201). Pais e mães preocupados com as evidências da homossexualidade, procuravam a ciência para curar os desvios sexuais e pensadores da época¹³ levantavam possibilidades de afastamento dos homens da homossexualidade, acreditando que “fatores exógenos, tais como religião e ética, podiam moderá-la ou erradicá-la” (GREEN, 2019, p. 210).

Segundo Green (2019), na esfera jurídica e no direito traçava-se um perfil das pessoas com desvios sexuais, com o propósito de aproximar as análises a um modelo corporal indicativo da homossexualidade. Nas investigações, constataram-se ainda, que “mães superprotetoras”, conforme Green (2019, p. 216), eram perigosas e capazes de desencadear o desenvolvimento de filhos homossexuais. Contudo, caso as “mães estragassem seus filhos”, era possível “curá-lo” com o “transplante de testículos” (GREEN, 2019, p. 225).

A antropologia criminal no Brasil oportunizou os médicos a estudarem os homossexuais detidos pela polícia, além de tentarem prevenir o que se chamava de homossexualismo com o cientificismo. Mesmo sem êxito em curá-los, garantiam a segurança de afastá-los do convívio social de modo a oferecer a assistência médica da qual julgavam precisar, como relata Trevisan (2018),

se o padrão higiênico burguês colaborou para extinguir os bestiais castigos do período colonial, também é verdade que cobrou seu preço, ajudando a criar um cidadão auto reprimido, intolerante e bem-comportado, inteiramente disponível ao Estado e à Pátria. A nova ordem que a normatização higiênica instaurou utilizava o cientificismo para exercer um controle terapêutico que substituísse o antigo controle religioso. Ao se distanciar progressivamente do universo da lei, a ideologia higiênica colocava seus referenciais no terreno da norma científica. Agora, os cidadãos

¹³ Médicos e criminologistas brasileiros que estudavam a homossexualidade, nas décadas 1920, 1930 e 1940 (GREEN, 2019, p. 208).

deviam menos obediência a Deus do que ao médico. E, em lugar do dogma cristão, passou a imperar o padrão de normalidade. Por essa brecha é que a psiquiatria pôde entrar, para aprimorar o controle da ciência sobre as pessoas com prática social considerada desviante (p. 171).

A patologização da homossexualidade recebeu desse procedimento policial, efúgio para descrição do homossexualismo enquanto doença mental. O controle de diagnósticos, com o encaminhamento destes presos aos médicos legistas, proporcionou a busca pela conversão dos doentes desviados e anormais em comportamentos normais, demonstrando ineficazes os tratamentos aos homossexuais, restavam-lhes a prisão ou internamentos em sanatórios, com intuito de ao menos livrar a sociedade dessas pessoas. O lesbianismo, no aspecto geral, esteve por muito tempo inviabilizado, entendido como algo esdrúxulo, raramente expressado socialmente, ademais expressões de carinho e afeto entre mulheres não eram compreendidas como expressão homossexual, e sim, algo típico do comportamento feminino, e essa compreensão cultural, de certa forma, ocultou o amor entre mulheres.

A busca pela cura da homossexualidade produziu investidas fracassadas e perversas, trazendo como desfecho que a “depravação psicológica requeria tratamento médico, e não a detenção criminal” (GREEN, 2019, p. 228). A homossexualidade passou de caso policial para problema de saúde e os homossexuais foram colocados na posição de doentes mentais, o homossexualismo passou a ser uma patologia, esse estigma favoreceu práticas de um Estado higienista, que adotava confinamentos psiquiátricos-policiais, para retirar os indesejáveis do convívio social.

O enredo na história de repressão contra as pessoas LGBT foi estruturado por uma linguagem ensinada nas relações e grupos sociais, no decurso de políticas públicas, vinculadas aos aparatos de comunicação, de educação e legitimada por leis e códigos. Os comportamentos e ideias coletivamente observados, assumidos e partilhados estabelecem a manutenção da narrativa das classes dominantes. Estes fatores contribuíram com a estruturação da memória coletiva, que ora apoia a discriminação e, ora possibilita a emersão revolucionária da luta.

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva é o processo de reconstrução do passado vivido por um grupo social. A rememoração não depende apenas do que o indivíduo lembra, mas suas memórias são de certo modo, partes da memória do grupo ao qual pertence.

Assim, nos grupos interessados na conservação do modelo cis-heteropatriarcal, a memória coletiva amparará as práticas homofóbicas, de modo que, nos grupos reprimidos, em

algum momento, as circunstâncias podem favorecer a emersão de memórias subterrâneas com disposição de invadirem o espaço público, como reflete Pollak (1989),

essa memória proibida e, portanto, clandestina ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica (POLLAK, 1989, p. 5).

Para Fentress e Wickham (1994, p. 20), “a memória é estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas ideias coletivamente assumidas e por experiências partilhadas com os outros”. Afinal, “a memória não brota de indivíduos isolados, mas sim dos marcos de uma sociedade, da interação e do lugar que os sujeitos ocupam em um grupo social” (MAGALHÃES; ALMEIDA, 2011, p. 99). A emergência da memória, no âmbito dos marcos sociais, atua em benefício de um sistema político, econômico e cultural dos grupos que evocam memórias com significações relativas ao aspecto histórico, mutável e dinâmico da sociedade, de modo que é possível a superação ou manutenção da memória ativa.

Discorreremos sobre a institucionalização da homofobia que se deu mediante legislações no período colonial e apontamos, em linhas gerais, o processo patologizante da homossexualidade. A seguir, discutiremos os ativismos homófilos, das décadas de 1950 e 1960, anteriores ao levante de Stonewall (1969), apoiados nas memórias subterrâneas, que conseguiram adentrar, em algum espaço público, mesmo não sendo ainda o desejável.

Para Miskolci (2019), do ponto de vista histórico, o Estado e, mais recentemente, o mercado construíram um aparelho heterossexualizador manifestado na sociedade como o ideal. Desta forma, o amor e as relações homoafetivas sofreram o estranhamento social, como se as pessoas LGBTs não fossem adequadas, normais e, por isso, estranhas, afastadas da concepção de pertencimento à categoria humana, além de abjetificadas. De acordo Miskolci (2019), aos “dissidentes do dispositivo (hetero)sexual” restava a construção de estratégias sagazes para viverem seus desejos, identidades e sexualidades. A “saída do armário” rumo aos guetos foi a oportunidade de vida noturna, nos bares e nas festas, para performarem suas identidades de gêneros e viverem seus amores reprimidos pela sociedade normativa.

Sintetizaremos, segundo Simões e Facchini (2009, p. 63), a “movimentação” da homossexualidade nos anos 1950 e 1960, de modo a auxiliar na contextualização dos anos 1970, quando finalmente ocorreu a emergência do movimento homossexual brasileiro.

2.2 Do “armário” ao gueto, do gueto às ruas

Segundo Green (2019), o desenvolvimento urbano das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, entre 1945-1968, proporcionou um crescimento da população e, conseqüentemente, o aumento no número de homossexuais. As duas cidades se tornaram as promessas de vida para práticas homoeróticas, longe das famílias e das relações de parentesco. Neste novo contexto, os jovens que passaram a viver sozinhos nestes dois centros urbanos começaram a estabelecer vínculos e constituir famílias alternativas, assim, essas redes de amigos que se formavam foram estruturando a vida social e cultural dos homossexuais.

As publicações de Alfred Charles Kinsey (1894-1956), após a segunda guerra mundial, impactaram o comportamento sexual, contribuindo para a compreensão das mulheres como sujeitos sexuais e apontando como as relações sexuais entre homens eram mais comuns do que se pensava (MISKOLCI, 2019). Além disso, o crescimento da produção e do consumo em massa, a formação do parque industrial e da indústria automobilística brasileira, o crescimento populacional e o fenômeno de migração para as grandes metrópoles influenciaram nas mudanças de comportamento da sociedade (LEAL, 2013). Essas mudanças ajudaram o homoerotismo masculino no Rio de Janeiro e em São Paulo a obterem mais espaço.

Com isso, se configura o cenário dos programas de auditório da Rádio Nacional e os fã-clubes de Emilinha e Marlene, os concursos de Miss, as referências homossexuais na literatura, as revistas de homens musculosos, geralmente relacionadas à prática de fisiculturismo e a diversificação dos locais de paquera e pegação, pontos de encontro, bares e boates com predominância de público homossexual (LEAL, 2013, p. 40).

De alguma forma, a homossexualidade (cisgênera e masculina), encontrava brechas para se expressar e conviver, isto é, assumir-se em um fenômeno alcunhado pela metáfora de “sair do armário”.

Com o transbordamento das identidades assumidas nos ambientes fechados, dentro das casas, para as ruas, e a ocupação do espaço urbano através do aumento da presença dos homens homossexuais no espaço público, foram facilitados os encontros homoafetivos e homoeróticos (NUNAN, 2003, p. 46).

O ato de revelação da identidade homossexual, muitas vezes, foi/é convencionado como “sair do armário”. Entretanto, questiona-se qual o significado da metáfora armário? Adams (2011) utiliza a autoetnografia para narrar o armário e significá-lo a em face da representação das suas experiências pessoais no contexto das relações sociais e práticas

culturais, este método revela o conhecimento de dentro do fenômeno, demonstrado pela perspectiva da vida cultural.

Para Adams (2011, p. 21, tradução livre)¹⁴, “uma pessoa para sair do armário, primeiro precisa entrar”, quando alguém vive em uma ordem heteronormativa, até que seja provado ou revelado outra coisa, ela é vista como heterossexual, então uma pessoa que ainda não se deu conta da sua atração ou identidade não pode sair do armário, por que não entrou.

Sair do armário pressupõe revelar atração pelo mesmo sexo e/ou uma identidade LGBT, então uma pessoa que não conhece o que é essa atração ou quais são essas identidades não pode sair. Uma pessoa pode começar a reconhecer que ela ou ele é atraído por outros do mesmo sexo, mas isso não significa que a pessoa terá a necessidade de reconhecer essa atração ou dizer “Eu sou LGBT”. A pessoa deve, portanto, estar ciente e ter a capacidade de descrever a atração como "atração pelo mesmo sexo" e, conseqüentemente, entender o que é o armário e os significados de poder sair dele (ADAMS, 2011, p. 44, tradução livre).¹⁵

Sedgwick (2007, p. 21) afirma que “o armário, ou o segredo aberto marcou a vida gay e lésbica no século XX e XIX e não deixou de fazê-lo mesmo após o marco de Stonewall em 1969”, a “epistemologia do armário não é um tema datado nem um regime superado de conhecimento” (p. 21), e pode ser compreendido como “a estrutura definidora da opressão gay no século XX” (SEDGWICK, 2007, p. 26).

As expressões “armário”, “sair do armário”, “assumir-se” tornaram-se comuns, mas estão carregadas de representações políticas. A reflexão sobre a metáfora do armário ofereceu às pessoas LGBTs a consistência de uma cultura e uma identidade abrangente no século XX, “produtora incansável da cultura e história do ocidente como um todo” (SEDGWICK, 2007, p. 23). Não havia ambientes noturnos específicos para os homossexuais e, gradativamente, alguns desses espaços se converteram em espaços de socialização dessas pessoas. Assim como o “armário” o gueto tem um valor expressivo para as pessoas LGBTs, haja vista que

os sentimentos de culpa e pecado que oprimem o homossexual são constantemente repostos por fatores sociais que o levam a se ocultar, a ter medo do ridículo, da prisão, do desemprego, do ostracismo por parte de amigos e familiares. O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual tem mais

¹⁴ In order to “come out” one must first somehow “go in” (ADAMS, 2011, p. 21).

¹⁵ If coming out of the closet is predicated on disclosing same-sex attraction and/or a LGBQ identity, then a person who does not know what this attraction is or what these identities are cannot come out. A person may begin to recognize that she or he is attracted to others of the same sex, but this does not mean the person will know how to or why a need exists to acknowledge this attraction or say “I am LGBT”. A person must thus be aware of and have the ability to describe attraction as “same-sex attraction” and, consequently, to understand what the closet and coming out might mean.

condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. Por isso é da maior importância a existência do gueto. Mais cedo ou mais tarde, acaba afetando outras áreas da sociedade (MACRAE, 1983, p. 58).

Miskolci (2019) observou que as pessoas não correspondentes aos anseios da cis-heteronormatividade são levadas a viverem vidas duplas, de modo que, presumivelmente, a família, o trabalho e a sociedade os enxerga como heterossexuais, contudo, no privado e íntimo vivem de forma preterida a homossexualidade. Os guetos são oportunidades de vazão que corroboram a construção de elos e redes de apoio que, com passar do tempo, fortalecem a determinação em assumir-se.

Os proprietários desses ambientes, buscando manter ambos os consumidores — homossexuais e heterossexuais — aplicavam algumas regras, aos gays “mais afeminados” (NUNAN, 2003, p. 45). A expansão da indústria e o crescimento da produção e do consumo, aos poucos levou a mulher a integrar o mercado de trabalho, mas a presença feminina nos bares ocorria desveladamente, pois a virgindade, a boa reputação, a submissão ao marido ou ao pai e o papel de cuidadora do lar eram muito valorizados. Leal (2013) relata que apenas no final dos anos 1950 as mulheres passaram a frequentar bares em Copacabana, inclusive com expressões lesbianas, esse espaço era reconhecido pela boemia, ponto de encontro de artistas e intelectuais.

De acordo Leal (2013), o famoso bar Ferro’s Bar, localizado em São Paulo, no bairro Bexiga dos anos 1960, tornou-se ponto de encontro das mulheres masculinizadas, elas se reconheciam por meio de um código discreto, segundo as memórias recuperadas em entrevista, pela historiadora Nádia Nogueira, assim, “havia um sinal distintivo que era o uso do sapato mocassim, cuja referência servia como identificação” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 68). Esse código ajudava as lésbicas a identificarem suas orientações sexuais, já que a “paquera” precisava ser sutil e discreta. Destarte, na rua, nos teatros, nos cinemas, nas reuniões e nas festinhas particulares, a comunidade homossexual passou a sair do armário para a socialização das suas identidades, ainda que reservadamente.

As memórias subterrâneas investiram no rompimento do proibido e invadiram os espaços públicos, ao estabelecer um nível de referências convergentes e interseccionais. O convívio entre aqueles que lidavam com as mesmas dores, conflitos e estigmas por serem o que eram, conferia a percepção de acolhida, pertencimento, reconhecimento e alívio. Grupos se formavam, redes de apoio foram constituídas em uma modalidade alternativa de família e

“uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (POLLAK 1989, p. 5).

O rompimento do tabu pode ser pensando nas dimensões do entrar e sair do armário, na ocupação dos guetos como alternativa de vivência social da cultura LGBT, nos levantes contra a opressão e repressão, na emergência do Movimento Homossexual que moveu essa comunidade às ruas em busca de reconhecimento dos seus direitos civis.

Estes grupos ao compartilharem experiências, combinaram lembranças individuais, compreendidas como quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1952, p. 7). Assim, segundo Pollak (1989, p. 3), as memórias subterrâneas “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas” também são memórias coletivas, pois estes pensamentos partilhados nesses grupos conduzem à “lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior” (HALBWACHS, 2003, p. 61). Isso corrobora que a “história é objeto de uma construção cujo o lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de tempos de agora” (BENJAMIM, 2012 p. 249).

A história, na perspectiva de Benjamim (2012), está posicionada como espaço de possibilidades. As possibilidades da utopia, da realização dos sonhos e das conquistas dos oprimidos não são condições pré-determinadas e inatas, mas uma promessa visibilizada diante das ações dos sujeitos. O passado legitima as interpretações revolucionárias, as memórias subterrâneas e coletivas se apoiam e disputam, isto é, “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 3). Os desdobramentos da história, a formação da subcultura dos vencidos, perseguidos e reprimidos evocam reações ao sufocamento e a invisibilidade. Paulatinamente, as circunstâncias e os acontecimentos que inquietavam os subversivos contribuíram com o transcurso do armário para os guetos e dos guetos às ruas.

À sombra das pressões advindas da classe médica, dos psiquiatras, da Igreja, dos esforços para classificar, medicalizar, punir e penitenciar os homossexuais, vai se formando uma subcultura que reage ao sufocamento e à invisibilidade imposta. Tudo acontecia ainda em âmbito limitado devido às circunstâncias, dando início à criação de uma identidade homossexual positiva, a aceitação coletiva e individual da variedade de gêneros, dos amores que não se deixam dizer (COSTA, 1992, p. 41).

A geração dos pós-Segunda Guerra Mundial (1950-1973)¹⁶ foi tocada por profundas mudanças sociais, em uma conjuntura de prosperidade econômica e valorização da cultura e da educação. E a icônica rebeldia juvenil de caráter sexual dos anos 1960, provinda deste pós-guerra, produziu um pânico moral que afetou a homossexualidade masculina (MISKOLCI, 2019).

A heteronormatividade como ordem hegemônica, sob a sombra do pânico moral despertado pela busca pela liberdade sexual, contribuiu com o recrudescimento do controle e da vigilância dos comportamentos vanguardistas. Imbricadas nas concepções mercantilistas a defesa da família cis-hetropatriarcal acende uma afluência de combate à expressão pública da homossexualidade e das ideias comunistas.

Segundo Miskolci (2019), os anos de 1960 foram o clímax do *rock and roll*, da música *pop* e da televisão, coincidentes com a revolução dos hábitos sexuais, proposta difusão da pílula anticoncepcional. A produção de um medicamento capaz de evitar a gravidez, suscitou alcançar um mercado consumidor para este produto, conseqüentemente, muito mais do que planejar famílias e controlar a natalidade, o anticoncepcional representou a concepção do sexo por uma perspectiva para além da reprodução e mais centrada no prazer. Isto posto, novas formas de socialização foram construídas, bem como a ascensão do sexo pré-casamento.

No domínio político, a década de 1960 foi assinada pela emergência dos novos movimentos sociais envolvidos em lutas ecológicas, por paz e liberdade. A contracultura¹⁷ e a busca por estilos diferentes do modelo cis-heteropatriarcal e do consumismo, característico das classes médias e ricas ocidentais, favoreceram a manifestação de uma nova onda do movimento feminista e da estruturação de grupos defensores das pessoas LGBTQs. O sexo não se restringia mais ao casamento e à reprodução (formação familiar), mas passou a ser visto como expressão de amor e prazer (MISKOLCI, 2019).

¹⁶ O “boom” econômico do pós-Segunda Guerra Mundial representou um momento de grande expansão econômica. O período de prosperidade econômica, nos meados do século XX, recebeu a alcunha de “Era de Ouro do capitalismo, sua maior expressividade ocorreu nos países ocidentais entre 1945 até o início de 1970. O seu fim foi marcado com o colapso dos acordos de Bretton Woods em 1971, a crise do petróleo de 1973, e o *crash* da bolsa em 1973-1974, o que levou à recessão da década de 1970 (MARGLIN, S. A.; SCHOR, J.B., 1992).

¹⁷ A contracultura contribuiu com questionamentos e experimentos comportamentais que colocaram em xeque o roteiro tradicional das relações amorosas (MISKOLCI, 2019).

A geração Beatniks¹⁸ (1950 -1960) foi o embrião do Movimento Hippie (1960), nos Estados Unidos (BUENO, 1984). A oposição à Guerra do Vietnã, o apoio ao do desarmamento nuclear, as críticas ao modelo capitalista e aos comportamentos consumistas fizeram do Movimento Hippie emissário das ideias de igualdade e liberdade contra opressões e explorações de qualquer natureza, mais ou menos alinhadas às ideias marxistas (BUENO, 1978).

Nos Estados Unidos, as práticas homossexuais foram criminalizadas até 1962, todavia, a intolerância e hostilidade eram comportamentos comuns, inclusive pelos profissionais da segurança pública (DUBERMAN, 2019). As pessoas LGBT sem alternativas de socialização, recorriam aos guetos, como era o caso do Bar Stonewall Riots, situado em Nova York no Greenwich Village. Do ponto de vista histórico, as sociedades ocidentais dividiram o espaço urbano das grandes cidades, estabelecendo locais de permissão para a expressão e vivência das relações entre as pessoas do mesmo sexo, mesmo sob certa vigilância e controle (MISKOLCI, 2019).

De acordo Bausum (2016), as “batidas” policiais eram recorrentes e realizadas com truculência, até o levante ocorrido em 28 de junho de 1969, dada a insatisfação com tratamento agressivo que recebiam as pessoas LGBT, elas se uniram contra a força policial. A ação culminou em prisões, incêndio, mas também em protestos e manifestações em benefício da igualdade e da liberdade de gênero, a qual foi denominada de A revolta de Stoneawall.

O acontecimento de Stonewall é emblemático para a comunidade LGBT e iniciou um processo de organização do movimento pela luta do reconhecimento dos direitos civis, não apenas nos Estados Unidos, mas em âmbito mundial. As ideias hegemônicas alinhadas ao Estado na manifestação da superestrutura de organização social do capital, ao atingir o limite da tirania contra uma população reprimida e oprimida, propiciou a inevitável conformação coletiva destes grupos que, gradativamente, foram alcançando outros países.

Esses levantes, pautados em posicionamentos políticos na sociedade, desencadeiam mudanças políticas, que segundo Pollak (1989), estão relacionadas com a reconfiguração da memória oficial. As memórias proibidas, clandestinas, subterrâneas, reprimidas e oprimidas, resistem e sobrevivem por anos ou décadas, nos grupos menores, e mantendo-se periféricas, até o momento que surge uma brecha na memória oficial, propiciando a emersão dessas memórias de resistência conflitantes com a memória oficial.

¹⁸ Movimento sociocultural nos anos 1950 e princípios dos anos 1960 que subscreveu um estilo de vida antimaterialista.

Diferentemente dos Estados Unidos, no Brasil não se constituíram bairros *gays*, mas circuitos de sociabilidade homossexual nas áreas centrais das metrópoles Rio-São Paulo (MISKOLCI, 2019). O cenário nacional era a ditadura civil militar (1964 -1985), cuja violência, opressão, repressão e censura ocorriam de forma institucionalizada. O aparato da ditadura, constituiu um sistema de controle moral contra os comportamentos sexuais considerados desviantes. Prostitutas, homossexuais, travestis ou indivíduos compreendidos como anormais foram vítimas de perseguições, prisões arbitrárias, censura, violência e expurgos dos cargos públicos (QUINALHA, 2019). O espírito de contracultura, as ideais marxistas e episódios como a Revolta de Stonewall favoreceram a manifestação do movimento homossexual no Brasil.

Em apertada síntese, nesta subseção desenvolvemos reflexões teóricas sobre os desdobramentos históricos envolvendo a homossexualidade e a homofobia, considerando os aspectos políticos, religiosos, sociais e culturais, inferindo criticamente, sobre o processo de levante contra a opressão e repressão diante das mudanças no comportamento social e na emergência de memórias subterrâneas. Os liames entre a ditadura militar e a perseguição contra os homossexuais serão explorados mais adiante, ao versarmos sobre a emersão do Movimento Homossexual no Brasil e a sua organização enquanto movimento social.

3 EMPUNHANDO A BANDEIRA COLORIDA

3.1 A emergência do Movimento Homossexual

O desenvolvimento do capitalismo, a Revolta de Stonewall (1969), os ativismos homófilos, a Revolução dos Hábitos Sexuais são alguns dos eventos manifestados na superestrutura da organização social contribuidores para a emergência do Movimento Homossexual no Brasil. Os antecedentes relacionados com as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais no pós-Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 1950, desdobram-se em mudanças nas relações produtivas e de trabalho.

Com efeito, essas mudanças alteram também as relações sociais, a cultura, as ideias e as concepções de vida no âmbito da realidade material. Muitos dos fenômenos materializados nas relações entre as classes sociais distenderam nas questões de gênero. Harvey (2011) explica como a busca por acúmulo de capital, gradativamente, alterou as relações no universo do trabalho e na produção e, conseqüentemente, remodelou a organização social provocando a feminização da pobreza, corroborando a relação entre as “mudanças nas relações de trabalho/produção e as mudanças nas relações sociais” (HARVEY, 2011, p. 21).

Um dos principais obstáculos para o contínuo acúmulo de capital e a consolidação do poder de classe capitalista na década de 1960 foi o trabalho. Havia escassez de mão de obra, tanto na Europa quanto nos EUA. O trabalho era bem organizado, razoavelmente bem pago e tinha influência política. No entanto, o capital precisava de acesso a fontes de trabalho mais baratas e mais dóceis. O capital teve a opção de ir para onde o trabalho excedente estava. As mulheres rurais do Sul global foram incorporadas à força de trabalho em todos os lugares, de Barbados a Bangladesh, de Ciudad Juarez a Dongguan. O resultado foi uma crescente feminização do proletariado, a destruição dos sistemas camponeses tradicionais de produção autossuficiente e a feminização da pobreza no mundo. O tráfico internacional de mulheres para a escravidão doméstica e prostituição surgiu na medida em que mais de 2 bilhões de pessoas, cada vez mais amontoadas em cortiços, favelas e guetos de cidades insalubres, tentava sobreviver com menos de dois dólares por dia. O capital já tinha acesso ao trabalho de baixo custo no mundo inteiro (HARVEY, 2011, p. 21).

Os acontecimentos abordados por Harvey (2011) evidenciam como as mudanças nas relações produtivas alteram também todas as relações sociais, assim como já afirmavam, em meados do século XIX, Marx e Engels (2009, p. 13) “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais”.

De acordo Martins (2014), a crise geral produziu desemprego em massa, endividamento do Estado, tensões pelo comércio internacional do petróleo, privatização de empresas estatais, abertura comercial, uso da tecnologia para substituir os operários na fábrica, necessidade de reduzir a mão-de-obra em uma nova concepção do ciclo produtivo e o esvaziamento do emprego. Esse fenômeno real e material impactou os modos de vida em âmbito global.

A manifestação do Movimento Homossexual (LGBT) é um fenômeno articulado e vinculado ao modo de produção da existência humana na história, imbricado nas relações econômicas e culturais do sistema da propriedade privada dos grandes meios de produção.

Essa forma de organização da produção e de reprodução da vida social precisa da máxima exploração do ser humano e da natureza e da apropriação privada dos produtos e dos próprios meios de produção por parte da classe dominante. Essa, por sua vez, exerce sua hegemonia por meio de um conjunto de instrumentos materiais e simbólicos que impactam na vida privada, inclusive.

Desse modo, a complexidade e a dificuldade de compreender o preconceito, a violência, a discriminação contra as pessoas LGBT se dá pelo esforço de analisar a totalidade das questões para que a discussão acerca das lutas LGBT não se restrinja a já complexa questão de identidade. É fundamental, em nosso entendimento, pensar as contradições e as articulações entre o processo de desenvolvimento histórico das relações sociais em cada período e as lutas sociais, nesse caso dos LGBT.

Marx e Engels (2007), ao analisarem o fenômeno da ideologia, do domínio de determinadas visões de mundo nas sociedades, afirmaram que

as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal (ideológica) das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (p. 47).

As classes dominantes, dominam também as ideias e hegemonicamente expressam as relações materiais no âmbito social. Esse entendimento auxilia na compreensão dos processos de organização social do capital em vários momentos da história e suas implicações no comportamento, na cultura e na sociedade.

A reconfiguração do trabalho em muitos países europeus acarretou constituição do Estado de Bem-Estar Social após a crise do liberalismo com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929.

A resposta à crise, por parte dos Estados Capitalistas, veio por meio da teoria Keynesiana¹⁹ de mais investimento Estatal em obras públicas, bem como na assistência social e em mais direitos aos trabalhadores, sobretudo na Europa, devido à forte organização operária e a própria ameaça comunista representada pela União Soviética em seu processo de transição ao socialismo.

Como nova doutrina da gestão do Estado e sua relação com o mercado, em sua versão europeia intitulada Estado de Bem-Estar Social, promoveu uma série de garantias de direitos que beneficiaram o polo do trabalho, sem ameaçar a lógica do capital. Nos países europeus, por exemplo, a legislação garantia em alguns países a estabilidade no emprego, previdência pública, educação básica e saúde gratuitas, proteção trabalhista e outros direitos.

Todavia, a partir de finais da década de 1960, os capitalistas e seus governos buscaram o rompimento deste pacto entre capital e trabalho, cujo fiador e operador era o próprio Estado. Novas teorias e pressões por parte do capital, sobretudo o rentista, apontavam para a necessidade de superação do modelo anterior de Bem-Estar Social e uma espécie de retorno às ideias liberais.

Essa doutrina passou a ser chamada de Neoliberalismo e passava a ser uma resposta negativa às reivindicações dos trabalhadores e uma resposta positiva, digamos assim, às demandas dos capitalistas e seus prepostos.

Sobre o Neoliberalismo, Gentili (1996) afirma que ele representa

um complexo processo de construção hegemônica. Isto é, como uma estratégia de poder que se implementa sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional, etc. e, por ou através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais

¹⁹ Conhecida como uma revisão da teoria liberal, a doutrina Keynesiana teoriza sobre a intervenção do Estado na economia sempre que necessário, tentando evitar a retração econômica.

legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades (p. 9).

Com base nas reflexões de Gentili (1996), o neoliberalismo é caracterizado como um processo de construção hegemônica, portanto, um caminho estratégico de âmbito político, econômico e jurídico, no qual são direcionados à mimetização da superestrutura de organização social do capital, com o propósito de manter os benefícios das classes dominantes (burguesia). Essas estratégias vislumbram saídas dominantes para as crises do capital, iniciadas em 1960, porém manifestadas em 1970 e, somente consolidadas no Brasil em 1990. Isto expressa e sumariza um ousado projeto de reforma ideológica nas sociedades, acionando a construção e propagação de um senso comum, com aparência coerente, de modo a legitimar as ideias e as preposições de reformas que foram impulsionadas pelo capital.

Destarte, a emergência do Movimento Homossexual²⁰ no Brasil, articula-se aos acontecimentos econômicos e políticos ligados a esse contexto no qual o trabalho fabril com plantas industriais e um grande contingente de trabalhadores se tornou um empecilho à acumulação (HAVERY, 2011).

Ainda segundo Harvey (2011), as novas formas de organização da produção industrial passavam por transformações profundas em termos de tecnologia e de redução de postos de trabalho nos anos 1970. É no momento dessa crise específica do capital, articulada às formas mais variadas de experiências pessoais de pequenos grupos LGBTs que se acumularam forças, construindo progressivamente um processo de afirmação de identidades. Podemos situar tais forças, segundo nossa compreensão, no crescimento e no fortalecimento do movimento LGBT materializando nas lutas, não aleatórias, mas convergentes, conectadas e interseccionais.

No Brasil, o então chamado movimento homossexual, acompanhando o processo de luta internacional das pessoas homoafetivas, ganha corpo e articulação nacional nos anos 1970, muito marcado pela prática da auto-organização e por debate crítico ao Estado repressor (TOITIO, 2019). A seguir, abordaremos as especificidades e momentos históricos das lutas e organização do movimento LGBT no Brasil.

²⁰ A expressão Movimento Homossexual corresponde à caracterização prioritariamente formada por homens homossexuais, com o tempo, outras identidades e orientações foram incorporadas ao movimento.

3.2 O processo histórico de organização das lutas do Movimento LGBT

3.2.1 A primeira “onda”: o movimento homossexual (1970 a 1980)

Recorreremos à obra de Facchini (2005), intitulada *Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*, que tomou emprestado de outros movimentos, *verbi gratia*, o feminista, a metáfora da onda para representar as fases do movimento LGBT no Brasil, não obstante, seus últimos trabalhos afastaram-se da expressão, no entanto, outros estudiosos continuam utilizando o vocábulo. De modo que, em nosso trabalho, adotaremos a metáfora da onda.

O termo ondas, nas ciências da Física é definido pelas perturbações deslocadas no espaço que carregam energia de um ponto a outro. Essa metáfora nos leva a uma reflexão de que a energia do passado comparece no presente, mediante reminiscências às ondas, ou seja, os momentos históricos, transportam as inquietações por meio dos tempos. Deste modo, as conexões entre as fases do movimento LGBT apreendem uma dinâmica de transporte das cargas de esforço, contidas em cada momento, que não se isolam, mas revelam-se em um ciclo de ir e vir. Com efeito, é possível encontrar características de uma etapa antecedente em uma sucessiva.

Didaticamente, os períodos podem ser compreendidos da seguinte forma: a primeira onda entre 1970 a 1980; a segunda 1980 e 1990 e a terceira onda com início em 1990, a qual está com seu término aberto, contudo arriscamos que o final dessa fase se deu na primeira década dos anos 2000, assim, atualmente, podemos estar vivenciando uma quarta onda.

Na primeira onda (1970-1980), o movimento ainda era reconhecido com a alcunha homossexual, por representar predominantemente homens cisgênero com essa orientação sexual, gradualmente outras identidades de gênero e orientações foram incorporadas à denominação do movimento. Nesta época, a palavra *gay* é difundida entre os grupos de homossexuais, favorecendo o processo gradativo de mudança do nome do movimento

No Brasil, o então chamado movimento homossexual, acompanhando do processo de luta internacional das pessoas homoafetivas, ganha corpo e emerge da articulação nacional nos anos 1970, muito marcado pela prática da auto-organização e pelo debate crítico ao Estado repressor (TOITIO, 2019).

Foi em plena ditadura civil-militar (1964 a 1988), em meio à ideologia da moral e dos bons costumes, amparada em uma égide cis-heteropatriarcal que os primeiros passos para uma articulação mais ampla do movimento LGBT se deram.

Segundo Quinalha e Green (2014), em 1964 os generais, empresários, políticos conservadores, segmentos da classe média e a Igreja Católica tradicionalista se concentraram inicialmente em atacar o Partido Comunista, os sindicalistas, as Ligas Camponesas e outros movimentos do campo pertencentes à luta pela reforma agrária.

Contraditoriamente, enquanto as ideias reacionárias permeavam as práticas sociais, a expansão econômica, a partir de 1967, proporcionou mudanças culturais, comportamentais e de sociabilidade. Logo, a sexualidade e o gênero passaram a ser compreendidos por outras perspectivas, especialmente no universo juvenil (QUINALHA, 2014)

No final da década de 1960, os ativistas do movimento de contracultura, denominado Tropicália, transgrediam a norma binária de gênero, adotando um espírito próximo da androgenia, estreando novas formas de ver, pensar e sentir a sexualidade e os corpos. Recentemente, o filme *Narciso em Férias* (2020), de Renato Terra e Ricardo Calil, recuperou as memórias do cantor e compositor brasileiro, Caetano Veloso. Este artista foi exilado na época da ditadura civil-militar por contestar o aparato moralizador do Estado com a expressão da sua arte e da sua identidade, por isso sua figura propensa a desvirilidade era, naquele tempo, equivocadamente, associada ao comunismo.

A discriminação institucionalizada pelo Estado na ditadura perseguiu os homossexuais, com expurgo de cargos públicos. Conforme explica Trevisan (2018) e Quinalha (2014), havia uma Comissão de Investigação Sumária (1969), instalada no Ministério das Relações Exteriores, com finalidade de reprimir indivíduos julgados instáveis dentro do Itamaraty, como homossexuais e alcoólatras.

Segundo Trevisan (2018) e Quinalha (2014), o AI-5²¹ (1968) permitiu a cassação de funcionários acusados de afrontarem os valores da ditadura por meio do que se considerava condutas imorais na vida pessoal. Muitas cassações foram justificadas devido ao que se chamava na época de práticas de homossexualismo ou incontinência pública escandalosa, sendo obrigados a passarem por exames psiquiátricos e médicos. Muitos travestis e homossexuais foram presos de forma violenta e arbitrária pela polícia por supostas práticas

²¹ O Ato Institucional nº 5: AI-5 (13 de dezembro de 1968) constava um repertório de ações arbitrárias de consequências permanentes, promoveu poder de exceção aos governantes para punir os inimigos da ditadura. 1968 ficou conhecido como "o ano que não acabou", marcado na história como um episódio de intensa discussão da política e das tradições. O movimento estudantil oficializou-se como instrumento de protesto entre os jovens contra a política conservadora, mas especialmente com propósito por novas liberdades. O radicalismo jovem apresentado no lema "é proibido proibir". Esse movimento, no Brasil, articulou-se a uma investida mais sistematizada e antagonista à ditadura: aumentaram-se os protestos radicais, prioritariamente dos universitários, contra a ditadura. Todavia, a "linha dura" orquestrava aparatos sofisticados e planejava ações mais rigorosas contra a oposição.

de “vadiagem”. Além disso, muitos eram extorquidos ou torturados.²²

Segundo Leal (2013), as “operações limpezas”, no Rio de Janeiro e São Paulo, antes da década de 1980, ocorriam com o intuito de limpar os centros das cidades, prendendo homossexuais, prostitutas, negros e pedintes. Essa prática possui como antecedentes a segunda metade do século XIX, quando os cortiços e as pessoas que vivam à margem social, foram perseguidas e combatidas, por fazerem parte das classes perigosas (CHALHOUB, 1996), devido à “configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia” (CHALHOUB, 1996, p. 35).

A institucionalização de uma memória apoiada na concepção de classes perigosas no processo de implementação do higienismo no Brasil, contribuiu para que pessoas LGBTs fossem vítimas dessas operações de limpeza em muitos momentos da história.

A violência policial, nas “batidas” a bares e a casas noturnas eram corriqueiras, além da colaboração do Ministério Público e do sistema judiciário, com os dispositivos de controle e repressão, comumente associava-se, equivocadamente, a homossexualidade com as perversões, como a pedofilia e pederastia.

O mundo das artes sofreu censura quando simbolizavam ou tratavam das sexualidades dissidentes, músicas foram vetadas por fazerem apologia ao homossexualismo, publicações eram monitoradas, projeções de filmes interrompidas, apresentações cênicas vetadas sob acusações de erotismo ou pornografia. A televisão também não escapou da censura, pois atingia de forma maciça o povo, e os “donos do poder”, não queriam divulgação do homossexualismo, do erotismo e da liberdade para que tais propagandas não corrompessem a juventude dos valores morais e da tradicional família esperada para o Brasil.

O cenário de 1970 tinha como pano de fundo a crise do petróleo e o Milagre econômico²³, adotado pelo repressor da ditadura civil-militar o médico Emílio Médici, com intuito de diminuir as consequências geradas pela crise. Médici tentou fazer o país avançar por meio desse plano econômico, mas o “fazer o bolo crescer” para depois repartir, não foi um plano exitoso (QUINALHA; GREEN, 2014). O florescimento de novas formas de pensar e compreender o mundo, bem como as ambiguidades no âmbito da sexualidade, ocorreram em paralelo ao período de crise econômica e de intenso autoritarismo e censura.

Simultaneamente, expandiam-se os espaços parcialmente públicos, como bares e discotecas, que serviam de pontos de encontro para a comunidade LGBT. Quinalha (2014)

²² Práticas ainda comuns nos dias de hoje.

²³ Este mecanismo captaria dinheiro no exterior, por meio de empréstimos, para investir em obras suntuosas, todavia, as dívidas contraídas acabaram gerando um *boom* inflacionário.

relata sobre a obstinação de correntes conservadoras no seio das Forças Armadas em manter a moral católica. Os meios de comunicação sofreram censura ao divulgarem notícias sobre o movimento de *gays* e lésbicas que emergia em âmbito internacional. A mídia, reserva-se à reprodução estereotipada das pessoas LGBTs, com o intuito de afirmar uma visão negativa e preconceituosa, corroborando os discursos patologizantes médico-legais e do conservadorismo intelectualizado e da Igreja Católica.

No exterior, vivia-se um momento cultural fértil, assim, ao penalizar os indivíduos com o exílio, a ditadura possibilitou que estes pudessem fazer parte de outros grupos sociais, compartilhando experiências e memórias que mais tarde foram transmitidas e socializadas no Brasil, como menciona Trevisan (2018),

o golpe militar de 1964 tinha em suas entranhas um nem sempre secreto teor nacionalista/xenofóbico que, aliás, a esquerda daquele período compartilhava com gosto, não obstante, as graves diferenças entre os dois polos ideológicos. Paradoxalmente, a compulsória modernização desse período da vida brasileira ocorreu, no terreno cultural, por força dos próprios militares, que, ao provocar o exílio de inúmeros intelectuais, os colocaram em contato brutal com o mundo. Quando esses personagens começaram a voltar, graças a anistia instaurada em 1979, trouxeram consigo vivências que haviam sido absorvidas em sua forçada temporada longe do lar (...) não por acaso: a possibilidade de modernizar-se implicava uma maneira muito brasileira de sobreviver; ou seja, estar sempre correndo atrás do prejuízo de ontem, como se o presente fosse uma realidade a ser conquistada contra o passado (p. 314).

Isto posto, as notícias do mundo encontram modos de penetrarem no Brasil, em plena ditadura civil-militar (1964-1985), muitos ativistas encorajados pelas ideias de liberdade e de igualdade, desenvolveram publicações alternativas LGBTs, fundamentais para o estabelecimento do movimento no Brasil, uma vez que denunciavam abusos, discriminações e violências, expondo as vísceras da ordem normativa daquela época.

Além do discurso abertamente homossexual, essas publicações discutiam problemas sociais, um dos jornais mais famosos é o *Lampião da Esquina*, mais adiante aprofundaremos sobre a atuação desse jornal. A soma de muitos fatores, no plano econômico, político, social e cultural, favoreceu a organização de movimentos sociais e a emergência do Movimento Homossexual Brasileiro.

Ademais, a homossexualidade restrita aos guetos, era uma alternativa de socialização, aquém da *práxis* efetivada na vida social, deste modo, a emersão do movimento homossexual, possibilitou a estreia de parte da comunidade LGBT em outros espaços, para além destes guetos.

Green (2019) examinou as memórias do nascimento de um movimento social politizado no âmbito das questões LGBTs, apesar de sua pesquisa não demonstrar evidentemente um trabalho de memória, conseguiu apresentar um prognóstico de um contexto circunspecto ao desenvolvimento e difusão das demonstrações de expressão da homossexualidade masculina nos limítrofes geográficos entre São Paulo e Rio de Janeiro, dando-nos uma ideia de como era vista a homossexualidade no Brasil no século XX.

Este trabalho termina com o surgimento de um movimento brasileiro pelos direitos de gays e lésbicas no fim dos anos 1970. A história desse movimento ainda está por ser escrita. Porém, uma observação sobre o movimento politizado é pertinente. Determinar o curso dos acontecimentos históricos que poderiam ter ocorrido é um empreendimento arriscado. Todavia, parece claro que se o governo militar não tivesse deslançado uma onda de repressão, ampliando a censura e restringindo os direitos democráticos em fins de 1968 com a imposição do AI-5 além de outras medidas, um movimento politizado pelos direitos de gays e lésbicas possivelmente teria surgido já no início dos anos 1970. [...] Embora, essas organizações fossem influenciadas pelo movimento internacional de gays e lésbicas que se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental nos anos 1970, elas foram originadas e moldadas por suas realidades nacionais específicas. Certamente, as condições estavam amadurecidas no Brasil já no fim dos anos 60 para que ocorressem desenvolvimentos similares. A urbanização, a modernização e a industrialização haviam contribuído para a formação de subculturas vibrantes no Rio, em São Paulo e nas outras principais cidades. A sociabilidade homoerótica ocorria em muitos lugares, desde espaços públicos, como parques, cinemas e outras áreas chamadas pela subcultura de “pegação”, até comércio, bares e casas noturnas dirigidas ao público gay. O processo de formação de identidades distinta dentro dessas subculturas inclui inúmeras expressões culturais, entre elas a publicação de jornais caseiros, uma presença cada vez mais visível nas celebrações do carnaval e uma infinidade de outras manifestações de interações coletivas. Além disso, apesar da censura governamental, as influências contraculturais que permearam os movimentos de jovens estudantes nos anos 1960 propiciaram uma discussão limitada na sociedade e na mídia sobre a sexualidade, os papéis de gênero e a homossexualidade. Mesmo com as medidas repressivas exacerbadas dos militares, algumas publicações no início dos anos 1970 conseguiram escrever sobre o Gay Power e sugerir caminhos de organização política dos homossexuais. Quando o regime militar resolveu evitar uma explosão social ao implementar um processo de liberação política lento e gradual em meados dos anos 1970, alguns grupos imediatamente se reuniram para questionar as noções hegemônicas de homossexualidade, que a consideravam um comportamento pervertido e doentio. Embora os grupos que se formaram de fins dos anos 1970 em diante não evoluíssem para movimentos de massa, eles conseguiram provocar debates nacionais sobre os temas como parceria civil, discriminação e violência social contra homossexuais (GREEN, 2019, p. 464).

O trabalho de Green reconstituiu a memória dos primeiros jornais com uma linha de produção simples sem sofisticação como *O Snob*, elencando abertura para o surgimento de

vários outros modelos de expressão. O *corpus* andrógeno, assumiu um patamar de valorização, bem como a contracultura, questionando a ditadura, a censura em busca da liberdade, seja de expressão ou de manifestação das identidades plurais, tendo uma versão (re)inventada da mídia compreendida como alternativa, corporificada pelo célebre Jornal *Lampião da Esquina*, dos coletivos de homossexuais, culminando na composição do Grupo Somos.

Segundo Macrae (2018), o Grupo Somos é reconhecido, segundo as bibliografias levantadas, como o pioneiro grupo organizado na politização das demandas referentes à homossexualidade no Brasil, tendo como berço São Paulo, sua fundação ocorreu em 1978. Esse coletivo conquistou visibilidade e respeito no referencial histórico, não apenas por seu pioneirismo, mas por sua atuação considerável, ao marcar a experiência de vida de muitas pessoas, pois como salienta Halbwachs (1990, p. 69), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e esse ponto de vista pode ser modificado a partir dos lugares ocupados por esses indivíduos e suas relações com os outros membros dos grupos e com outros meios”.

Os debates propostos pelo grupo Somos culminaram na formação de outros coletivos, como o Eros e Libertos, o aparecimento de novos grupos foi um processo espontâneo de inclusão de outras pessoas com gênero não-binário, mas que não se encaixavam no movimento homossexual predominantemente masculino, como explicamos.

Ademais, os articuladores do grupo Somos e editores do *Jornal Lampião da Esquina* — João Antônio Mascarenhas²⁴ e João Silvério Trevisan²⁵ — produziram um vasto acervo de publicações colocando em evidência, não apenas na mídia, mas na academia, a questão da homossexualidade no Brasil. O trabalho de Mascarenhas e Trevisan possibilitou o registro das memórias da luta do movimento em sua fase mais inicial, por meio da documentação das atividades, conquistas e conflitos, difundindo suas ações coletivas, tornando-se as “pedras oblongas”²⁶ da primeira onda do movimento homossexual no Brasil.

É no Jornal *Lampião da Esquina* que as atribuições da contracultura se revelam e assumem um cenário de contestação, abertura e renascimento para movimento homossexual no Brasil. Nas pesquisas bibliográficas, a repressão da ditadura fomentou atrasos na

²⁴ João Antônio de Sousa Mascarenhas foi um importante ativista social brasileiro, pioneiro na luta pelos direitos humanos e civis dos cidadãos homossexuais no Brasil.

²⁵ João Silvério Trevisan jornalista, cineasta, dramaturgo e defensor da comunidade LGBTQ+ no Brasil, assumiu sua homossexualidade publicamente durante o Ato Institucional nº 5^a, o que o forçou a sair do Brasil.

²⁶ Pedra com que se demarcam terrenos ou se aproveita para sinal de limites territoriais, é uma expressão que exprime sentido de marco.

consolidação das lutas pela cidadania LGBT, todavia, apesar de ter agido com retroação e censura, no que concerne à liberdade contrária à norma, houve em certo ponto, o estímulo por parte dela, no impulsionamento de resistências em diversas esferas sociais, assinalando com desempenho o delineamento antiautoritário, reservado a primeira onda do movimento homossexual no Brasil.

Mesmo assim, militantes dos Somos, ao buscarem transformações sociais, firmavam pactos com outras minorias relacionadas à luta de classe no movimento dos trabalhadores, iniciando um processo de reflexão das ideias sobre sexualidade na esquerda tradicional. Esses compromissos celebrados entre grupos e partidos da esquerda com o movimento homossexual, foram resultados de um relaxamento político da ditadura, ao aquiescer a formação de coletivos clandestinos com ideias marxistas, adquirindo expressão mais livre e aberta em convergência com o declive da censura na imprensa. Macrae (1990) relata sobre a construção de uma identidade homossexual militante em razão das movimentações/reuniões políticas.

Ao contrário do que muitos achavam então, creio que essas reuniões não serviam para resgatar uma fala ou cultura homossexual longamente reprimida. Como estou querendo demonstrar, mais do que sendo descoberta, uma identidade homossexual estava sendo construída. Mas nisso as reuniões de identificação certamente foram muito eficazes e novos valores eram criados, previamente desconhecidos mesmo entre os frequentadores do gueto. De uma forma muito real, aprendia-se a ser homossexual, ou melhor, militante homossexual (MACRAE, 1990 p. 131).

Essas tensões polarizadas entre o consenso homogeneidade e heterogeneidade impeliram o autoritarismo, com a constituição de hierarquias dentro dos movimentos e incitaram o combate e as intimidações externas, desenvolvendo a união de forças e não a segregação. É meritório destacar que o I Encontro de Homossexuais Militantes ocorreu no Rio de Janeiro em 1979²⁷. Facchini (2005) relata a divisão do grupo Somos, em 1980, compondo três coletivos: GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminino), o Somos e Outra coisa.

No entanto, depois dessa segmentação, a Operação Rondão ou Operação Limpeza estimulou a união das seções dos grupos originários do Somos e promoveu a articulação com o movimento feminista e negro em uma Ação Coletiva Pública contra Wilson Richetti, um delegado favorável às limpezas policiais, que prendiam e espancavam travestis, prostitutas e homossexuais no centro de São Paulo, obrigando-os a se marginalizarem ainda mais, a

²⁷ Informação está disponível no boletim do Grupo Gay da Bahia, de 1993

mobilização aglomerou pessoas em uma grande passeata, dando visibilidade para a causa homossexual, em 13 de junho de 1980 (MACRAE, 1990).

Esse ato foi um marco na trajetória dos militantes homossexuais do movimento no Brasil, pois ao apresentarem a convergência das suas lutas entre classe e múltiplas identidades, favoreceu-se a união de forças ao espectro político da esquerda, em resistência à opressão e à repressão do Estado normativo. O evento ocorre em um momento limítrofe entre ondas do movimento, posicionado convencionalmente em uma esfera de transição.

O primeiro Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) ocorreu em São Paulo, em 1980, o fato deste evento não se repetir em 1981 contribuiu para a organização de dois encontros, um paulistano e outro nordestino, a ocorrência de eventos fora do espaço Rio-São Paulo colaborou para sua expansão em outros estados. Destaca-se, ainda, a importância do grupo Somos nas eleições de 1982 e do apoio oferecido ao Grupo Gay da Bahia, fundado em 1980, por Luiz Mott²⁸, na luta contra a classificação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS²⁹) que tratava a homossexualidade como uma patologia, denominada de homossexualismo³⁰. A despatologização da homossexualidade é uma conquista emblemática, na assunção e reconhecimento das pessoas LGBT, em razão de combater o estigma de doentes, pervertidos e loucos.

Com o encerramento das atividades do Jornal *Lampião da Esquina* (1981), muitos grupos passaram a viver um momento de desarticulação, devido à dificuldade de movimentar informação e do fazer circular as ideias do movimento pelo país, por se tratar de um jornal da chamada imprensa nanica³¹, muitas foram as dificuldades enfrentadas para se manterem, inclusive no campo financeiro. Na primeira onda, o realce está no espírito antiautoritário, antirepressivo e ligado ao ideário comunitarista³², outrossim, mesmo em graus distintos, na primeira onda já era possível apreciar características adjuntas da segunda onda. Os limites do ativismo de contracultura, esbarravam na busca pela promoção e pelo reconhecimento dos Direitos Civis das Pessoas LGBT.

Em síntese, a primeira onda esteve relacionada a uma categoria de movimentos social, cuja articulação concentrava-se entre Rio-São Paulo, o recorte temporal é compreendido entre

²⁸ Antropólogo, historiador e pesquisador, e um dos mais conhecidos ativistas brasileiros em favor dos direitos civis LGBT.

²⁹ Vigorava antes da criação do SUS e foi extinto pela lei federal 8.689, em 1993.

³⁰ Até o ano 1990, a Organização Mundial de Saúde considerava a homossexualidade como doença e, por isso, estava na lista de doenças mentais. Em função de pesquisas na área da sexualidade, a expressão “homossexualismo” foi retirada da lista de doenças mentais.

³¹ Imprensa de pequeno porte, nascida na ditadura, também chamada de imprensa alternativa, colocava-se contra a repressão e opressão.

³² Focaliza seus interesses nas comunidades e na sociedade e não no indivíduo, tal como o liberalismo.

as décadas de 1970 a 1980. A formação do movimento Homossexual no Brasil sofreu influências contextualizadas na expansão capitalista e nas suas crises, como também na Ditadura Civil-Militar no Brasil, nas revoltas internacionais, na revolução dos hábitos sexuais, na emersão do movimento *hippie*, dentre outros, e em 1980, inicia o processo de transição da primeira onda para a segunda.

3.2.2 A segunda “onda” (1980 – 1990)

A segunda onda do movimento homossexual no Brasil (1980-1990) representou uma década repleta de eventos que em maior ou menor grau influenciaram na dinâmica de atuação do movimento homossexual. A Guerra Fria contextualizava a política do mundo, no entanto, outros episódios de cunho econômico e político influenciaram as relações sociais e os segmentos movimentistas.

O conflito entre a Inglaterra e Argentina, conhecido como a guerra das Malvinas (1982), ocorreu quando ambas reivindicavam o arquipélago das Ilhas Malvinas, situado ao sul do oceano Atlântico. A primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher (1979 a 1990), manteve-se irredutível quanto à recuperação do arquipélago, inclusive contra o próprio parlamento inglês, contudo, a vitória da Inglaterra na guerra fortaleceu o governo conservador da primeira-ministra e enfraqueceu a Junta militar na Argentina.

A postura de Margaret Thatcher nesse episódio contribuiu para o recebimento da alcunha de Dama de ferro e foi, em certo ponto, considerada a mãe do neoliberalismo. Com Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, defendeu a retomada e as adaptações das concepções do liberalismo clássico para o neoliberalismo. A proposta mantinha presença do Estado na assistência social, saúde e educação, no entanto, a iniciativa privada devia ser apoiada em seus projetos (EDDY; LINKLATER; GILLMAN, 1982).

Naquela época, os países desenvolvidos cobravam dos países em desenvolvimento e endividados que, se não pudessem pagar suas dívidas, devessem vender suas riquezas, isto é, se o Estado não administra bem as riquezas, que elas sejam entregues à iniciativa privada, para assim, arrecadar e quitar as dívidas. A guerra das Malvinas desdobrou as concepções econômicas exequíveis na década de 1980 e 1990 com repercussões internacionais e nacionais.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, símbolo das divergências e disputas entre capitalismo e socialismo, construído para separar a Alemanha ocidental capitalista da Alemanha oriental socialista, fez a União Soviética perder a influência na Alemanha,

evidenciando a crise da Guerra Fria, culminando mais tarde na unificação da Alemanha e, em 1991, a União Soviética chega ao fim (LADWIG; COSTA, 2009).

Em 1984, o movimento Diretas Já agita muitos segmentos da sociedade, inclusive o feminista e o LGBT, ávidos pelo reconhecimento dos seus direitos civis e em busca da garantia de justiça, liberdade e igualdade. O Diretas já era uma investida de pressão popular, envolvendo a classe trabalhadora (operários), artistas, esportistas, camponeses, dentre outros (KOTSCHO, 1984).

O brado do povo pedia a aprovação do Congresso da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, aspirando que o próximo presidente fosse eleito por voto direto, todavia, a ditadura não acabou pelo voto direto. Kotscho (1984) relata que foi votado pelo colégio eleitoral, o voto indireto pelo congresso aos candidatos, Tancredo Neves representando a oposição à ditadura e Paulo Maluf representando à situação, isto é, o apoio à ditadura. Tancredo foi eleito, por meio do voto indireto e a ditadura teve o seu fim.

Mesmo não ocorrendo a eleição direta, o movimento Diretas Já, foi muito importante, pois marcou a mobilização popular ao pressionar o congresso para findar a ditadura de vez. Tancredo não assume, internado às pressas um dia antes da posse, faleceu vítima de problemas estomacais. José Sarney alcança a cadeira presidencial, cabe destacar como detalhe a sua ligação com a ditadura-militar, a qual abandonou um pouco antes do processo de redemocratização, migrando para a oposição (KOTSCHO, 1984).

Com o fim da ditadura civil-militar, grupos e coletivos alcançaram mais visibilidade e se fortaleceram, como por exemplo o Grupo (carioca) Triângulo Rosa, na década de 1980, sob a direção do seu fundador João Antônio Mascarenhas³³ (1927-1998) e pioneiro no ativismo homossexual no Brasil. Mascarenhas defendeu a proibição da discriminação por orientação sexual na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Sem embargo, as conquistas legais deste grupo de minorias sexuais estigmatizadas e reprimidas foram ínfimas em relação a outros grupos de excluídos, com é o caso dos indígenas e quilombolas. A Constituição na época restringiu-se a nivelar os direitos e deveres entre homens e mulheres, intentando superar a discriminação. Todavia, ignorou as diferenças de gênero, identidade e orientação sexual, sobre a alegação de proteger a família, os valores, a moral (TREVISAN, 2018).

A pauta LGBT foi excluída da Constituição Federal em votação na Assembleia Constituinte. Ficando determinando, de forma genérica na Carta Constitucional, a promoção

³³ Também fundador do *Jornal Lampião da Esquina*.

do bem de todos. Contudo, a atuação do Poder Judiciário, diante das manifestações e do fortalecimento da luta a favor da agenda LGBT nas últimas décadas, particularmente com a assunção da esquerda (2003-2016), promoveu importantes transformações e conquistas no Estado brasileiro.

Ademais, a Carta Magna de 1988, não deixou de representar um avanço no atendimento dos direitos e das garantias fundamentais, como demonstra o artigo 5º: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, p. 09).

O grupo Triângulo Rosa³⁴ do Rio de Janeiro e o Grupo Gay da Bahia³⁵ (GGB), marcaram a segunda onda do movimento homossexual brasileiro, pelo qual emprestou do Somos a sua referência como coletivo. Estes grupos preocupavam-se em ser compreendidos como instituição, definiram a necessidade de organização oficial, com registro formal e sede própria. O GGB é o coletivo homossexual, em atividade, mais antigo no Brasil. Os anseios desses coletivos na segunda onda do movimento LGBT buscavam se desfazer dos mecanismos heterônomos³⁶ e assumir uma postura crítica de mundo.

Segundo Facchini e Rodrigues (2018), a atuação do Grupo Gay da Bahia e do Triângulo Rosa produziu marcos importantes nesta década, inclusive na participação do processo da constituinte.

A adoção da categoria “orientação sexual” como forma de procurar superar as disputas entre as ideias de ser ou estar homossexual; a participação no processo da constituinte procurando inserir a não discriminação por “orientação sexual” e a condução da campanha que, em 1985, obteve a retirada da homossexualidade do código de doenças do Inapmps (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 239).

A segunda onda conjugada com o retorno do regime democrático no país coincide com o aparecimento da AIDS, a doença recebeu o vulgo nome de Peste Gay, provocando

³⁴ O grupo Triângulo Rosa, fundado em 1985 no Rio de Janeiro, assumiu uma luta simbólica, por confrontar valores religiosos, concepções médicas, normas jurídicas, de construção de identidade, e ainda, pela revisão das concepções sobre feminilidade e masculinidade, separando a anatomia das referências simbólicas que lhes são atribuídas. Defendeu a inclusão do termo "orientação sexual" na Constituinte de 1987, contribuindo na desconstrução do estigma proposto pela expressão “opção sexual”.

³⁵ O Grupo Gay da Bahia é uma organização não governamental voltada para a defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil (1980) que possui um papel importante no registro da violência contra pessoas LGBTs no Brasil.

³⁶ Heteronomia é um conceito criado por Kant para denominar a sujeição do indivíduo à vontade de terceiros ou de uma coletividade.

mais um fenômeno de estigmatização dos homossexuais como grupo de risco da doença. Para Miskolci (2019), a idealização da sociedade heterossexual mostrou-se como imperativo para a prevenção à epidemia da Aids. Essa doença sofreu uma construção cultural baseada na ideia de castigo aos que participaram da Revolução dos hábitos Sexuais. A mídia hegemônica a noticiou como Peste gay até surgir a denominação Síndrome da Imunodeficiência Adquirida” (WEEKS, 2007, p. 98-99).

Segundo Jardim (2019), o primeiro registro oficial de um caso de Aids correu em São Paulo em 1982, contudo, o impacto social incidiu com mais força na década seguinte com o aumento no número de vítimas. O assombro provocado pelas mortes ainda sem tratamento e diagnóstico satisfatórios despertou reações coletivas de profundo medo contra os grupos considerados ameaçadores por terem infligido a norma moral. A sociedade passou a responsabilizar os homossexuais pelo aparecimento da Aids, devido ao seu caráter transmissor de ordem sexual (MISKOLCI, 2019).

Neste período ocorre um elo decisivo entre o movimento, o poder público e as organizações nacionais e internacionais. Essa relação é encorajada pela existência de outro oponente, agora em comum com o Estado: a AIDS. Além disso, os anseios pelo reconhecimento dos Direitos Civis das Pessoas LGBT passam a configurar como prioridade na agenda do movimento.

A discussão sobre a expressão “opção sexual” para se referir a orientação sexual como uma escolha, perdurou nas décadas seguintes e reforçou estigmas e preconceitos. O curta-metragem *Viva a vida: Herbert Daniel, o Amor e a AIDS nos anos 80*³⁷ apresentou o dilema vivido pelas pessoas homossexuais estigmatizadas pela doença.

A projeção retratou a dificuldade em assumir suas identidades devido ao preconceito construído coletivamente pela ideia de opção sexual. O ativista Herbert Daniel³⁸ refletiu sobre a superação da ideia entre “ser e estar” homossexual ao expor sua posição sobre a origem da homossexualidade.

O homossexual foi completamente inventado, inventado pelo preconceito, ele é tão inventado que parece que se criou uma identidade de alguma coisa que não existe. Todas as vezes que eu falo que sou homossexual, eu me refiro a um determinado tipo de orientação que me leva ter prazer sexual

³⁷ Produzido pela extinta rede de televisão Manchete, em 1988

³⁸ Herbert Daniel participou da oposição armada contra a ditadura militar no Brasil, exilou-se em 1974, em Portugal, foi o último exilado a ser anistiado, voltou ao Brasil em 1981, após o princípio da redemocratização. Militou no Partido dos Trabalhadores (PT) e participou da fundação do Partido Verde com outros dissidentes do PT. Daniel foi também um ativista pela ecologia e direitos dos homossexuais.

com alguém de mesma conformação biológica que eu. Isso é uma explicação muito ligeira, para uma coisa tão complexa, que é a constituição da sexualidade como um todo. Me perguntam sempre: Você é homossexual por que? Eu respondo: Se alguém que é heterossexual, me explicar como surgiu nele a heterossexualidade, eu seria capaz dizer como surgiu em mim a homossexualidade, é da mesma forma, o sexo é da gente é muito parecido e ao mesmo tempo individual, portanto, diferente de pessoa para pessoa (VIVA A VIDA: HERBERT DANIEL, 1988, grifo nosso).

Relacionamos a consideração de Herbert Daniel sobre a invenção do homossexual com o entendimento de Miskolci (2019) em face do entendimento do homossexual como uma invenção médico-legal do século XIX ainda habitante no imaginário social e frequentemente acionada como um espectro em períodos de disputa política sobre os limites da sexualidade. O elo entre essas duas compreensões traz à tona uma reflexão sobre a memória coletiva. Para Halbwachs (1990),

quantas vezes exprimimos então, com convicção que parece todo pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver que nos espantaríamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós (p. 47).

Em momentos distintos da história³⁹, os cenários nacionais o pânico moral ao redor das transformações na concepção de família, paternidade/maternidade, relações de gênero conjuram a homossexualidade como uma ameaça à normativa cis-heteropatriarcal.

O documentário mostra uma sociedade ainda muito hostil, que atacava a homossexualidade com furor. Tentavam explicá-la por meio da biologia e psicologia, permeando no senso comum a ideia de que as pessoas LGBTs tinham dois caminhos a seguir: a heterossexualidade e a homossexualidade, no entanto, optavam pela anormalidade.

A compreensão da homossexualidade como opção transmitiu uma memória social de julgamento e preconceito. No documentário a repórter pergunta ao entrevistado: “Você sabe por que você decidiu se tornar homossexual?” representando um pensamento muito comum da época: “escolheu ser gay”, responsabilizando o homossexual pelo julgamento da sociedade e colocando-o como marginalizado e proscrito, já que “não quis se enquadrar a norma heterossexual aceita” (VIVA A VIDA: HERBERT DANIEL, 1988).

Essas ideias desnaturalizantes da homossexualidade, talvez recuperadas das memórias coloniais ainda circulantes, geraram discussão na mídia e nas reuniões internas dos coletivos, ao se incomodarem com a expressão inadequada (opção sexual), como assegura Macrae (1990),

³⁹ Desde da década de 1950 (MISKOLCI, 2019).

quando um psicólogo renomado deu uma entrevista falando da homossexualidade em termos de opção e não condição, também provocou reações exaltadas de integrantes do grupo. Afirmavam ser isso um absurdo, pois ninguém, dada a chance, optaria por uma vida tão sofrida e difícil. Era importante para a solidariedade grupal esse sentimento de que a homossexualidade era uma marca inescapável e "incurável", e que, portanto, a base para qualquer tentativa de melhorar a situação social do homossexual deveria vir do seu reconhecimento como tal, do seu se assumir (MACRAE, 1990, p. 41).

A atuação militante nos diversos movimentos sociais relacionados com os desdobramentos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais propiciaram, na década de 1980, a discussão de muitos tabus, em razão da abertura de espaço na mídia. Contudo, os debates destes tabus também se entrelaçam com as diferenciações de características do capitalismo em um processo de camuflagem dos interesses e demandas das classes dominantes a cada momento histórico.

Destarte, a lógica do capital em um “efeito camaleão” faz com que as mudanças de hábitos, estilos de vida e formas de pensar o mundo nas práticas sociais sejam apropriadas pela sociedade. Isso enseja a expansão do consumo e a acumulação, as transformações na superestrutura da organização social, evidenciadas nas atualizações e apoderamentos das ideias, comportamentos, disputas e transformações a cada tempo histórico, vislumbrando assim, a manutenção dos privilégios da classe dominante, detentora dos meios de produção beneficiada pelo capitalismo.

A microeletrônica permitiu a popularização de televisores, rádios e telefones, o que moldou uma nova realidade econômica, de trabalho e de consumo (MISKOLCI, 2019). Desta forma, os anos 1980, sob a influência digital, pronunciou o consumo de estilos de vida, hábitos, informações, condutas/comportamentos, ou seja, o consumo não se baseava apenas em bens e produtos materiais.

Esse contexto favoreceu o rompimento do caráter revolucionário, vinculado à contracultura, demonstrando uma redução do desejo de transformação da sociedade, mantendo uma postura mais prática, intencionalizada e centralizada na promoção, garantia e reconhecimento dos direitos civis para as pessoas LGBT. Essas intenções influenciaram fortemente as ramificações do movimento pelo interior do país na fase seguinte.

A segunda onda do movimento (ainda) homossexual, ou movimento dos *gays* e lésbicas, militou com mais pragmatismo e conseguiu lidar com a epidemia da AIDS de forma eficiente, a resposta coletiva contra essa doença, colaborou na desconstrução dos estigmas enfrentados pela comunidade homossexual. Ocorreu um esforço, por parte do Grupo Gay da

Bahia, em realizar eventos que possibilitassem o diálogo entre os grupos ainda existentes com outros movimentos como o feminista e o negro, além de estabelecer ligações com a política partidária: Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Essas alianças e ligações auxiliavam na luta contra a estigmatização produzida pela construção cultural que alcunhava a Aids como câncer/peste gay e buscavam despatologizar a homossexualidade e promover a sensibilidade do poder público para afloração de dispositivos legais combativos à discriminação, vislumbrando o reconhecimento, a visibilidade, a liberdade e igualdade (TREVISAN, 2018).

Os temas debatidos em domínio nacional pelos grupos ainda em atividade no final dos anos 1980, concentram-se ainda no discurso sobre AIDS, dando atenção também à violência contra as pessoas LGBTs, a questão religiosa passou a apresentar-se como uma demanda para o debate, bem como o estímulo à criação de novos coletivos e fortalecimentos dos existentes.

O período letal da epidemia da Aids aconteceu com a disseminação de mortes em meados de 1980 até a segunda metade da década de 1990, quando ocorreu a invenção do coquetel antirretroviral (JARDIM, 2019). Neste período, houve a transição do circuito homossexual das metrópoles para a dimensão nacional. Essa expansão sofreu contribuição das mídias e principalmente da internet, estabelecendo uma comunicação na disseminação das ideias, conflitos, aspirações realizadas nos exórdios circuitos *gays* das grandes cidades brasileiras para o interior do país (MISKOLCI, 2019).

3.2.3 A Terceira Onda (1990 aos dias atuais)

Na terceira onda, demarcada nos anos 1990, a sociabilidade homossexual já tinha proporções maiores, inaugurando um circuito fragmentado, com pretensões defensoras da integração das minorias sexuais em uma dimensão maior. É retomado o crescimento das organizações a serem representadas em eventos e encontros de âmbito nacional.

No âmbito político, o movimento homossexual e suas pautas reconfiguram-se (MISKOLCI, 2019). Tomamos a década de 1990 como referencial para o início da terceira onda do movimento GLBT⁴⁰, ademais Facchini e Rodrigues (2018) consideram que

os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000 como um período marcado pela atuação por vias institucionais, por formatos de organização mais institucionalizados e pelo diálogo com o Estado, seja via Legislativo, seja via Executivo. Esse processo cresce, devido aos editais de apoio a atividades de

⁴⁰ Sistema de sigla para denominar o movimento em mais evidência na década de 1990.

ONGs na prevenção aos DST/Aids entre HSH (homens que fazem sexo com homens) no início dos anos 1990, passando pela inserção de homossexuais nos programas nacionais que estabelecem diretrizes e ações para políticas de direitos humanos – o que se deu pela primeira vez em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, e pela criação do Conselho Nacional de Combate à discriminação (CNND), em 2001 (p. 242).

Isto posto, segundo Facchini e Rodrigues (2018), o entendimento quanto ao término da terceira onda está indefinido, porquanto, a citação demonstra que a caracterização e o espírito político orientado para a institucionalização do movimento GLBT nas décadas de 1990 até os anos 2000 se mesclam. Muitas transformações de paradigmas sociais da década de 1990 foram destrinchadas com o término da Guerra Fria, seguido do colapso da União Soviética e do Comunismo, oportunizando a certo modo, o paulatino estabelecimento do capitalismo global ou globalização.

Os avanços tecnológicos inventados na década anterior foram aperfeiçoados e popularizados, a difusão da Rede Mundial de Computadores alinhada ao surgimento de processadores, navegadores, games, sistemas operacionais, tecnologia de CD e DVD, *paggers*, comércio eletrônico e telefonia celular iniciaram uma revolução no comportamento das pessoas.

Nesta conjuntura frenética dos anos 1990, a agenda do movimento GLBT orientou-se para a presença institucional, buscando articulações no território nacional e com organizações internacionais. Vínculos foram construídos com redes e associações, produzindo visibilidade com forte comparecimento na mídia. Os acontecimentos políticos e econômicos colaboram para mudança de comportamentos da sociedade e os espaços de liberdade para as pessoas GLBTs são ampliados, o capitalismo e a sua expressão de “efeito camaleão” se apressa em empreender, colocando no mercado publicações de revistas específicas, agências de namoro e viagens, *sites*, casas noturnas, marcando também esta onda, como o momento em que a comunidade GLBT é inserida de maneira mais evidente no mercado consumidor de produtos, bens, serviços específicos e estilos de vida.

Um aspecto importante na recuperação das ondas vividas pelo movimento GLBT brasileiro, refletido por Mira (1997), é que a formação de organizações e a visibilidade destas identidades no âmbito global proporcionaram convergir um mercado voltado para esse público.

A lógica perversa do mercado absorve os movimentos sociais e culturais e os articula de acordo com seus interesses. Assim, pode se concluir que existe uma relação entre o que os produtores do mercado chamam de segmentação e as mudanças societárias recentes, para as quais vários autores vem

chamado a nossa atenção. Essas mudanças apontam para uma reorganização das divisões sociais, em que se combinam velhas e novas categorias. Algumas diferenciações refletem a velha estrutura de classes. Outras correspondem à ancestral divisão entre o mundo masculino e o mundo feminino, cuja transformação é um dos fenômenos mais relevantes da história contemporânea. Outras ainda se referem a uma diferença não menos antiga, mas que hoje se modifica rapidamente, ganhando terreno na investigação social, com temas como juventude, velhice, fases da vida, etc., a qual chamei de geracional. Um momento de rearticulação dos valores sociais, dos espaços público e privado, em especial, o da família. A segmentação da produção cultural nos últimos anos seria o resultado de uma especificação maior das ofertas, cruzando-se estas três variáveis básicas — classe, gênero e geração — com outras que contemplariam o que tem sido chamado de estilo de vida. Esta especificação viria de encontro a necessidade de expressão das diferenças por parte destes grupos e, mais recentemente à explosão da diversidade cultural ou da fragmentação da experiência no contexto atual, também chamado pós moderno. Dentre elas ganham força [...] as diferenças étnicas e a homossexualidade. Os movimentos são cada vez mais específicos, embora sua atuação procure ser global. [...] O consumo torna-se uma dimensão tão importante na vida das pessoas, dos grupos, das famílias, que pode ser pensado como um lugar privilegiado para a construção da própria identidade ou das identidades dos grupos (MIRA, 1997, p. 336 -338).

No âmbito econômico o perímetro comercial direcionado aos homossexuais seguiu rumos integracionistas⁴¹ favorecendo a promoção de segmento de consumo denominado Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS). Nesta época (1990), surgiram festas, casas noturnas, feiras etc., com características mais refinadas, tentando desmarginalizar a homossexualidade para ascensão de uma vertente no consumo (MISKOLCI, 2019).

No movimento houve uma reformulação das pautas políticas, estimulada pelos anseios de reconhecimento dos direitos civis. Em 1995, por exemplo, Marta Suplicy (deputada federal) propôs um projeto de lei sobre a parceria civil entre pessoas que mantinham relacionamentos homoafetivos, levando a público uma discussão a respeito do casamento *gay*. No interior do movimento as atuações foram gradualmente admitindo as diversidades contribuindo para que o movimento assumisse uma postura macropolítica constituída por inúmeros outros movimentos (MISKOLCI, 2019). Ou seja, dentro do Movimento GLTB existiam/existem inúmeros outros, como por exemplo o movimento feminista lésbico, movimento feminista trans etc.

Dentre outras mudanças na atuação do movimento, destaca-se a organização de manifestações políticas e massivas socialmente mais visíveis como a Parada do Orgulho (MISKOLCI, 2019). O confronto contra discursos discriminatórios e compulsórios também

⁴¹ Integracionismo: defesa da integração de uma comunidade minoritária específica em outra de maior dimensão.

marcaram a época e, em 28 de julho de 1997, ocorreu a primeira Parada do Orgulho LGBT no Brasil em homenagem à Revolta de Stoneawall nos Estados Unidos (BUTTERMAN, 2012). A parada manifestou um espírito político de protesto contra a hegemonia cis-heteropatriarcal e celeremente alcançou todas as regiões do país promovendo empoderamento e visibilidade às pessoas LGBTs.

As aspirações pelo ativismo renascem em busca de reconhecimento dos direitos civis na década de 1990. O aparelhamento e a solidificação das organizações e das lutas possibilitaram fortalecer a militância LGBT, constituindo um espaço para que as discussões sobre gênero tomassem o seu lugar como referência. São os corpos em aliança, uma performatividade de assembleia inserida na política das ruas, iniciando um processo de rejeição da precariedade da vida, explicitada na argumentação de Butler (2019):

incluindo os governos despóticos e a injustiça econômica, por vezes questionando o próprio capitalismo ou algumas formas contemporâneas. E outras vezes, possivelmente ao mesmo tempo, se reunindo em público juntas para serem vistas e ouvidas como uma presença política e como uma força plural. Podemos encarar essas manifestações de massa como uma rejeição coletiva da precariedade induzida social e economicamente. Mais do que isso, entretanto, o que vemos quando os corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou em outros locais públicos é o exercício – que se pode chamar de performativo – do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais visíveis (p. 31).

A militância e a relação do movimento LGBT com outros movimentos tornam-se um eixo significativo na articulação das demandas, estimulando a busca pela visibilidade e a promoção de direitos sustentados na justiça, igualdade, respeito e liberdade. A luta contra a opressão, exploração e abusos não se desvincula da economia e da política. Os anseios por políticas de educação surgem do propósito de combater discriminações, violências e preconceitos na base formativa do ser humano, mediante uma educação sexual promovida na escola.

Assim, a década de 1990 foi o momento de busca pela promoção da saúde física e mental das pessoas LGBTs e o rompimento com as campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis discriminatórias, que os estigmatizavam como grupos de risco. A intenção era ratificar, para a sociedade, o trabalho iniciado na década, que não existiam grupos de risco, mas sim, práticas/comportamentos de risco.

No levantamento das bibliografias de Facchini (2005), Quinalha (2020), Trevisan (2018) não conseguimos precisar o término da terceira do Movimento LGBT. Contudo, o mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (2003-2011)

representando assunção da esquerda em nível nacional e a I Conferência Nacional GLBT, em 2008, ocorrida em Brasília marcam, em nosso entendimento uma outra fase (quarta onda) com novos atores e atuações, cujo o esboço traçaremos na próxima seção.

Na I Conferência Nacional GLBT (2008) foi deliberada a mudança no sistema de siglas, levando a letra “L” para frente, intentando conceder visibilidade lésbica e equiparar a sigla brasileira com a difundida internacionalmente. Na seção Escovando a história a contrapelo: o movimento LGBT em Vitória da Conquista abordaremos as memórias dos ativistas conquistenses que participaram deste evento e que a marcam como um momento emblemático para o Movimento.

Marco histórico na luta pela Cidadania e pelos Direitos Humanos da população LGBT, a Conferência teve como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, sendo precedida de conferências estaduais em todas as unidades da federação e incontáveis reuniões preparatórias de âmbito municipal ou regional. No Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil foi o primeiro país a convocar uma conferência nacional representativa e institucional para abordar a temática. Essa atitude corajosa e inovadora despertou a adesão e forte empenho de ministros, governadores, prefeitos, parlamentares, integrantes do Ministério Público e, principalmente, dos segmentos militantes da causa no âmbito da sociedade civil. Contando com ampla participação popular, a Conferência integrou a forte agenda de atividades organizadas no Brasil em 2008 para celebrar os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Seu conteúdo reflete o esforço do Governo e da Sociedade Civil na busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida, a partir da implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, bem como do fortalecimento do Programa Brasil sem Homofobia, implantado desde 2004. O êxito da Conferência, sua amplitude e sua inegável pluralidade política demonstram o compromisso político do governo brasileiro em tratar a questão dos Direitos Humanos como verdadeira política de Estado, que ultrapassa barreiras partidárias e conjuga distintas filosofias e crenças para firmar como eixo fundamental a consolidação plena da democracia no País. O fato é que, garantindo-se amplo acesso aos direitos civis da população LGBT, promovendo a conscientização dos gestores públicos e fortalecendo os exercícios de controle social, serão implementadas políticas públicas com maior equidade e mais condizentes com o imperativo de eliminar discriminações, combater preconceitos e edificar uma consistente cultura de paz, buscando erradicar todos os tipos de violência (I CONFERÊNCIA NACIONAL GLBT; ANAIS, 2008, p. 04-05).

É inegável que, com a ascensão da esquerda por meio do governo petista, o Movimento GLBT adquiriu espaço político e estabeleceu um diálogo histórico com o poder público executivo. A luta avançou na conquista de pautas contidas em sua agenda graças a essa aproximação, não se restringindo a parcerias vinculadas às questões de saúde sexual e

prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis, como eram na segunda e terceira onda. Outros segmentos do poder público como o legislativo e o judiciário foram despertados a favor do ativismo em reconhecer os direitos civis e promover a cidadania para a população LGBT. No entanto, o poder legislativo permaneceu mais omissos aos avanços, devido à eleição de representantes dos grupos reacionários e conservadores. A seguir, apresentamos um infográfico com a trajetória do movimento LGBT no Brasil, buscando ilustrar, de forma geral, as suas ondas:

Figura 1: Linha do Tempo: do Movimento Homossexual ao LGBT



Fonte: elaborado pela autora de acordo dados de FACCHINI (2005).

De fato, a obra produzida por Facchini (2005) a respeito das três ondas do movimento LGBT no Brasil possui uma distância temporal considerável da nossa pesquisa, realizada em 2020-2021, como também pontuou Pereira (2018) em seu artigo *Conexões entre os movimentos Feminista e LGBT no Brasil*. Quinalha (2020), em seu curso *História do Movimento LGBT*, ratifica a vivência da quarta onda do movimento na contemporaneidade, demonstrando a inserção de novos sujeitos, mídias e ativismos, além de apontar o efeito *Backlash*⁴², os ataques à cidadania LGBT, o bolsonarismo e a ascensão do neoconservadorismo. Acreditamos na vivência dessa quarta onda na atualidade, com base na reflexão das conjunturas.

A interiorização regional de um ativismo institucionalizado em face do fomento a políticas públicas municipais e estaduais alinhadas com o Governo Federal (2004-2016) propiciaram fôlego para os avanços nas demandas da comunidade LGBT. Entretanto, a marca dessa possível quarta onda, em nossa perspectiva, sustenta-se nos novos impasses no campo

⁴² Intensa reação contra ideias ou ações, geralmente refletidas no ressentimento normativo. A expressão é aplicada a casos de preconceito e de discriminação contra grupos minorizados/marginalizados.

teórico e político relacionados com ideologias neoconservadoras, antipluralistas e novos autoritarismos.

Em apertada síntese, esta subseção procurou recuperar os antecedentes que culminaram na emergência do Movimento LGBT. Empenhamos esforços em apresentar os liames entre a superestrutura da organização social do capital com a luta do Movimento. O desenvolvimento da agenda LGBT no governo democrático e popular de 2003 a 2016, como reivindicava os seus dirigentes, em especial, o Partido dos Trabalhadores que favoreceu avanços quanto à cidadania LGBT, tanto no âmbito nacional, quanto municipal, em contrapartida, desencadeou embates que demonstram a recuperação de memórias reacionárias muito próximas das concepções da ditadura civil-militar.

Diante dos novos fatos, após o *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o qual entendemos como um golpe parlamentar, jurídico e midiático, podemos esboçar uma ideia de uma quarta onda de lutas que se desenvolve em novos impasses no campo teórico e político relacionados com ideologias neoconservadoras, antipluralistas e novos autoritarismos.

A seguir, discorreremos acerca da singularidade acerca das memórias de lutas, conquistas e obstáculos ao movimento LGBT em Vitória da Conquista e como se deu o processo de organização coletiva da luta por reconhecimento dos direitos civis e pela promoção da cidadania LGBT que culminou na aproximação do poder público executivo municipal com o movimento. Apresentaremos, ainda, as contribuições significativas dessa parceria na conquista de anseios e do avanço da agenda.

4 ESCOVANDO A HISTÓRIA A CONTRAPELO: O MOVIMENTO LGBT EM VITÓRIA DA CONQUISTA

4.1 A Conquista LGBT

Vitória da Conquista, reconhecida como a terceira maior cidade do estado da Bahia, é comumente alcunhada de Conquista pelos seus cidadãos. O desenvolvimento econômico deste município relaciona-se com a cafeicultura, com as instalações de microindústrias, comércio e oferta de serviços na área da saúde e educação. A educação é um segmento muito significativo para o desenvolvimento da cidade e, em nosso estudo, as narrativas dos pesquisados ratificam a importância da relação das pessoas com a/s universidade/s como contribuinte na emergência do Movimento LGBT organizado. A criação da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista⁴³ (FFPVC) mediante a política de interiorização do Ensino Superior estabelecida pelo Plano Integral de Educação do Governo do Estado foi o preâmbulo de uma notável expansão do ensino superior nas décadas seguintes.

A tarefa de, conforme Benjamim (2012, p. 245), “escovar a história a contrapelo” também foi/é um encargo do Movimento LGBT, pois, é um ponto de vista concebido pelos vencidos, em contrariedade ao desenvolvimento da história oficial narrada diante das visões de mundo (hegemônicas) dos vencedores identificados como classe dominante e opressora da classe dominada. Obviamente existem pessoas LGBTs pertencentes à classe dominante, mas essas ainda assim, são oprimidas (em graus distintos) pelas ideias manifestadas na superestrutura de organização social do capital.

A importância cotidiana de traçar caminhos que levem à escuta e à compreensão das vozes excluídas, discriminadas e estigmatizadas no leva a pensar a história pela perspectiva de Benjamim, considerando os vestígios, os resíduos do passado evocado do presente. Nesta análise encaminhamos para o pensamento de Pollak (1989) quanto à manifestação das memórias marginais, silenciadas no subterrâneo da sociedade e que em algum momento, esgotadas pela a opressão, emergem em luta por igualdade, equidade e reconhecimento de direitos.

Destarte, “não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia a nossa memória” (HALBWACHS, 1990, p. 60). Ou seja, é na construção da sociabilidade de uma

⁴³ Decreto Estadual nº. 21.363, de 30 de julho de 1969

cultura, nas experiências e nos momentos compartilhados e transformados em lembranças que se alicerçam à memória coletiva de um determinado grupo.

Há muito tempo, as pessoas homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, *queers* e tantas outras vivem como vencidos na história, oprimidos escutam os apelos do passado na esperança da redenção. Os elos geracionais, enquanto requisito para a transmissão das imagens e espaços de rememoração de um passado enternecedor, concretizam o encontro entre aqueles que viveram as experiências trágicas no passado e os “herdeiros” nascidos em um cenário diferente, mas ainda vitimados pelo trauma. Para Benjamin (2012, p. 242), “existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa”.

Deste modo, mediante as análises das coletas de dados dos pesquisados, por meio da recuperação de suas memórias nas entrevistas semiestruturadas, esboçaremos aspectos do processo de emergência do movimento LGBT em Vitória da Conquista, seus antecedentes e a constituição de coletivos não-formais e formais, até a aproximação com o governo municipal que favoreceu a criação da Coordenação de Promoção da Cidadania de Direitos, considerando nas análises as ideias de Benjamin (2012), Pollak (1989) e Halbwachs (1990, 2003).

Cada pesquisado ou pesquisada possui uma história vivida na realidade concreta, como por exemplo, o Professor Adão Albuquerque, que se licenciou em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1991) e além exercer a docência também desempenhou/desempenha a atividade de ator. Sua atuação nos cursos preparatórios para o vestibular e no ensino médio, colocou-o espontaneamente para os jovens na época (década de 1990 e anos 2000) em uma posição de referência, pois a figura pública de um homossexual ocupante de espaços diferentes dos estereótipos empregados ofertava aos jovens representatividade que tanto careciam.

Allan Kardec, fundador do grupo Acrópole, estudante universitário do curso de história da UESB, na época (2001), foi o articulador do processo de ativismo pautado na reflexão crítica, aquele que buscava construir pontes para o estabelecimento de uma organização coesa. Paulo Pereira (Paulinho) e Alexandre Damião de Jesus (Xande) foram os jovens que, respaldados por essa geração do Professor Adão, levantaram ânimo no processo de insurrecionar a entrada e saída do armário, dos guetos até as ruas.

Rosilene dos Santos Santana Sousa, conhecida como Mãe Rosa d’Oxum, mulher lésbica, feminista, tem o Candomblé como religião. Militante pelo reconhecimento dos Direitos Civis LGBTs fundou o grupo Lésbico Safo, com o intuito de politizar a luta.

Danilo Bittencourt atuou como Coordenador de Políticas LGBT do Estado da Bahia, no período de 2008 a 2011 e como Coordenador de Promoção da Cidadania e Direitos LGBTs da

Prefeitura de Vitória da Conquista, Bahia, entre os anos de 2011 a 2016. Danilo não participou de grupos ou coletivos do movimento LGBT em Conquista no seu processo de emergência, contudo, ao assumir pautas LGBTs do Governo de Estado da Bahia, a sua luta foi exercida por um viés institucional: “sempre digo que a luta LGBT que eu conheci, de início, depois de minha própria luta de reconhecimento pessoal, foi a luta institucional” (DANILO, INFORMAÇÃO ESCRITA, 2020).

Tieta Rodrigues, travesti que exerce a profissão de faxineira, atualmente é presidente do coletivo Transsexual Finas, fundado por Raphaela Souza, assassinada em 2018, e narrou suas lembranças sobre o período da implementação da Coordenação de Promoção da Cidadania e Direitos LGBTs e a atuação do órgão no atendimento das demandas da população LGBT.

José Mário Barbosa dos Santos, educador e atual Coordenador de Promoção da Cidadania de Direitos LGBT, compartilhou as lembranças do passado, os estereótipos da homossexualidade, as reuniões particulares e o processo de organização que desdobrou na relação do movimento com os governos municipal, estadual e federal.

Patrícia Teixeira, atendente comercial, fundadora do Grupo Galera da Amizade, que também realizava festas icônicas para reunir a comunidade LGBT, recordou de momentos relacionados às lutas e às conquistas presentes nas memórias coletivas dos pesquisados.

Miguel Arcanjo Felício, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, no período de 2012 a 2015, participou da implementação da Coordenação de Promoção da Cidadania de Direitos LGBTs e compartilha memórias coletivas com os sujeitos envolvidos nestes processos.

O limiar entre os dilemas acerca da representação das experiências e da construção de identidades e narrativas aponta para esse encontro marcado com as gerações anteriores. Traçamos a história do Movimento LGBT em Vitória da Conquista por meio das memórias recuperadas dos pesquisados nas entrevistas semiestruturadas. Assim sendo, nossa análise considera a faixa etária dos sujeitos, os aspectos transicionais entre eles, o lugar ocupado por nossos entrevistados e entrevistadas nas organizações de que faziam parte.

Nas narrativas ocorrem a menção a pessoas LGBTs da terceira idade, no entanto, devido a amostragem realizada pela técnica *snowball* (bola de neve), não conseguimos coletar dados com os sujeitos dessa faixa etária (56-70 anos de idade). A faixa etária que compreende os idosos é recordada como aquela em que poucos se assumiam e quando revelavam a homossexualidade se aceitavam, assim, a expressão da existência homossexual era restrita apenas em espaços, profissões e atividades femininas contidas em um estereótipo.

Em nossa pesquisa, três intervalos etáticos aparecem: 25-35, 36-45 e 46-55 anos de idade. As pessoas compreendidas entre os 46 e 55 anos de idade fazem parte de um grupo com outras possibilidades de expressão, diferente das marcadas pelo estereótipo apresentado no período etático anterior. Foram pessoas declaradamente homossexuais que tiveram oportunidade de estudar em universidades e exerciam profissões ligadas à docência e à publicidade. Essa visibilidade foi muito importante para a emergência do movimento, pois serviu de referência para os/as jovens, que atualmente compreendem a faixa etária dos 36-45 e 25-35 anos de idade.

O vínculo entre os espaços públicos, as imagens e as memórias, provenientes das violências estatais, políticas e consequentemente sociais, serve não apenas para lembrar o passado, mas para expressá-lo em face das significações relacionadas à circulação e à produção da história em comunicação com os registros memorialísticos. Desta forma, cada intervalo etático abre espaço para a atuação da próxima, que diante das memórias coletivas evocadas no presente se lançam na luta pelo salvamento desse passado das gerações anteriores.

Nas conversas com nossos colaboradores/as na pesquisa, buscamos, inicialmente, ouvir as lembranças acerca do “ser” uma pessoa LGBT: suas experiências, conflitos, medos, anseios e dificuldades. Os dilemas enfrentados na sociedade, na família e a gradativa constituição da sociabilidade, bem como a construção de uma cultura a partir das redes de apoio e das famílias alternativas formadas pelos amigos que compartilhavam as mesmas experiências e angústias.

As gerações anteriores são percebidas pela subseqüentes como desempenhadoras de um papel vanguardista, favorecendo a abertura para outras possibilidades de expressão na sociedade.

Existem gerações diferentes. Talvez eu seja da geração que fez essa passagem daquele mundo onde os homossexuais eram vistos de forma caricata para outro com mais liberdade. A geração anterior a minha, hoje na faixa etária da terceira idade, eram pessoas que viviam sua homossexualidade de uma forma muito mais restrita, raramente se tinha conhecimento de alguém abertamente homossexual, e quando isso acontecia eram em um estereótipo: aquele homossexual feminino, espalhafatoso, engraçado, aquela coisa mais folclórica. Havia a referência dessas pessoas, no entanto, de forma isolada, um ou outro caso. Nesse período de 1960, 1970 e 1980 existiam poucas pessoas assumidas como homossexuais e elas eram uma espécie de referência, então conseguimos contar nos dedos das mãos quais foram essas figuras, eram pessoas conhecidas e reconhecidas, com trabalhos ligados a salão de beleza, decoração, costura. Era um nicho, um

padrão criado onde essas pessoas eram aceitas (ADÃO ALBUQUERQUE, informação verbal, 2021).

Apresentamos as diferenças entre as gerações dos entrevistados, relacionando-os com os contextos das ondas do movimento. Deste modo, o processo de ocupação dos espaços públicos e da vida pública pelas pessoas com sexualidades dissidentes em Vitória da Conquista ocorre no período em que o movimento nacional vivia sua terceira etapa, com mais abertura e visibilidade. Emerge nesse período, do final da década de 1990 e início dos anos 2000, a figura pública do professor Adão Albuquerque, lembrado nas memórias coletivas dos entrevistados como um referencial para as gerações seguintes. Essa presença de expressão do Professor Adão é somada a um período marcado por avanços na organização do movimento, em âmbito nacional.

Sou de uma geração que se afirmava dentro de outras possibilidades, por exemplo, eu nunca, desde que me reconheci na minha orientação sexual, nunca escondi para ninguém, não tive essa necessidade de negar, mas vim de outra esfera de ocupação de espaço, que não era aquela. Eu me formei na universidade e comecei a trabalhar muito jovem, então a referência que as pessoas tinham de mim era do professor e ator. Eu percebia haver uma diferença da geração anterior a minha, antes aceita apenas dentro daquele nicho. Adquiri plena consciência de que o modelo trazido como referência da geração anterior não era o único, eu poderia me encaixar em outros formatos, sem precisar desempenhar o personagem feminino. Essa percepção de novas possibilidades tornou-se uma referência, e nesse sentido ajudei muitas pessoas, não levantando bandeiras, mas sendo isso, não disse para ninguém o que poderiam ser, mostrei o que posso ser (ADÃO ALBUQUERQUE, informação verbal, 2021).

Antes a expressão da identidade homossexual estava atrelada a um estereótipo do *gay* feminino, admitida apenas nos espaços tidos como adequados a ela, ou seja, em ambientes tidos como mais feminizados. Apesar de ainda não existir a presença de coletivos e grupos, a transformação da realidade social produzida pelos próprios sujeitos em interação abriu possibilidades de outras formas de socialização, cultura, percepção e expressão. A expressão das sexualidades dissidentes em espaços diferentes dos esperados pela norma, trouxeram a abertura para emergência de novas trajetórias, como narra um dos fundadores do Morgana Mix, Paulo Pereira:

Nós nos recordamos de uma geração passada que a gente recebeu a influência dela, de muita gente que abriu caminho para nós termos essa coragem de se declarar *gay* e fazer uma festa declaradamente *gay*, por que eles sofreram esse preconceito muito mais pesado no início. Nós também somos gente, nós amamos, somos amigos, nos encontramos, nós criamos, escrevemos, temos profissões de vários tipos. Nós sofremos muita repressão,

muita censura. É importante que se diga, que a figura pública do Professor Adão foi uma referência, ele chegava em sala de aula, transformando nossas cabeças e abrindo horizontes e ele era o que era. E ele não se envergonhava e não escondia que ele era gay, que namorava outro homem, que amava outro homem, e isso tudo foi fortalecendo para que a gente começasse a existir como pessoa gay e isso foi interessante por que aí se deu toda a coragem para fazermos o que fizemos (PAULO PEREIRA, informação verbal, 2021).

A juventude imersa nos dilemas da entrada e saída do armário passou a acessar os guetos conquistenses como mecanismos de expressão e de convivência. Encorajados por referências de pessoas com sexualidades dissidentes ocupantes de espaços diferentes dos admitidos pela ordem heteronormativa, expandiram as redes de apoio, os amigos e a família alternativa convergindo as memórias subterrâneas. Ao analisarmos as narrativas dos entrevistados/as Mãe Rosa d'Oxum e Allan Kardec⁴⁴ percebemos que estes momentos de encontros e o compartilhamento das alegrias, mas também das angústias, foram gradualmente construindo um alicerce para uma posterior organização de grupos e coletivos.

Na década de 1990 a gente ia para micareta, carnaval, tínhamos nossos grupinhos fechados e nos protegíamos, alugávamos casa, comprávamos bebidas e fazíamos nossa festa e passávamos a noite toda brincando. Dançávamos. Esses eram nossos esconderijos. Muitos relacionamentos existiam, mas socialmente eram expostos apenas como amigos (MÃE ROSA D'OXUM, informação verbal, 2021).

Fui encaminhando por essas veias artísticas, por esses micros movimentos existentes em festas, reuniões de amigos, como, por exemplo, o aniversário de um determinado gay, no qual as pessoas podiam ir de saia, caracterizados, e eu estava nesse meio, vendo tudo aquilo, toda aquela interação como se fosse como uma espécie de organização, ali estava se formando uma base (ALLAN KARDEC, informação verbal, 2021).

A juventude vivente nos espaços dos pré-vestibulares e o ingresso das pessoas à Universidade tivera um papel importante na fase embrionária do processo de emergência do movimento, pois aqueles locais eram também oportunidades do encontro, um espaço de produção das novas referências no âmbito de uma socialização com um caráter formativo e crítico, dando acesso a mais possibilidades de existência.

No curso de história da UESB⁴⁵, tivemos um Seminário com Luís Mott, um dos maiores defensores da causa LGBT, talvez da América Latina e a palestra dele nem era sobre esse tema. Fomos escalados para levá-lo a almoçar e mostrar-lhe a cidade. Nesse contexto, pensei haver chegado a hora: estávamos no curso de história, haviam muitos gays, tinham amigos e amigas que conviviam e se reuniam, aí pensamos em convidar Luís Mott,

⁴⁴ Os/as pesquisados/as estão compreendidos/as no intervalo etático correspondente a 36-45 anos de idade.

⁴⁵ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

não apenas para almoçar, mas também para fazer uma reunião. Existia uma associação na cidade no centro, fácil de acessar, que tratava da questão da homossexualidade e Aids e eles cederam o espaço para fazermos a reunião. Luís Mott prontamente aceitou o convite, fizemos essa reunião menor, ele nos orientou a formar um grupo, pois, Conquista era a terceira maior cidade da Bahia, uma cidade reconhecida como universitária, precisava de organização LGBT, ele nos deu uma aula, falou das dificuldades, um verdadeiro mini curso em uma noite brilhante (ALLAN KARDEC, informação verbal, 2021).

Inspiradas por Mott, essa juventude fora encorajada a se organizar formalmente no município, formando o primeiro grupo denominado de Acrópole, fundado em 2001, com reuniões registradas em ata e logotipo, as atas se perderam em mudança de endereço realizada por Allan Kardec, contudo o logotipo tornou-se estampa de camisetas.

Figura 2: Camiseta com logotipo do grupo Acrópole



Fonte: Acervo do Fórum baiano LGBT (2010).

O Grupo Acrópole foi fundado rumo à experimentação do ativismo.

No outro dia já fundamos o grupo, escolhemos o nome, a marca. A marca ficou linda, cada coluna da Acrópole era uma faixa do arco-íris. Quando aconteceu a I Conferência Territorial, Estadual e depois Nacional GLBT, precisavam dos delegados do interior, nós conseguimos ser eleitos delegados de Conquista, ao chegarmos em Salvador, nossa presença causou alvoroço: Quem é esse pessoal de Conquista? Quem são essas bichas? Por que lá existem mais grupos e mais antigos. Fomos eleitos também delegados nacionais, quando vimos já estávamos consolidados (ALLAN KARDEC, informação verbal, 2021).

O termo Acrópole tem origens no grego clássico e significa “o ponto mais alto da cidade”, essa posição possui um valor muito simbólico, pois é compreendido como um “ponto

estratégico de defesa” (SILVA, 2021). Eram espaços de encontros onde se conheciam personalidades e aconteciam os eventos significativos da cidade. Progressivamente, as acrópoles se tornaram o núcleo do desenvolvimento urbano, tal como ocorreu em Atenas (POPPOVIC, 1998).

Essa denominação não foi escolhida à revelia, existia um sentimento de medo e de espanto velados que fortaleceram o desejo em construir estratégias de defesa. É importante ressaltar que nas conversas realizadas com os/as pesquisados/as não ocorreram recordação da articulação de outras organizações sistemáticas, sendo mencionado nessa fase embrionária de emersão do movimento os grupos Acrópole e o Morgana Mix e, posteriormente, o Safo.

Sem contar quem ousava assumir a orientação sexual, nossa! Por essas e outras, **o único grupo de militância, o Acrópole**, nunca ia além das primeiras três reuniões e só agregava gente, quando era pra alguma confraternização, pro baleado gay, se fosse pra discussão séria, nunca apareciam caras diferentes. Surgiram as primeiras festas de Morgana, que no início eram só entre amig@s, mas foram crescendo e se abrindo pra quem mais quisesse ir e hoje quando acontece, tem caravana de gente das cidades próximas. Foi assim também que eu e os meninos começamos a discutir a questão LGBT mais profundamente, buscar informações. Até chegar à primeira movimentação realmente política e com inserção social, foram três longos anos, de festa em festa, de reunião em reunião, e o motivo? Um crime de homofobia. Como sempre, as mesmas pessoas envolvidas: daquela vez Morgana Mix puxou a pauta (NOVAIS, 2010, grifo nosso).⁴⁶

A seguinte publicação do *blog Memórias e Histórias das homossexualidades* traz informações significativas para nossa análise. Primeiramente, corrobora as recordações dos/as entrevistados/as em que o Acrópole foi o primeiro grupo de militância em Vitória da Conquista que buscava construir um papel de formação política. Nesse sentido, o Acrópole, assim como o Morgana Mix foram abrindo caminho para a emergência de outros grupos com caráter mais politizado. As festas estrategicamente chamavam as pessoas e contribuía na formação de vínculos entre os participantes dos grupos. O depoimento de Daniela Novais, postado em 2010 no *blog*, conjuga-se com as narrativas dos pesquisados, sobre a menção da lembrança coletiva de crimes com motivação homofóbica. O impacto desses acontecimentos colaborou para a organização mais formalizada, em busca de proteção, direitos e visibilidade.

Os casos de assassinatos de LGBTs me chocavam muito, como podia tantos gays, naquela época morrerem assim? Não se davam publicidade, tudo ficava meio que em *off*. Então eu andei por um meio que favoreceu o meu

⁴⁶ NOVAIS, D. Vitória dxs LGBTs de Vitória da Conquista. **Memórias e Histórias das homossexualidades**. 2010. Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com/2010/04/vitoria-dxs-ltbs-de-vitoria-da.html>. Acesso: 04/03/2021.

aprendizado não apenas no intelecto, mas também artístico e isso foi importante para me dar uma base social (ALLAN KARDEC, informação verbal, 2021).

Contudo, as discussões das questões LGBT em Vitória da Conquista foram sendo aprofundadas em uma dinâmica mais voltada para o festivo. Entretanto, para além do arco-íris, da alegria, do entretenimento e da socialização de uma cultura, existia a preocupação com a formação dos participantes, com a quebra de paradigmas. As festas eram oportunidades de “ser e existir” em um movimento de reflexão crítica da realidade social em busca de mudanças em função da interação dos sujeitos com o real.

Nas gerações compreendidas pela faixa etária dos 25 a 35 e 36 a 45 anos de idade, as vivências e experiências se interseccionam e cruzam com relevância, por compartilharem as lembranças coletivas das festas, dos eventos e do momento embrionário de organização que desdobrou na emergência do Movimento LGBT na cidade. Mais uma vez, as reuniões particulares funcionaram como substrato na germinação de algo maior, como foi o caso do Morgana Mix, um coletivo de produção de festas voltadas para o público LGBT criado em 2003. Seus fundadores difundiram ideias vanguardistas e buscaram desmarginalizar a cultura da comunidade LGBT adentrando espaços antes tidos apenas com pertencentes a égide cis-heteropatriarcal. A memória de formação do coletivo é muito curiosa devido seu caráter espontâneo, todavia, em nosso estudo, compreendemos essa organização como um processo de emersão das memórias subterrâneas, reprimidas/oprimidas e, em algum momento, são favorecidas pelo contexto a insurgir.

Reuníamos na casa de um amigo no centro da cidade na Avenida Lauro de Freitas, em um apartamento. E tinha várias pessoas, vários “gays” reunidos, várias lésbicas e nesse processo de reunião acontecia brincadeiras, coisas da galera jovem da época que não tinham muito o que fazer em Conquista em 2003. Ou você ia para bar ou para apartamentos de amigos para namorar ou tomar uma cerveja. Um dia apareço vestido com um lençol, dizendo que meu nome era Morgana e que iria apresentar a cozinha maravilhosa da Morgana. Por causa dessa brincadeira com a personagem Morgana, isso foi virando uma reunião semanal: o que a Morgana vai fazer hoje? Algumas pessoas diferentes foram chegando e surgiu uma ideia de se fazer uma festinha chamada "Troféu Chimango", o troféu chimango premiava os amigos. Ali todos eram gays, a premiação brincava com os que se destacavam na galera. Aquele que era mais "venenoso", aquele que era mais simpático, o mais bonito, então todo mundo tinha a sua premiação. Foi um sucesso, desse processo começou a amadurecer outro pensamento, pensamos assim: porque nós não fazemos a festa da Morgana? Uma festa maior cobrando ingresso. Daí que surge o embrião do coletivo "Morgana Mix". Pensávamos fazer a festa e aproveitaríamos para transmitir mensagens relacionadas ao ativismo LGBT, que na época era o GLBT. Na época as pessoas relacionavam a homossexualidade a Aids nós queríamos fugir disso

e falar mais sobre de políticas públicas: como inserir uma pessoa trans no mercado de trabalho, nesse período não se falava sobre pessoa trans, essas pessoas eram marginalizadas, elas não participavam do nosso núcleo de amizade, estavam à margem literalmente, trabalhando em outros lugares, como na prostituição (ALEXANDRE DAMIÃO DE JESUS, informação verbal, 2021).

Os pesquisados levantam essas impressões em seus relatos, em que a homossexualidade devia ser restrita ao privado e vista com maus olhos quando expressada em público.

No Dia dos Namorados, resolvemos sair, em um restaurante, quando chegamos lá, o atendente avisou que as mesas estavam todas reservadas para casais. Mas nós éramos um casal! Então, nós ficamos sem chão, nós saímos e fomos para outro lugar que não tinha nada a ver com o Dia dos Namorados. Então esse tipo de discussão nós levantávamos também no Morgana Mix, sobre a dificuldade de frequentar determinados ambientes na cidade (PAULO PEREIRA, informação verbal, 2021).

Destarte, o coletivo Morgana Mix encontrou na organização das festas uma maneira de aglomerar, de chamar, de reunir e principalmente de provocar a reflexão crítica daqueles que vivem como marginalizados em uma sociedade que não os enxergava.

O evento não era apenas uma festa, era um mote, um chamamento para as mensagens que queríamos passar, era um atrativo. Tinha pessoas que até falavam: Ah! Mas a festa da Morgana é muito panfletária! E nós queríamos realmente isso, não que a festa se tornasse um comício, mas nós além do divertimento, também aproveitávamos para passar nosso recado, para mostrar que existíamos, queríamos respeito, igualdade e equidade na sociedade (ALEXANDRE DAMIÃO DE JESUS, informação verbal, 2021).

Sobre a trajetória do Morgana Mix, recuperam-se a ainda:

Ao lembrarmos do surgimento do Morgana Mix, que era uma brincadeira, fazemos essa leitura de um lugar de acolhimento do jovem gay daquela época. Não tínhamos espaço na família, não podíamos falar o que éramos, os que falavam sofriam preconceito, eram expulsos de casa, sofriam todo tipo de violência e abuso, então na casa de um amigo que morava só se reuniam amigos que chamavam outros amigos, e as pessoas iam se conhecendo a partir daquele lugar, se acolhiam aqueles jovens, com liberdade para se manifestar do jeito que éramos. Os gays afeminados se sentiam à vontade para expressar o seu comportamento ali. É tanto, que não surgiu só a personagem Morgana, surgiram outras, que recebiam apelidos femininos, porque era um ambiente predominantemente masculino. Tinham algumas meninas que passavam por aquele lugar também, mas era essencialmente masculino, então tínhamos aquele desejo de quebrar as correntes que nos deixavam presos dentro de uma sexualidade heteronormativa, na época não tínhamos essa percepção, hoje temos, também porque na época não haviam ainda essas discussões. Quando a festa começou a aparecer passamos a ter a

noção e preocupação de falar que essa festa era declaradamente gay, porque as festas que aconteciam, eram festas que tinham um público homossexual muito forte, mas era velado, não se podia falar, que estávamos indo à festa com concentração de gays. Então declarávamos a festa como gay em nossos planfетinhos e nas nossas chamadas, a internet estava começando, o Morgana emergiu ali também com o Blog, onde se começou a falar abertamente dessas situações (PAULO PEREIRA, informação verbal, 2021).

O clima de mudança estava em andamento e a politização dos espaços privados passou a ser compreendida como campo de batalha pela liberdade e igualdade em viver e conviver nos espaços públicos dessa sociedade, até então, restritos às expressões heteronormativas.

A festa chamou atenção e daquilo pensamos que poderia emergir uma organização para conquistar outras coisas. Não atingiu só Conquista, as regiões vizinhas foram impactadas, quando divulgávamos a festa, chegavam caravanas de outras regiões. E eles sabiam que não iriam encontrar apenas uma festa, mas mensagens. As mensagens vinham das peças de teatro que ocorriam dentro do evento, performances com Drag Queens, por que na época as pessoas não conheciam muito da cultura Drag, então tentamos trazer isso, tentamos popularizar essa cultura. Procurávamos, fortalecer cada pessoa com a sua particularidade, com seu talento, trazendo-a para os nossos eventos, era o teatro, os artistas circenses, pessoas que faziam grafite nos muros, todos foram convocados a participarem dos eventos. E não foram só flores, tiveram espinhos e muitos espinhos. Para conseguirmos os espaços em Conquista, era muito difícil. Quando íamos locar o espaço nos perguntavam sobre a festa, o que iria acontecer. E nós falávamos, não mentávamos, essa festa é direcionada ao público gay, tudo mudava da "água para o vinho". Criavam várias dificuldades, várias histórias para não alugarem mais o espaço. O patrocínio que tínhamos era mínimo. Contávamos com ajuda de uma amiga empresária que trabalhava com lingerie e a própria prefeitura na época. Porque nós fazíamos uma mitigação, nós pedíamos o apoio da prefeitura, devido ao trabalho muito forte que ela desenvolvia no governo de Guilherme e Zé com o público LGBT, então em contrapartida, buscávamos fortalecer o Centro de Referência DST/Aids, conscientizando o pessoal de que aquela estrutura era nossa, por isso era preciso fortalecer, então havia essa troca (ALEXANDRE DAMIÃO DE JESUS, informação verbal, 2021).

O preâmbulo da relação entre o movimento LGBT com setores da sociedade civil mais abertos à questão LGBT, assim como as articulações com o governo nas esferas municipal, estadual e federal vai se estabelecendo nas parcerias com esses eventos. A realização das festas era baseada em muitas dificuldades, as quais se tornaram possíveis por meio das ações colaborativas. Destaca-se a intenção de reunir não apenas o público LGBT, mas todos aqueles vistos como abjetos, os sujeitos incomodantes da sociedade, os clandestinos, o gueto propriamente em uma esfera visível e não mais escondida.

Meninos da periferia, muitos começando ainda na vida profissional, ganhávamos o mínimo, então não tínhamos como investir em um movimento

mais forte para publicidade, então nossas ações eram com a coletividade mesmo. Eram os amigos, alguém que conhecia fulano de tal que podia dar um som, outro que podia ceder o toldo para cobrir a área do evento, eram os amigos que faziam malabares, gente que vivia na margem da cultura, que não tinha espaço para expressar. As Drags Queens, os malabares e os DJs⁴⁷ eram artistas que não eram convidados para uma festa pública, por exemplo, de natal ou São João, por que eram marginalizados, eram profissões de drogados, lugar de prostituição de promiscuidade na visão da sociedade. Nas festas ocorriam performance Drag e insistíamos com essa cultura que é linda. Imagine isso, na cidade de Conquista? Hoje Conquista está muito mais avançada! Carregávamos, assim como eles o estigma, mesmo assim decidimos que era a hora de reunir esses grupos minorizados, que sofriam preconceito, para podermos falar para essa sociedade: que nós geramos renda e dinheiro também, olhe aqui! (PAULO PEREIRA, informação verbal, 2021).

O desejo de se declararem, de não se esconderem mais, buscando construir visibilidade e a penetração dos espaços públicos de convivência se tornavam cada vez mais necessários. Utilizar o espaço da antiga sede do bloco Massicas, na Praça do Gil, era algo revolucionário: “ali foi o *start* do coletivo Morgana Mix, quando recebemos 600 pessoas em nosso primeiro evento, num dia de verão em janeiro em 2005” (ALEXANDRE DAMIÃO DE JESUS, informação verbal, 2021).

O espaço reconhecido por Praça do Gil é na verdade a Praça Orlando Leite. Segundo o Jornal Correio, o nome se deve a uma homenagem ao amigo do médico Gil, pai do consagrado cantor e compositor baiano Gilberto Gil. A família Gil chegou em Vitória da Conquista em 1958, cujo patriarca viera ao sudoeste baiano para trabalhar no Departamento de Endemias Rurais. Em 1962, Dr. Gil, candidata-se e elege-se vereador, tomando posse no ano seguinte. O lugar está localizado no bairro Recreio compreendido como uma região nobre da cidade e por isso palco de eventos tradicionais.

Todavia, a ocupação do espaço público e visível sofreu resistência não apenas da sociedade conquistense, mas da própria comunidade LGBT.

Sobre a questão do lugar público e visível, nós tivemos até resistência no próprio grupo, porque queriam ficar na clandestinidade, no escondido, nas festas de apartamento, nos lugares periféricos e, nessa altura veio o estalo na gente, porque esconder tanto? Para quê? Se estávamos nos assumindo, se os panfletos divulgavam declaradamente que se tratava de uma festa gay. Então, porque nós não vamos para o centro da sociedade? E isso foi algo muito ousado para a época (PAULO PEREIRA, informação verbal, 2021).

⁴⁷ DJ é uma sigla em inglês que significa Disc Jockey (disco jôquei), a sigla é mais usual. O DJ é um artista responsável por transmitir música.

Alguns desejavam se manter no anonimato por medo e devido a história de perseguição sofrida pela população LGBT. Nas memórias dos pesquisados a população religiosa é citada como uma possibilidade de justificativa para o conservadorismo alinhado à égide cis-heteropatriarcal presente em Vitória da Conquista. A presença religiosa cristocentrista contribuiu para a existência de uma desaprovação velada quanto à expressão pública das identidades e sexualidades dissidentes. Todavia, a incursão dos anseios de liberdade e igualdade foram inevitáveis e a emergência do grupo como Acrópole, do coletivo Morgana Mix e, posteriormente, do grupo Safo e coletivo Finas colaboraram com o processo, ainda em voga, de rompimento desse tabu. A sensação de repressão não é mais tão evidente: “não sinto que sofro preconceito em Conquista, sou bem tratada em todos os lugares, mas sei que isso é resultado de um trabalho anterior” (TIETA RODRIGUES, informação verbal, 2021).

Outra questão relevante é que a admissão das pessoas nesses espaços públicos, a aceitação dessas festas declaradamente *gays* ocorre quando os locadores e os prestadores de serviço percebem a existência de mercado consumidor favorável à exploração e expansão. Destarte, as mudanças de perspectiva no âmbito econômico, alinhadas à dimensão política nacional em curso, favoreceram a transformação do comportamento social na superestrutura de organização do capital por meio da penetração dessa cultura LGBT. Esse dado empírico, singular, que mostra como os locadores e prestadores de serviço percebem o potencial lucrativo das festas LGBT em Conquista, sinaliza algumas questões. Se essa atitude não supera o preconceito de forma imediata, potencializa a abertura de espaços, garante uma base material e objetiva, em meio a um processo de organização de coletivos LGBT, em um dado momento histórico no Brasil, no qual políticas e conquistas dessa população obtinham um certo respaldo.

A população LGBT em Vitória da Conquista e no Brasil ampliava possibilidades de ocupação de espaços para dizer sua palavra e avançar em suas reivindicações de ordem privada e pública/política. São nas contradições da própria sociedade do capital que se abrem alamedas para que grupos subalternizados, a depender das condições históricas, objetivas e subjetivas, pudessem atravessar com suas bandeiras e demandas essas torrentes, naquele período específico. E no mesmo sentido, sentirem retrocessos profundos, posteriormente.⁴⁸

⁴⁸Nos referimos aqui ao período vivenciado pelo povo brasileiro a partir de 2016, com o golpe parlamentar, jurídico e midiático da presidenta Dilma, o governo de Temer e a eleição de Jair Bolsonaro, justamente com um discurso moralista, fundamentalista religioso, obscurantista, autoritário e, por consequência, contrário às políticas voltadas para o público LGBT, assim como

Em suma, o coletivo Morgana Mix, ao planejar e executar suas festas e eventos adentrou espaços antes reservados apenas à socialização heteronormativa e família patriarcal, contribuindo com o rompimento do padrão em um movimento sociocultural, econômico e político.

Hoje não, o mercado gay é um dos mais lucrativos do mundo. Mas, imagine isso no interior? No interior da Bahia, onde se tem uma sociedade fortemente religiosa, católica com uma emergência evangélica muito forte. Irmos para a praça do Gil, para o centro da sociedade, o auge dali, onde tudo transitava, onde havia os carnavais, os comícios, toda a manifestação cultural da sociedade era ali. Então nós pensamos nisso e decidimos: vamos abrir e colocar lá. Quando percebiam que muitas pessoas iam, subiam até o aluguel, aí passaram a flexibilizar mais, conseguimos conquistar esse espaço. Ir para aquele lugar foi muito significativo, como se dissessemos: vocês de Vitória da Conquista têm uma população gay, forte, LGBT, que vive as suas sexualidades, o seu gênero, então nós dissemos isso para a sociedade e ir para aquele lugar foi muito forte e significativo, eu acho que a partir daí, os olhos se voltaram para o movimento (PAULO PEREIRA, informação verbal, 2021, grifo nosso).

A organização dos eventos era uma tarefa árdua repleta de dificuldades impostas, principalmente, quando se revelara que a festas eram declaradamente *gays*. Contudo, paulatinamente, o Morgana Mix penetrou em espaços antes proibidos e o sucesso e a força da presença mostrou para os locadores um mercado consumidor em ascendência.

As festas davam 800 pessoas pagantes, mais do que outras festas que eram tradicionais na época, e com isso além de movimentar uma economia e dar voz a uma economia emergente que estava surgindo, nós levávamos a mensagem da igualdade e da diversidade e isso era muito importante e isso marcou muito a gente e marca até hoje, nos trazendo como referências. E não parou por aí! Como esses meninos fizeram algo tão grande sem apoio nenhum, eu tinha meu trabalho, meu companheiro e dele e tirávamos do nosso salário. Conseguíamos a ajuda das pessoas e toda aquela renda, obtida na festa era dividida entre aqueles aos que se apresentavam, então tinha os meninos DJs, tinham o pessoal do teatro, os malabares, as Drags, todo mundo recebia "uma ajuda de custo", nós tínhamos esse cuidado de tentar valorizar o trabalho e a contribuição de quem participava (ALEXANDRE DAMIÃO DE JESUS, informação verbal, 2021).

Em 2006, o Morgana Mix, em parceria com outros grupos e militantes, organizou a I Feira de Cultura LGBT na praça Nove de Novembro, lá foram reunidos vários empreendedores LGBT, no intuito de mostrarem seu trabalho. Não houve outras edições da Feira. As narrativas sobre a organização deste evento apresentam as dificuldades e os

para indígenas, quilombolas, mulheres, cuja linha é de destruição de direitos sociais e trabalhistas e do próprio patrimônio público.

impasses, pois muitos colaboradores ao saberem que se tratava de um Feira LGBT desistiam de oferecer o apoio. Sua realização ocorreu com muito sacrifício. Sua importância se deve ao mostrar para sociedade que a comunidade LGBT produz, consome, realiza a vida real com trabalho e essa dimensão estava invisível, como nos informou Paulo Pereira e Alexandre Damião de Jesus.

Conforme a narrativa de Paulo Pereira, Vitória da Conquista apesar de ser reconhecida pelos serviços de educação e pelo comércio, sua sociedade, de maneira velada, não aceitava bem a presença LGBT nos espaços públicos. Na vida diária, dificultava-se a integração dessas pessoas com sexualidades dissidentes na sociabilidade pública, tolerando essas existências apenas no aspecto privado.

Conquista tinha fama da cidade universitária, cidade do conhecimento, mas isso na luz do dia, na hora comercial, na hora da aula, mas quando caía à noite, que as pessoas marginalizadas como as Travestis, os artistas alternativos iam para noite ganhar sua vida, aquilo era proibido e visto com péssimos olhos, eram recriminados mesmo (PAULO PEREIRA, informação verbal, 2021).

Se os *gays* e lésbicas viviam à margem dessa sociedade, as pessoas transgêneros e travestis estavam em uma condição ainda pior, pois eram comumente associados à prostituição e à promiscuidade. Desta forma, era preciso construir estratégias de socialização da cultura trans para que a sociedade compreendesse melhor essas pessoas em uma concepção de liberdade e de igualdade.

O Show do Congo, realizado em 2008, no emblemático Cine Madrigal⁴⁹ (desativado na época), representou o início de um processo em curso, cuja arte, música e performance se tornaram comunicadores do lema “Somos, logo existimos”.

O *show* contou com mil pessoas, havia a premiação de um salário mínimo, patrocinado por uma empresária do ramo de *lingeries*, o formato seguia um Show de Talentos, com vários tipos de artistas, desde a declamação de poemas até quem fazia propriamente a performance de Drag (PAULO PEREIRA, informação verbal, 2021).

Sobre o significado simbólico do espaço, enquanto força de ocupação, o entrevistado Paulo Pereira recupera:

⁴⁹ Cine Madrigal foi o último cinema de rua da cidade. Inaugurado em 1968, funcionou até 2001, sendo reaberto no ano seguinte para, então, fechar as portas definitivamente em 2007, como reflexo de uma crise vivenciada pelos cinemas do gênero no país, nos seus tempos de *glamour*, foi muito frequentado pela sociedade conquistense.

Utilizar o cinema desativado foi outra coisa histórica, quando colocamos aquele letreiro com a frase Morgana Mix Show do Congo, foi fantástico! O Cinema do Cine Madrigal tem uma história marcante com Vitória da Conquista, mas como estava fechado, os olhos não estavam voltados para aquele espaço, então foi mais fácil conseguir alugar. Foi outro marco histórico para cidade, nós enchemos aquela rua⁵⁰, um coletivo conseguir engarrafar aquela rua à noite é coisa rara e na frente de um cinema desativado. Trabalhávamos como *underground*⁵¹ mesmo, aquilo que foi dispensado pelo pensamento social, aquilo que foi marginalizado pelo *status quo* e fez com que a gente pusesse força ali, então o coletivo não foi oficial no papel, mas foi oficial na vivência e na existência (PAULO PEREIRA, informação verbal, 2021).

Ao reivindicar o trabalho com uma cultura *underground* os sujeitos evidenciam a necessidade de mostrar para a sociedade conquistense outras formas de expressão e produção cultural diferentes dos padrões e dos modismos tradicionalizados. Desta forma, o processo de sensibilização produzido pelo trabalho com a cultura LGBT contribuiu para que o desejo de colaborar não ficasse restrito à comunidade LGBT. Nas memórias coletivas dos sujeitos participantes dessas experiências, recorda-se que muitos diziam “eu quero ajudar as bichas, as festas das bichas são muito boas” (ALEXANDRE DAMIÃO DE JESUS, informação verbal, 2021) e toda essa movimentação foi abrindo espaço na mídia: rádio e TV local. O Morgana Mix foi o refúgio, o ambiente de formação de referências, o entretenimento, a oportunidade de socialização de uma cultura marginalizada e a construção de uma ascendência que fortaleceu parcerias contribuidoras da organização da luta por cidadania.

4.2 O Espaço político formal do movimento LGBT em Vitória da Conquista: a construção de novos coletivos e atividades

Um dos marcos na história do Movimento LGBT de Vitória da Conquista foi a I Conferência Nacional GLBT. Os pesquisados, de forma majoritária, compartilham memórias coletivas da sensação de ápice, de finalmente serem ouvidos, de terem a atenção de um presidente da república em um evento sobre essa população e com diretrizes para pensar em uma cidadania a tanto tempo negada.

Para os entrevistados, as festas desdobraram-se em visões culturais e políticas, propiciando a participação das pessoas LGBTs nesses eventos voltados para o debate político, envolvendo jovens na luta e, gradualmente, formando ativistas pela causa.

⁵⁰ Rua Sete de Setembro - Centro, Vitória da Conquista.

⁵¹ *Underground* é local ou área situada abaixo da superfície, ou seja, subterrâneo. Na língua portuguesa é um termo utilizado para denominar uma cultura que não está em conformidade com a normatividade social.

Por conta desses eventos, nos tornamos conhecidos na cidade, então eu penso que cooperamos para que avançássemos nas discussões sobre a questão LGBT em Conquista. Foi a partir daí que outros grupos e coletivos foram surgindo, já existia o Acrópole, tinha o grupo das lésbicas, o Safo que evoluiu conosco. Esses grupos contribuíram muito para que surgisse o núcleo LGBT em Conquista. Nós nos sentimos como parte, como embrião dessa história, participamos da I Conferência Municipal, Estadual e Nacional em 2008 (ALEXANDRE DAMIÃO DE JESUS, informação verbal, 2021). Inclusive foi o período que mudou a sigla para LGBT, nós estávamos participando desse movimento, foi todo um processo de construção para que nós levássemos para sociedade nossas existências e que estávamos ali para exigir nossos direitos, respeito e igualdade, era o que queríamos, a festa foi o mote que tínhamos para chamar a atenção da sociedade (PAULO PEREIRA, informação verbal, 2021).

A Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi convocada por Decreto Presidencial de 28 de novembro de 2007.⁵² Em seu texto base, o Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República⁵³ apontava como tema Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania GLBT. Seus objetivos demandavam propor diretrizes para a implementação de políticas públicas e o Plano Nacional de Promoção da GLBT, cuja pretensão era avaliar e recomendar estratégias para fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2007).

A organização da conferência nacional demandou dos governos municipais a realização de conferências locais com intuito de enviarem delegados para a estadual e, posteriormente, à I Conferência Nacional. O momento pós-conferência estimulou a emergência de outros coletivos como, por exemplo, o Safo.

Fundado em 07 de abril de 2009, Grupo Lésbico Safo⁵⁴, “antes era só de lésbicas, hoje é composto por lésbicas e bissexuais, já foi trans também, mas hoje o pessoal Trans tem o seu próprio grupo, o Finas” (MÃE ROSA D’OXUM, informação verbal, 2021). Esse momento foi fecundo, pois além da atenção do governo federal alinhado ao governo municipal essa sociabilidade cultural de agitação em solo conquistense, ajudou a politização das pessoas, a organização formal do movimento e o desdobramento do ativismo em luta e conquistas.

O primeiro grupo de LGBT em Conquista, politicamente organizado foi o Safo, sua criação relaciona-se com a I Conferência GLBT puxada pelo presidente Lula e nós como coordenadores da Conferência, criamos o Grupo Vitória da Conquista e esse grupo não foi à frente, porque alguns meninos queriam festa e nós mulheres lésbicas queríamos um grupo político.

⁵² À época o presidente da república era Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

⁵³ Paulo Vannuchi.

⁵⁴ O Grupo Lésbico Safo foi inspirado na poetisa grega Safo da ilha de Lesbos.

Convidamos pessoas, hoje temos estatuto, CNPJ, é o primeiro e único grupo (de Conquista e penso que do Brasil) formado por mulheres a fazer a Parada do Orgulho LGBT, por que em todos os lugares eram a Parada Gay, em São Paulo, Salvador, por exemplo e não contemplava todos nós. Então quando fizemos a I Parada em Conquista, com a prefeitura junto com os movimentos sociais, chamamos todo mundo os LGBTs completo para participar (MÃE ROSA D'OXUM, informação verbal, 2021).

Mãe Rosa considera o grupo lésbico Safo como o primeiro grupo organizado no aspecto político. Essa percepção reforça o papel do Acrópole, enquanto gênese do processo de emergência. O Acrópole nas festas e reuniões tentava construir vínculos formativos que fora potencializado pela atuação do Morgana Mix, mas seu caráter não pautava essencialmente o domínio político, como se propôs o Safo.

Existe o reconhecimento nas narrativas do papel das mulheres na organização política da luta.

É importante dizer que nós éramos um grupo de jovens homens gays, mas a liberdade e a presença feminina eram muito fortes também. Havia mulheres que desempenhavam o papel da politização do movimento, a gente tinha a questão social, de se libertar, falar de temas que eram tabus, mas elas trouxeram essa consciência política. A presença feminina foi importantíssima para o amadurecimento da nossa causa, da nossa luta, das nossas ideias. A presença feminina nos trouxe esse amadurecimento dentro desse coletivo, que, enquanto era feito por um grupo pequeno, era diluído em várias cabeças na sociedade e a liderança das mulheres foram fundamentais para expandir essa consciência. Tudo isso fez com que culminasse no trabalho que gerou a I Parada do Orgulho. Pode-se dizer que o Safo foi um dos responsáveis por esse início das Paradas de Conquista. Aconteceu de forma muito significativa e deu visibilidade (PAULO PEREIRA, informação verbal, 2021).

A I Parada do Orgulho LGBT ocorreu no dia 17 de abril de 2010 com uma preocupação com a diversidade e a inclusão de todas as minorias estigmatizadas. A articulação entre movimento já organizado com o governo municipal e a busca pelo diálogo com a câmara de vereadores se materializavam.

O planejamento da I Parada se implicou em um conjunto de reuniões e preparativos, como participação do Movimento em sessão na Câmara de Vereadores, no dia 09 de abril de 2010. O *site* da câmara de vereadores registrou a intervenção do coordenador do Movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e travestis) à época, José Mário Barbosa dos Santos. Ele afirmou que “A ideia da Parada **não é agredir ninguém**. É para **mostrar que**

estamos lutando pelos nossos direitos, ressaltando que Conquista é a primeira cidade do interior da Bahia a ter organizado uma Parada Gay” (grifo nosso).⁵⁵

Nesta sessão, o vereador Jean Fabrício (PCdoB) argumentou que a “Parada é um momento de alerta para o respeito às pessoas **que decidem**⁵⁶ levar a vida desse modo” (grifo nosso). O referido vereador apresentou um projeto de lei criando o Dia Municipal contra a Homofobia afirmando sua “defesa a dignidade humana e o respeito às diferenças”.

A utilização da expressão “decidem” pelo vereador Jean Fabrício do PCdoB, contraditoriamente, dá pistas de que os políticos das esquerdas precisam buscar conhecimento a cerca das questões relacionadas à sexualidade, gênero e identidade sexual. A aproximação a esses debates e discussões, é uma necessidade, inclusive, no campo teórico, para não reproduzirem tabus superados, tais como a questão envolvendo “opção sexual”. As esquerdas, tradicionalmente, reivindicam para si uma postura participativa, de paridade social e inclusão, logo, tais discursos não se alinham com as ideias empregadas no âmbito político deste espectro.

A orientação afetivo-sexual consiste no sentimento de atração e de desejo afetivo ou sexual por parcerias que se diferem da norma heterossexistas, ou seja, é um fator da identidade da pessoa.

Destarte, ao utilizar-se de termos que colocam a orientação e a identidade afetivo-sexual como uma decisão configura-se uma noção pejorativa carregada pelo viés da cura, pois se é uma opção ser, existe a possibilidade de reverter. Em suma, a retirada da homossexualidade do catálogo de doenças mentais (1973) pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) e a alteração do termo homossexualismo⁵⁷ para homossexualidade (1985) pela a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelecem uma reflexão de que não existe mais espaço (no domínio teórico, político e social) para tratar a orientação afetivo-sexual, como uma opção ou decisão das pessoas.

O líder da oposição à época, o Vereador Arlindo Rebouças do Partido Municipalista Nacional (PMN) se pronunciou dizendo “que toda quebra de preconceitos gera polêmica”. Ressaltou que o respeito às pessoas que participam do movimento é fundamental para que as diferenças sejam preservadas: “Se queremos respeito, temos que respeitar uns aos outros”, declarou.⁵⁸

⁵⁵ Disponível em <http://www.camaravc.com.br/home/noticia/19035>, acessado 10/01/2021.

⁵⁶ A orientação sexual das pessoas não é uma decidida enquanto uma opção ou escolha, é uma condição de existência humana.

⁵⁷ O sufixo “ismo” comumente é utilizado para referir-se a doenças.

⁵⁸ Disponível em: <http://camaravc.ba.gov.br/home/noticia/19035>, acessado em 10/01/2021.

Por sua vez o vereador Joel Fernandes, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), ao se referir à presença do Movimento LGBT, afirmou que “todos devem aprender a conviver com respeito pelas diferenças. Ressaltou que acredita na **cura para os gays**⁵⁹, citando exemplos de ex-homossexuais que hoje são heterossexuais”⁶⁰ (grifo nosso).

Como afirmamos anteriormente, para a realização da primeira parada da diversidade foram feitos vários preparativos, dentre eles a realização do seminário intitulado Respeito à Diversidade, no dia 15 de abril de 2010. Segundo os arquivos de notícias no *site* institucional da Câmara de Vereadores, a reunião para organizar o evento ocorreu na Casa Quilombola, o espaço traz uma mensagem significativa, pois visibiliza símbolos de luta contra repressão e opressão. A matéria relata, ainda, a presença de instituições e segmentos sociais inclinados a ajudarem no evento. O coordenador do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial afirmou que o “poder público municipal tem se preocupado com esses grupos. Esse é mais um passo dado pela promoção de políticas públicas voltadas para os grupos chamados minoritários”, da mesma forma a coordenadora do Projeto da Visibilidade Rosilene dos Santos Santana Sousa (MÃE ROSA D'OXUM) corroborou “nosso objetivo maior é dizer que independente de tudo, nós existimos”⁶¹.

O seminário contou com a participação do então presidente da Câmara de Vereadores, o vereador Gildásio Silveira (PT), bem como o vereador Alberto Gonçalves (PV). A matéria do *site* da Câmara de vereadores destacou ainda o depoimento de um ex-vereador de Vitória da Conquista, assumidamente homossexual e participante das lutas do movimento LGBT, Adão Albuquerque, que afirmou:

há muito tempo que a comunidade LGBT vinha cobrando esse tipo de atividade. O único objetivo é dar visibilidade ao movimento, mostrar uma organização política de direitos humanos e demonstrar que as pessoas, sendo todas iguais, querem ter direitos garantidos. É a oportunidade de mostrar que Conquista é uma cidade amadurecida, tolerante e vai saber receber um evento como esse com muita dignidade e principalmente com muita alegria⁶².

O momento da realização da I Parada da Diversidade em Vitória da Conquista marca a existência de uma parceria entre um movimento LGBT politicamente organizado em busca de

⁵⁹ Em 17 de maio de 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) despatologizou a homossexualidade, antes expressa como homossexualismo, retirando-a na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/ha-30-anos-oms-tirou-homossexualidade-de-catalogo-de-disturbios.shtml>. Acesso: 12/08/2019.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.camaravc.com.br/home/noticia/19046>, acessado em 10/01/2021

⁶¹ Disponível em: <http://camaravc.ba.gov.br/home/noticia/19070>, acessado em 10/01/2021.

⁶² Disponível em: <http://camaravc.ba.gov.br/home/noticia/19070>, acessado em 10/01/2021.

valer-se dos ensejos produzidos pela política nacional e reverberada no governo municipal, rumo à busca pelos, tão almejados, direitos civis.

O *blog Memórias e Histórias das homossexualidades* no depoimento de Novais (2010) demonstra a sensação de contentamento com a realização da I Parada:

Hoje, quatro anos depois de um primeiro evento declaradamente LGBT, tímido, amador e realizado num cantinho de rua, as cores do arco-íris tomam um espaço enorme, numa área super visível da cidade que geralmente é dedicado à micareta e outras festas e que no sábado chama muita gente. Puxa! É uma sensação de alegria intensa! Diria que é uma enorme quebra de tabu! Só quem conhece a cidade e seu cotidiano minimamente pode entender a real dimensão do que eu quero dizer. Vida longa à Acrópole, Grupo Safo, ao Morgana Mix e @s conquistenses que não militam em grupo, mas que sempre tiveram coragem de botar o bloco na rua. Parabéns principalmente às meninas do grupo Safo, que foram as que sonharam em primeiro lugar com esta Parada e não desistiram do sonho, mesmo quando tudo parecia tão impossível. Arrasaram, meninas! Ficam os parabéns, um imenso orgulho e a satisfação de saber que o movimento LGBT está finalmente acontecendo em Conquista. Vocês estão sendo um divisor de águas no movimento conquistense, viu? E viva a diversidade e o Orgulho de Ser LGBT. Como diz o *slogan* que usamos em alguns eventos promovidos pelo Coletivo Morgana Mix, de Vitória da Conquista: "Somos, logo existimos" (NOVAIS, 2010).

Neste trecho do depoimento é possível corroborar a importância da I Parada para a população LGBT, externalizando o sentimento de ocupação de espaços normalizados para a expressão cis-heteropatriarcal e a quebra de tabu em uma sociedade com forte presença de valores religiosos pautados na concepção hegemônica de gênero, identidade e orientação sexual. Destaca-se ainda, a participação dos coletivos Acrópole, Morgana Mix e Safo, esse último fortemente marcado como impulsionador da politização do movimento e um dos principais organizadores do evento.

Figura 3: Cartaz da I Parada do Orgulho LGBT de Vitória da Conquista



Fonte: blog Resenha Geral (2010).

As Paradas do Orgulho LGBT são compreendidos pelos/as entrevistados/as como momentos de transgressão à norma, reflexão crítica por meio do lúdico, da arte e da performance. Nos *blogs* de notícias locais, a divulgação do evento suscitou debates que podem ser visualizados nos comentários abaixo do informativo. Algumas pessoas não aceitavam o evento, percebendo-o como algo desrespeitoso e indigno: “É uma pena, cidade tão conservadora, cedendo a tamanha perversão. Quero ver quem irá financiar está parada”⁶³. Contudo, outras demonstravam seu apoio: “não sou gay, mas viva a diversidade! Parabéns Vitória da Conquista, sem essa de conservadorismo”⁶⁴. Mãe Rosa d’Oxum descreve ainda que:

Organizamos a I Parada, nessa época já estávamos com o NUDH, que foi o primeiro⁶⁵ a ser criado no Estado, antes de Salvador e Feira, no governo Jaques Wagner, o primeiro foi em Vitória da Conquista. Houve uma incitação de determinadas mídias locais, do tipo: Quem vai para a Parada Gay? Quem vai virar Gay? Mas, apesar de tudo foi um momento bom, porquê existiam pessoas que tinham medo de se expressar e na parada conseguiram se libertar. A I parada, nós chamamos de Parada da Diversidade, tinham crianças, héteros, famílias diversas. Convidamos todos que se sentiam discriminados, povo de terreiro, quilombola, pessoas com deficiência. Outra coisa nós não fazíamos só a parada, que já é um movimento sócio-político-cultural, fazíamos também capacitação. A primeira capacitação foi com a polícia militar, foram 19 participantes. A parada não é um só um evento é uma construção que envolveu vários segmentos sociais (MÃE ROSA D’OXUM, informação verbal, 2021).

Os pesquisados relataram ainda que, os organizadores do evento deram como referência para o ponto de encontro da Parada uma escola, gerando um certo mal-estar, pois a instituição não queria ser associada como ponto de referência para este evento. Os entrevistados recordam que recorreram à assessoria de um advogado, pois não sabiam se estavam fazendo algo errado, e lhes foi informado que não havia problema algum. O processo

⁶³Comentário do *nickname* “Ozzi Sampaio” em 13 de abril de 2010 às 22:29. Disponível: <https://www.blogdoanderson.com/2010/04/03/vitoria-da-conquista-se-prepara-para-a-sua-1%C2%AA-parada-gay/>

⁶⁴ Comentário do *nickname* “Lucas” em 17 de abril de 2010 às 21:56. Disponível: <https://www.blogdoanderson.com/2010/04/03/vitoria-da-conquista-se-prepara-para-a-sua-1%C2%AA-parada-gay/>

⁶⁵Essa recordação de Mãe Rosa d’Oxum é corroborada na notícia contida no Portal Oficial do Estado da Bahia: <http://www.bahia.ba.gov.br/2010/03/noticias/direitos-humanos/conquista-sera-o-1o-municipio-baiano-a-ter-nucleo-de-prevencao-e-combate-a-homofobia/>. Acesso: 04/03/2021.

de visibilizar-se enquanto movimento e terem suas existências dissidentes da norma cis-heteropatriarcal, reconhecidas no município foi um processo gradativo que ainda está em superação para esses sujeitos.

Outras edições da Parada ocorreram, tal como a II Parada do Orgulho LGBT, em 21 de maio de 2011, com tema *É direito, é legal*, cuja concentração ocorreu no Praça Guadalupe e passou a ser o ponto de encontro para as edições seguintes. A III ocorreu em 19 de maio de 2012, segundo o *blog do Anderson* o grupo Lésbico Safo, em parceria com a Prefeitura, promoveu o evento e contou com apoio da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e de empresários locais. A seguir, o cartaz da III Parada:

Figura 4: III Parada do Orgulho LGBT em Vitória da Conquista



Fonte: Blog do Anderson (2012).

A IV Parada do Orgulho LGBT teve como tema *Família e Diversidade*⁶⁶ e foi realizada em 12 de maio de 2013. O grupo Safo manteve sua participação ativa na organização do evento com o apoio do governo municipal. No ensejo havia programação de palestras, rodas de conversa, seminário na seção conquistense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e audiência pública na Câmara Municipal. Abaixo o cartaz de divulgação desta edição:

Figura 5: Cartaz IV Parada do Orgulho LGBT de Vitória da Conquista



⁶⁶ <https://www.pmvc.ba.gov.br/4a->

[a-no-dia-12-de-maio/](https://www.pmvc.ba.gov.br/4a-no-dia-12-de-maio/)

Fonte: *site* institucional da PMVC (2013).

Em 31 de agosto de 2014 realizou-se a V Parada do Orgulho LGBT com o tema: Homofobia mata mantendo o formato, ponto de encontro, realizada pelo Grupo Safo, com apoio da prefeitura municipal e da UESB.

Figura 6: V Parada do Orgulho LGBT de Vitória da Conquista



Fonte: *site* institucional da PMVC (2014).

A VI Parada do Orgulho LGBT ocorreu em 08 de novembro de 2015 e era um momento que antecedia o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e muitas disputas ideológicas aconteciam na arena política, cujas ideias neoconservadoras tomavam um forte fôlego em uma onda de reatividade contra a agenda LGBT e feminista. O blog *Mas o quê?*⁶⁷ produziu uma matéria com seguinte título O que ninguém falou sobre a parada conquistense, a qual que relatava como havia sido essa edição.

A 6ª Parada do Orgulho de ser LGBT contou com uma frente de honra representativa que discursou contra as propostas do Presidente da Câmara dos Deputados: Eduardo Cunha, quanto aos direitos LGBT e das mulheres. A frente também fez discursos contra a homofobia. O trio elétrico fez um percurso de quase quatro horas saindo da Praça Guadalupe em direção à Praça do Gil, desceu em direção ao Parque de Exposições retornando então ao ponto de partida. A caminhada foi acompanhada por um trio elétrico de onde DJ's, GoGo Boys e Girls, juntamente com as vencedoras de concursos de Miss Simpatia e Rainha Trans. O Supermercado Hiper, do grupo Bom Preço, fechou os portões de entrada que davam de frente para o percurso da

⁶⁷ CORDEIRO, C; MENEZES, B. O que ninguém falou sobre a parada conquistense. **Mas o quê?** Disponível em: <https://masoqueofficial.wixsite.com/masoque/blank-un7dn>. Acesso: 04/03/2021.

Parada, contraditoriamente, durante toda a trajetória moradores abriam portas e janelas de suas casas para prestigiar o evento. A Parada serviu não só como forma de manifesto pelos direitos LGBT, busca pela aceitação ou para mostrar que a diversidade deve ser celebrada e aceita, a Parada serviu para evidenciar que, diferente do que a mídia e os líderes governamentais brasileiros dizem, a família brasileira não é tão conservadora quanto se acredita. A Parada é para toda e qualquer tipo de família brasileira (CORDEIRO; MENEZES, 2015).

Na imagem abaixo, é possível observar o trio elétrico saindo da Praça Guadalajara, tal como informa a matéria.

Figura 7 Trio da VI Parada do Orgulho LGBT em Vitória da Conquista



Fonte: *Blog Mas o quê?* (CORDEIRO; MENEZES, 2015).

O *site* institucional da prefeitura⁶⁸, noticiavam na época a promoção da Semana da Diversidade LGBT, antecedendo a VI Parada, com a temática Por uma cidade de PAZ, do AMOR e das diversas identidades!.

Em 2016 não ocorreu a VII Parada do Orgulho LGBT e esse detalhe nos desperta para uma reflexão sobre a relação entre a não realização da parada após o golpe parlamentar, jurídico e midiático contra a presidenta Dilma Rousseff e a simultânea derrota da Frente Conquista Popular nas eleições municipais do mesmo ano, tendo o PT como principal liderança.

Não negamos o avanço das políticas públicas e sua importância para as pessoas LGBT, mas, de forma contraditória e dialética, essas articulações entre movimento e governo teriam causado uma dependência orgânica do movimento com governos federais, estaduais e municipais, por conseguinte, dificultado a realização de atos mais amplos do movimento LGBT após 2016?

A VII Parada do Orgulho LGBT foi realizada apenas em 19 de novembro de 2017. O tema dessa edição foi A luta contra a LGBTfobia é sim a luta pela vida, diferentemente das paradas anteriores, a concentração ocorreu na região oeste da cidade, na Praça Nossa Senhora

⁶⁸ <https://www.pmvc.ba.gov.br/semana-da-diversidade-lgbt-movimenta-vitoria-da-conquista/>

dos Verdes, no bairro Brasil. Segundo o *site* institucional da prefeitura “a escolha da praça atende a uma reivindicação dos movimentos sociais para que o evento ocorresse na zona oeste da cidade”. O evento continuou antecedido por momentos formativos com seminários, na Casa Memorial Régis Pacheco. Não encontramos registro da parceria com o grupo Safo, como ocorria nas edições anteriores, haja vista que no *site* institucional e nos *blogs*, que geralmente faziam a cobertura do evento, tais como *Resenha Geral*, *Blog do Anderson*, *Blog Rodrigo Ferraz*, *Bahia Já* e, *Mas o quê?* não há menção sobre os parceiros na realização do evento e o cartaz também não explicita essa informação. A seguir, o cartaz do evento:

Figura 8: VII Parada do Orgulho LGBT de Vitória da Conquista



Fonte: *site* institucional PMVC (2017).

Para Butterman (2012), as paradas do orgulho LGBT se apresentaram com características proporcionais às de um carnaval, trazendo a analogia para sudoeste baiano, o momento assemelhava-se ao espírito das micaretas⁶⁹, inclusive ao reproduzir a trajetória espacial dessa festa, como recordado pelo depoimento de Novais (2010)⁷⁰. O sentido simbólico de festa, performance, espetáculo, elaboram um caráter de palco e transforma a Parada em uma festa das massas (BUTTERMAN, 2012, p. 45). Essa sensação é recuperada nas lembranças dos/as pesquisados/as: “a parada do orgulho LGBT é para todos” (MÃE ROSA D’OXUM, informação verbal, 2021); “*gays*, lésbicas, bissexuais, trans, casais héteros, crianças acompanhadas de familiares, idosos, pessoas com necessidades especiais, todos participam da festa que é a parada” (PATRÍCIA TEIXERIA, informação verbal, 2021). Destarte, a própria palavra “parada” merece atenção crítica, pois migra do vocabulário militar

⁶⁹ É a denominação dada no Brasil ao carnaval fora de época, o termo deriva de uma festa francesa, chamada de Mi-carême, e, desde os anos 1990 expandiu pelas cidades brasileiras. Não adentraremos na contextualização desta manifestação cultural por não corresponder aos objetivos de nossa pesquisa.

⁷⁰ “numa área super visível da cidade que geralmente é dedicado à micareta” Disponível em: <https://memoriambh.blogspot.com/2010/04/vitoria-dxs-ltbts-de-vitoria-da.html?q=vit%C3%B3ria+da+conquista>

para uma manifestação que se faz contra todas as limitações impostas por qualquer força repressiva (BUTTERMAN, 2012, p. 47).

Isto posto, não encontramos registros da VIII Parada do Orgulho LGBT em Vitória da Conquista, nos *blogs* de notícias locais e muito menos no *site* institucional da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores. Ademais, os/as pesquisados quando indagados sobre as lembranças que mereciam ser imortalizadas, destacam “as paradas LGBTs, que hoje não estão sendo mais realizadas por falta do apoio do Governo Municipal” (DANILO BITTENCOURT, informação escrita, 2020).

Toitio (2019) pondera que a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 rompeu, de forma determinante, a relação do movimento LGBT com o Executivo. Uma relação iniciada de maneira sutil no Governo Fernando Henrique Cardoso, tendo auge no Governo Luís Inácio da Silva e enfraquecido devido às disputas ideológicas e partidárias na arena política durante o Governo de Dilma Rousseff, marcado pelo distanciamento da pauta LGBT, devido à reatividade conservadora organizada no Congresso Nacional pela Bancada Evangélica (TOITIO, 2019, p. 33).

Em apertada síntese, a realização das Parada do Orgulho LGBT em Vitória da Conquista contribuíram com a luta do movimento, no aspecto da visibilidade e do empoderamento, antecedidas pelo gradativo processo de emergência dos grupos/coletivos e da participação em eventos como I Conferência Nacional GLBT (2008) que colaborou para a organização politizada desta comunidade.

Tais acontecimentos reverberaram no âmbito do governo municipal, formando uma outra conjuntura que demanda a entrada de novos fatos e atores sociais, políticos e econômicos, sobre os quais não aprofundaremos por não fazerem parte do recorte temporal e objetivos da pesquisa. Assim sendo, abre-se disposição para novas investigações em um possível desenho contextual de uma quarta onda do movimento LGBT. A seguir, exploraremos aspectos da relação do movimento LGBT com a prefeitura municipal e a criação da Coordenação de Promoção de Direitos LGBTs.

4.3 A implementação da Coordenação de Promoção de Direitos LGBTs

A implementação da Coordenação de Promoção da Cidadania de Direitos LGBTs foi uma conquista do movimento LGBT no município de Vitória da Conquista. O favorecimento da inserção da sua agenda nas políticas públicas municipais ocorrera devido ao alinhamento com ações afirmativas do Governo Federal e Estadual. Antes dessa consolidação institucional

(em âmbito local), entre movimento e a prefeitura municipal, a população LGBT articulou-se em uma paulatina construção de uma sociabilidade cultural, compartilhando experiências e constituindo memórias coletivas nesses grupos.

Antes da criação do órgão havia articulação sim, primeiro nós tínhamos movimentos sociais, vinculados a segmentos sociais aqui em Conquista, através do Grupo Safos, que foi o primeiro grupo de mulheres articulado enquanto movimento social, que puxou essas discussões, depois tivemos outras articulações, e foram surgindo outros, como por exemplo: Diversus, Galera da Amizade, Amigos da Diversidade, Finas, LGBTConquista, e foi através desses grupos que começaram a discussão e a organização da Primeira Parada LGBT (JOSÉ MÁRIO BARBOSA DOS SANTOS, informação verbal, 2020).

Esses grupos, gradativamente, foram constituindo coletivos atuantes que, inicialmente, o propósito parecia focalizar na organização de festas, confraternizações e atividades voltadas para a comunidade LGBT na cidade, assumindo progressivamente um caráter de militância formal. A caracterização dos coletivos em formatos mais institucionalizados demanda a participação de seus ativistas nas Conferências Territoriais, Estaduais e Nacional GLBT, com o propósito de representarem Vitória da Conquista. Essas representações contribuíram com a articulação do movimento com a prefeitura estabelecendo uma ponte, pois ao retornarem dessas conferências foi estabelecido um diálogo entre ambos.

Em 2010, foi inaugurado o Núcleo de Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (NUDH). Vitória da Conquista foi a primeira cidade da Bahia a receber um órgão específico de combate à discriminação contra LGBT. A implementação integrava as propostas de políticas públicas debatidas na I Conferência Estadual e Nacional LGBT, realizada em 2008. (ANUNCIAÇÃO, 2010).

Segundo a Nota Técnica (2009), dos projetos financiados pelo programa Brasil Sem Homofobia, os Centros de Referência atuaram de forma significativa na prevenção e no combate à homofobia. Em 2005 e 2006, quarenta e cinco Centros de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia foram instalados por edital, buscando contemplar as capitais estaduais e cidades do interior. Na Bahia, os desdobramentos das políticas afirmativas entre governo federal e estadual favoreceram a instalação de Núcleos de Direitos Humanos de Combate à Homofobia, em Salvador, Vitória da Conquista e Feira de Santana. As duas primeiras, por meio do convênio com a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e a última, vinculada à emenda parlamentar de Lídice Mata (NOTA TÉCNICA, 2009).

O Núcleo de Combate à Homofobia de Vitória da Conquista foi inaugurado em novembro de 2009 e materializou uma parceria colaborativa entre Governo Federal, Estadual e Municipal. Na época, o Governador da Bahia era Jaques Wagner (PT) e essa inauguração demarcou um certo pioneirismo da cidade quanto à atenção às políticas públicas de promoção à Cidadania LGBT. O papel exercido pelo NUDH era o de fornecer orientação jurídica, psicológica e social, além da função educativa e preventiva no combate ao preconceito e à discriminação, atuando ainda, na promoção da cidadania de LGBT, para isso, contava com uma equipe multidisciplinar formada por psicólogo, assistente social e advogado.

Em 2010, o censo *Mostre a sua Cara* realizado pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, por meio do Núcleo de Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (NUDH), com apoio da Secretaria de Justiça e Cidadania de Direitos Humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e a Secretaria de Saúde Municipal estabeleceram parcerias com bares frequentados por pessoas LGBTs, *Vieira Sebo-Café*, *Submarino*, *Apogeu* e o *Zoo Bar*. O objetivo do censo era construir um banco de dados sobre o cenário de discriminação e violência, divulgar a atuação do NUDH, mobilizar e subsidiar a formulação de futuras políticas públicas (NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA, 2010).

A adesão da Prefeitura de Vitória da Conquista ao Núcleo de Combate à Homofobia proporcionou à comunidade LGBT a oferta de apoio jurídico e psicossocial por uma equipe multidisciplinar: advogado, psicólogo e assistente social. As práticas deste núcleo contemplavam, em parte, as propostas aprovadas no debate promovido pela I Conferência Estadual LGBT da Bahia, produto também da I Conferência Nacional GLBT (2008). Segundo a publicação dos Anais dessa conferência, o Brasil foi o primeiro país a convocar uma conferência nacional representativa e institucional para discutir a questão dos Direitos Humanos e Políticas para as pessoas LGBT.

Deste modo, a Conferência Nacional agregou uma intensa agenda de atividades organizadas no Brasil em 2008 para celebrar os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos quais todos os conteúdos debatidos seriam transformados em subsídios no processo de atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos e repercutiram em ações estaduais e municipais.

A temática em debate possibilitou aos grupos de trabalho das conferências o aprofundamento nas deliberações e moções, apresentadas no *corpus* do relatório da conferência, o que refletiu, de certa forma, em um esforço do poder público e da sociedade

civil, naquele momento, em atender a busca dos movimentos sociais LGBT por políticas públicas.

Em função dessa circulação de potencialidades houve a implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, fortalecidas pelo Programa Brasil sem Homofobia (2004).

As organizações LGBT reivindicavam do governo federal mais atendimento das demandas da população LGBT em uma dinâmica de democracia participativa, fomentando parcerias com os movimentos sociais e incentivando a mobilização dos estados e municípios com a descentralização das ações. Logo, analisando os relatórios e anais oriundos dessas conferências é possível compreendê-las como eventos exitosos ao colaborem com o fomento de Direitos Humanos LGBT.

Ao chegar na cidade de Vitória da Conquista, percebi que havia uma movimentação da sociedade civil na realização da Parada do Orgulho LGBT bem como das conferências territoriais. Em posse dessas demandas, a aproximação foi por meio de reuniões setoriais (com os segmentos da sigla L, G, B e T) e também reuniões coletivas. O importante, aqui, é que ao longo dos anos 2000, é possível identificar, quatro marcos principais no âmbito das ações do Poder Executivo voltadas para a população LGBT: criação do "Brasil Sem Homofobia (BSH) - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual", em 2004; realização, em 2008, da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema "Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)"; lançamento do "Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" (PNDCDH-LGBT), em 2009; e publicação do decreto que cria o "Programa Nacional de Direitos Humanos 3" (PNDH-3), em 2009. Nós temos alguns marcos normativos que traduzem, que ilustram esses avanços. Um deles é a Conferência Nacional LGBT, que foi a primeira conferência governamental no mundo, creio que foi a única realizada para essa população e que culmina com a publicação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, que traz 186 ações e 54 diretrizes para a população. Essas ações e diretrizes são oriundas, são frutos das 559 propostas aprovadas na Conferência LGBT, e além desses dois marcos vai culminar também com a criação, que ainda está em negociação, do Conselho Nacional LGBT, que vai tratar de forma mais direta a interação entre a sociedade civil e o Governo Federal (DANILO BITTENCOURT, informação escrita, 2020).

Neste depoimento é possível recuperar a memória da luta LGBT e a relação entre o governo municipal e movimento. Em síntese, todo o processo de institucionalização da luta em Vitória da Conquista evidencia que o diálogo entre sociedade civil, movimento social e poder público contribuíram, apesar das contradições e embates, na promoção da Cidadania de Direitos.

O foco era garantir o acesso a essa população aos direitos civis, reconhecendo as diferenças e a diversidade destas pessoas combatendo, contudo, a desigualdade e as discriminações (LGBTfobia), haja vista que: “igualdade entre as pessoas não é anular as nuances e as diferenças existentes entre elas, mas garantir que tais variações não sejam usadas para estabelecer relações de poder, hierarquia, violências ou injustiças” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 24).

Importante destacar ainda o Decreto nº 14.231/2012 que criou a Comissão da Diversidade Sexual com as atribuições de elaborar, analisar e avaliar a execução do Plano Municipal para Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, relacionados com o projeto Vitória da Conquista sem Homofobia, por meio das diretrizes oriundas da legislação, da Conferência Nacional, Estadual e Territorial de Direitos LGBT. Esta comissão foi formada por membros dos diversos órgãos da Prefeitura, tais como: Secretaria de Desenvolvimento Social; Educação; Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Comunicação Social, Trabalho, Emprego e Renda.

Em julho de 2011, pela primeira vez na história, a ONU declarou que os Direitos LGBT são Direitos Humanos. Tal declaração foi pontuada na Resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU, de nº. L9, na Assembleia Geral. Desta resolução, resulta a seguinte interpretação: o país que não cuidar dos seus cidadãos LGBTs, não estará respeitando os Tratados Internacionais de Direitos Humanos, em tal documento a ONU interpreta e alarga o conceito de Direitos Humanos. Os impactos desta Resolução já são sentidos, com relevantes mudanças no próprio Governo Brasileiro, quando da 2ª Conferência Nacional LGBT que ocorreu em dezembro de 2011 (GORISCH, 2014, p. 2).

O enredo propício à mobilização do poder público motivou a autonomia dos estados e municípios na promoção de políticas públicas que atendessem e reconhecessem os Direitos Humanos LGBTs, fomentando um processo de institucionalização das lutas em busca desse reconhecimento por meio do ativismo produzido pelos movimentos sociais e demais coletivos. Em Vitória da Conquista, os participantes desse processo lembram que aproveitaram esse momento favorável para dialogar e, em 2011, promoveram a Conferência LGBT do Território⁷¹ de Vitória da Conquista, contando com o estabelecimento de uma Assessoria Técnica de Políticas Públicas para a Diversidade.

Aproveitamos, então, esse avanço no governo federal, na época, com a pauta LGBT e organizamos encontros com os movimentos sociais de direitos humanos da cidade para apresentar as características principais de cada uma

⁷¹ Conferência LGBT do Território de Identidade Sudoeste da Bahia.

dessas iniciativas federais e construir esse debate na cidade de Vitória da Conquista para tentarmos refletir de maneira mais ampla acerca do processo de formulação e implementação de políticas públicas para população LGBT na cidade. Bom ressaltar aqui que nossa consulta pública teve a participação de outros movimentos além dos coletivos LGBT (que eram poucos os existentes na época). O convite amplo foi pensando que as temáticas LGBT não podem estar dissociadas com as outras temáticas de direitos humanos (igualdade racial, mulheres, juventude, idosos, crianças/adolescentes, entre outras). Foi aí, que em 2011, realizamos a Conferência LGBT do Território de Vitória da Conquista. Uma das demandas do encontro era um espaço para se pensar as políticas LGBT. Respondendo a isso, a prefeitura criou uma Assessoria Técnica de Políticas para Diversidade Sexual, que mais tarde se transformaria em uma Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT. Com a implantação da coordenação, Conquista tornou-se a primeira cidade baiana a possuir um órgão exclusivo para a promoção desses direitos. Em 2012, a prefeitura garantiu o uso do nome social de travestis e transexuais nos órgãos da Administração Municipal direta e indireta, autarquias, fundações e na rede municipal de ensino, outra ação pioneira no interior da Bahia (DANILO BITTENCOURT, informação escrita, 2020).

A criação da Coordenação de Promoção da Cidadania de Direitos LGBTs foi um marco na cidade, não apenas pelo título de pioneira na pauta LGBT, mas porque contribuiu no fortalecimento, na visibilidade e no empoderamento dessa comunidade, apresentando uma atuação no âmbito de política pública por um viés vanguardista. Apesar da imposição de dificuldades, envolvendo segmentos conservadores, representados pelo poder legislativo, muitas ações colaboram na construção da cidadania e da dignidade com oferta de serviços e assessorias que possibilitaram uma vida mais aprazível na superestrutura de organização social, efetivando o desejo de mudança, no sentido de redenção da sociedade, por intermédio da ação dos sujeitos em contato com a realidade social.

A pauta LGBT, além de cortar a minha carne, faz parte do meu cotidiano, da minha luta pessoal (compreensão, aceitação e resistência), entrou em minha rotina a partir de um convite que recebi, em 2006, para assumir as pautas LGBT do Governo do Estado da Bahia. Eu era apenas um jovem gay, sem inserção em movimento social. Sempre digo que a luta LGBT que eu conheci, de início, depois de minha própria luta de reconhecimento pessoal, foi a luta institucional (DANILO BITTENCOURT, informação escrita, 2020).

O conflito existente nas práticas sociais entre as sexualidades dissidentes e as normatizadas demonstram a existência de um adversário íntimo da égide cis-heteropatriarcal, conhecido como LGBTfobia. A normalização das ideias hegemônicas pautadas na dicotomia normal-anormal e natural-descultural, em defesa da cis-heteropatriarcalidade cristã, produziu em muitos momentos históricos, o estranhamento entre heterossexuais e homossexuais, e a simples diferença de orientação sexual e identidade de gênero afastam as pessoas da

concepção de unidade enquanto gênero humano e fabricam as mais diversas modalidades de discriminações, como formas de expressão desse estranhamento.

Assim, se a norma propagada pela organização social do capital na superestrutura é o binarismo de sexo e gênero, todas as outras formas de manifestação da sexualidade são inadequadas para a sociedade, portanto, predispostas à repressão, à opressão e à violência. No depoimento a seguir, o entrevistado relata suas reflexões sobre a dificuldade em combater a LGBTfobia:

O projeto de uma sociedade sem sexismo, machismo e LGBTfobia, capaz de incluir pessoas que hoje são marginalizadas e perseguidas por não se conformarem ao pensamento majoritário, tem também suas próprias contradições, sendo uma das principais o risco de a assimilação implicar a própria descaracterização ou desintegração identitária das pessoas e grupos LGBT. Ou seja, essa nova sociedade também exigiria de seus integrantes a conformação a modelos de homossexualidade, travestilidade e transexualidade socialmente hegemônicos, mantendo à margem todas/os as/os que se recusarem a incorporar as personas sexuais aceitáveis, independentemente de orientação sexual e identidade de gênero. Some-se a isso o fato de que a população LGBT ainda não gera um tipo de solidariedade similar à que caracteriza grupos como idosos/os, crianças e adolescentes, por exemplo, que despertam uma cumplicidade social generalizada com seus problemas e dificuldades, o que os torna beneficiários potenciais legítimos de políticas públicas. Talvez por essa razão que se fundamenta na LGBTfobia prevalecente em larga escala, a resistência ainda seja tão acentuada quando o assunto é sobre políticas públicas envolvendo sexualidade e, mais especificamente, sexualidade não heterossexual (DANILO BITTENCOURT, informação escrita, 2020).

Isto posto, a trajetória do ativismo LGBT em Vitória da Conquista buscou espaços nas instituições do Estado em uma luta pela ruptura contra a LGBTfobia e pela garantia de direitos a essa população.

Segundo Saraiva (2017, p. 91), o Governo Federal em 2010 instituiu uma nova competência ao Conselho Nacional de Promoção da Cidadania dos Direitos LGBT (CNCD), por meio do decreto n.º 7.388/2010, com o propósito de atender uma demanda histórica do Movimento LGBT brasileiro buscando potencializar as políticas públicas de paridade social. O CNCD-LGBT, passou a formular e propor diretrizes de ações governamentais nacionais de combate à discriminação e promoção de reconhecimento dos direitos civis. Em 2013, eventos como o lançamento de um documento base de consulta pública, a criação do Sistema Nacional de Enfrentamento à violência contra pessoas LGBTs e Promoção dos Direitos contribuíram no incentivo e instalação de Coordenadorias de Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais, já que o objetivo era enfrentar a violência contra as minorias sexuais.

Precisamos compreender que apesar de uma relativa abundância de documentos governamentais e de eventos que proporcionam interlocução entre governo e sociedade civil, o grande desafio é transformar as incipientes políticas públicas, gestadas ao longo dos últimos anos, especialmente a partir de 2004, pelo Governo Federal, em especial, em efetivas políticas de Estado, que não estejam à mercê da boa vontade de governantes e das incertezas decorrentes da inexistência de marco legal de combate à LGBTfobia e de promoção da cidadania LGBT. Em particular, no que diz respeito às políticas públicas no campo da sexualidade, convém ainda destacar que elas são permeadas de peculiaridades, já que o ponto de partida para sua formulação e implementação é basicamente a necessidade de mudança de crenças, valores e tradições há muito prevaletentes no imaginário coletivo (DANILO BITTENCOURT, informação escrita, 2020).

Em 2014, incentivada por essas ações do Governo Federal, mediante Lei Complementar n.º 1.986/2014 que alterava a estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, é criada a Coordenação de Promoção da Cidadania de Direitos LGBT (CPCD-LGBT).

Entre 2012 e 2015, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social abarcou algumas políticas relacionadas à Igualdade Racial e à Luta LGBT, eram reivindicações naquela época muito informais, fizemos uma reforma na Secretaria e colocamos algumas políticas que já faziam parte da secretaria no patamar de Coordenações, assim foi possível institucionalizar mais esses trabalhos. Eu acredito que essas políticas avançaram no reconhecimento da luta reivindicatória das pessoas LGBT e na sociedade, o Estado reconheceu a necessidade desse trabalho e ao mesmo tempo, a prefeitura incorporou dentro da sua política municipal essa temática, isso foi algo importante, que aconteceu com o favorecimento dos Governos Lula e Dilma, onde tivemos um avanço nacional, com essas políticas dentro dos Direitos Humanos (MIGUEL ARCANJO, informação verbal, 2020).

Nas memórias dos grupos, especialmente daqueles que eram/são atendidos pela Coordenação, a criação deste órgão é vista como um marco, um momento em que os serviços e espaços públicos institucionalizados passam ser acessados de forma legítima por essas pessoas, contribuindo com a visibilidade, o empoderamento e a emancipação, conforme afirma a narrativa da entrevista:

melhorou muito, agora a gente passou a ter mais atenção e junto com o grupo Finas, onde eu sou a presidente, nós acolhemos as meninas, qualquer demanda delas, elas procuram o grupo Finas e eu levo para a coordenação, procuramos parcerias para ajudá-las, então lá, eles arranjam advogado para elas mudarem o nome e tudo que for possível fazer por elas a gente faz, como apoio da coordenação (TIETA RODRIGUES, informação verbal, 2020).

Sobre a construção do relacionamento entre o movimento e o governo municipal recupera-se a lembrança de atuação coletiva dos grupos e coletivos na sociedade:

muito interessante, por que o movimento já existia e estava em crescimento na cidade, estavam nas ruas, faziam manifestações, anualmente ocorriam as paradas e agregavam participação de outros segmentos sociais, agregavam parcerias com a câmara de vereadores, secretarias de saúde, sempre participando com algum serviço, como a secretaria de Educação, por se tratarem de temas transversais, o movimento trazia essa importância, o envolvimento com essa temática era importante para o trabalho da prefeitura municipal, para a gestão, havendo uma integração, graças ao trabalho desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social através da Coordenação de Promoção de Direitos LGBT, como também pelos ativistas que já tinham a militância no movimento anteriormente (MIGUEL ARCANJO, informação verbal, 2020).

Segundo o Portal oficial do Estado da Bahia⁷², “Conquista foi o 1º município baiano a ter Núcleo de Prevenção e Combate à Homofobia e a implementação do Núcleo de Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia” e, posteriormente, tornando-se Coordenação de Promoção de Direitos LGBT, que deram à Vitória da Conquista uma notoriedade enquanto cidade pioneira no atendimento da agenda LGBT.

A integração da CPCD-LGBT na estrutura administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Lei Complementar n.º 1.986 de 30 de maio de 2014, auxiliou em demasia, o desenvolvimento das políticas públicas transversais para essa população no âmbito de fortalecimento, empoderamento e visibilidade, pois o espaço físico e a questão orçamentária atrelada a essa secretaria contribuía no desenvolvimento dos trabalhos. A equipe da CPCD-LGBT é multidisciplinar, composta por técnicos e profissionais das áreas social, psicológica e jurídica.

Eram oferecidos os seguintes serviços: atendimento psicológico, assistência social, assessoria jurídica para tratar das questões envolvendo o nome social, apoio ao casamento homoafetivo, acompanhamento de processos etc. Além de eventos em prol da transversalidade política (fortalecimento, empoderamento e visibilidade), capacitações destinadas a segmentos como a polícia militar, professores, dentre outros.

Entre os eventos eram organizados: as Paradas do Orgulho LGBT; Encontro de Lesbianidade e Bissexualidade; Maio da Diversidade; Dia da Visibilidade Lésbica, Semana da Diversidade LGBT etc. No que diz respeito à formação e à capacitação ocorriam ciclo de

⁷² CONQUISTA SERÁ O 1º MUNICÍPIO BAIANO A TER NÚCLEO DE PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA. O portal oficial do estado da Bahia, 2010. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2010/03/noticias/direitos-humanos/conquista-sera-o-1o-municipio-baiano-a-ter-nucleo-de-prevencao-e-combate-a-homofobia/>. Acesso: 20/02/2021.

palestras e oficinas em comemoração ao Dia Nacional da Visibilidade Trans, segundo a Associação Brasileira LGBT, Vitória da Conquista foi o único município baiano dos 417 a realizar um evento para comemorar a data no ano de 2013, dentre outras ações. Outro aspecto relevante, trata-se da composição dos colaboradores:

Na coordenação, foi incorporado como o quadro de colaboradores ⁷³ pessoas que já estavam engajadas dentro do movimento que existia no município e também que já trabalhavam com essa temática, o coordenador já tinha experiência com políticas LGBT, e outras pessoas que participavam, isso facilitou bastante a atuação, em termos de ter pessoal de qualidade trabalhando, internamente não tivemos nenhum embaraço. Os problemas existentes eram muito mais relacionados a questão de recursos, essas dificuldades eram orçamentárias, mas que também íamos respondendo a essas dificuldades paulatinamente, à medida que o movimento ia crescendo, e que as lutas iam aparecendo, buscávamos a colaboração e parceria de secretarias. Eram um trabalho inicial, muito inédito, um trabalho que precisou de muitas mãos e a participação de muitas pessoas e também o desenvolvimento da sociedade, a partir do movimento LGBT organizado. Então dentro dessa lógica de participação, das exigências que iam surgindo, das movimentações em nível nacional e estadual, Conquista, passou a se inserir nessa política geral (JOSÉ MÁRIO BARBOSA DOS SANTOS, informação verbal, 2020).

A presença de pessoas ligadas ao movimento trazia um clima de acolhida e de solidariedade social aos que acessavam os serviços da coordenação, as parcerias construía uma visibilidade que extrapolou o sentimento de ser visto para o ser visto e compreendido.

Quando a gente chega lá, a gente é muito bem tratada. É bom ter gente lá que entende a gente do jeito que a gente é, gente que sabe o que a gente passa, por que já passou também. As atividades da coordenação ajudaram a sociedade a ver a gente de outros jeitos, estamos em um evento, falamos, participamos, fazemos coisas boas para a sociedade, as pessoas deixam de ver a gente como uma coisa estranha e passam a nos aceitar e respeitar (TIETA RODRIGUES, informação verbal, 2020).

É a demonstração do desejo de construção da mudança, rumo à superação de um passado que, por meio dos mecanismos de exploração, normalizou visões de mundo hegemônicas e opressoras de uma classe sobre a outra, de uma raça sobre a outra, de um gênero sobre o outro, de uma orientação sexual sobre outra, de uma identidade sobre a outra, ou seja, “de um ser humano sobre o outro[...] somente a humanidade redimida obterá seu passado completo” (BENJAMIM, 2012, p. 242).

A leitura do relatório de gestão do ano de 2016, reflete potencialmente esse posicionamento crítico, uma vez que busca ultrapassar o passado de preconceito,

⁷³ Servidores contratados para atuarem na CPCD-LGBT

estranhamento e abjeção contra as pessoas LGBTs, evocando, do presente, o esforço pela desconstrução dos alicerces que fundam a opressão apoiada na exploração. A atuação dessa luta institucionalizada do movimento LGBT articulada com o Estado, parte da disposição em colaborar com a transformação crítica de pensamentos, ideias, comportamentos e quiçá, a sociedade.

Mas, com esse histórico definido por documentos governamentais, fruto de conferências, fez com que definisse a importância da instalação nas cidades, estado e no Governo Federal o que conhecemos de Tripé da Cidadania LGBT. O Tripé da Cidadania LGBT necessita de um espaço específico para lidar com as questões de LGBTfobia, seja uma Coordenadoria, uma Assessoria, Divisão ou Superintendência, órgão que elabore, articule e execute políticas públicas para LGBTs. Uma fiscalização do órgão criado (por meio de Conselho LGBT) e por fim, a elaboração de um Plano Municipal de Combate à LGBTfobia, elemento fundamental a dar sustentação ao Tripé. Com base nessa deliberação que começamos a fomentar essa discussão em nossa cidade. Iniciamos pelo órgão, com a criação anteriormente da Assessoria, que depois se tornou Coordenação. O Conselho e o Plano não foram articulados por conta da necessidade de maior interação cujo processo foi interrompido pelo processo eleitoral em que outro partido político assumiu a Prefeitura da Cidade. Contudo, ao finalizarmos nossa atuação, encaminhamos documento à nova coordenação LGBT nos colocando à disposição para pensarmos sobre esses novos caminhos e auxiliar na continuação do nosso Tripé da Cidadania LGBT em Vitória da Conquista. Mas, as divergências políticas, fez com que nossas construções fossem deixadas de lado para começarem um novo momento na área LGBT a partir das demandas que o atual grupo político tinha em mente sobre essas políticas. Afinal, esse é o nosso maior desafio, em termos de políticas de direitos humanos, ficamos sempre à mercê da boa vontade de governantes e das incertezas decorrentes da inexistência de marco legal de combate à LGBTfobia e de promoção da cidadania LGBT (DANILO BITTENCOURT, informação escrita, 2020).

Durante a gestão petista municipal, a participação dos coletivos e grupos eram constantes e atuantes, especialmente após a implementação da CPCD-LGBT, mas a disputa entre as ideias hegemônicas e contra-hegemônicas no domínio político implicaram impasses que demandaram do movimento muita luta e resistência. Os empecilhos implicados na busca pelo reconhecimento dos direitos civis e da cidadania estiveram mais presentes no poder legislativo.

A atuação de determinados membros do poder legislativo municipal em defesa da família patriarcal e da heterossexualidade acarretou no combate ao Movimento LGBT. Essas ideias reverberadas na câmara representavam os anseios de segmentos da sociedade orientados por uma “direita cristã posicionada como ator político relevante e integrante

essencial da nascente coalizão neoconservadora em reação ao avanço feminista e dos direitos dos homossexuais” (LACERDA, 2019, p. 61).

Destarte, a atmosfera neoconservadora reverberada por alguns vereadores aponta para a existência de um velado ativismo contra as políticas a favor das demandas da população LGBT. Nos arquivos de notícias do *site* oficial da Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, é possível, por exemplo, encontrar declarações de vereadores contraditórias, tentando velar seu posicionamento cis-heteropatriarcal, pois ao mesmo tempo que diz respeitar a diversidade, defendem a cura *gay*.

Em páginas anteriores mencionamos o pronunciamento do vereador Joel Fernandes no dia 09 de abril de 2010, quando a câmara discutia a primeira parada da Diversidade, quando o então vereador Joel Fernandes (PTN) apresentou um Projeto de Lei que proibia a comercialização de pulseiras de silicone, conhecidas na época como “pulseiras do sexo”. No ensejo o Movimento LGBT se fazia presente na sessão e ele afirmou “que todos devem aprender a conviver com respeito pelas diferenças. Ressaltou que acreditava na cura para os *gays*, citando exemplos de ex-homossexuais que hoje são heterossexuais.”⁷⁴

Em outra sessão datada em 18 de maio de 2012, o Movimento LGBT realizou uma manifestação na Câmara de Vereadores em repúdio à ausência dos legisladores na audiência pública para discutir a elaboração de políticas públicas de combate à homofobia ocorrida em 17 de maio de 2012. O titular da Assessoria Técnica para Diversidade Sexual, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, declarou “esta Casa não tem políticas específicas para *gays*, lésbicas e travestis. Foi lamentável a ausência dos vereadores”.⁷⁵ Esse registro se alinha à recordação do/a entrevistado/a Mãe Rosa d’Oxum: “na nossa luta por políticas públicas precisávamos pressionar a câmara (informação verbal, 2021).

Todavia, os parlamentares se justificaram:

O presidente da Casa, vereador Fernando Vasconcelos (PT), ressaltou que a audiência pública **não foi uma atividade solicitada pela Câmara**. Porém, o parlamentar destacou que a Câmara é uma Casa democrática, onde todos têm o direito de livremente se expressar. O líder do Governo na Câmara, vereador Gildásio Silveira (PT) afirmou que a Câmara, em nenhum momento, se recusou a discutir qualquer assunto. “A ação do Movimento LGBT não pode ser transformada em questão política partidária”, disse. O parlamentar rebateu as críticas feitas pelo Movimento, afirmando que a **audiência não foi uma iniciativa do Legislativo e sim da Prefeitura**. O vereador Arlindo Rebouças (PMN), líder da bancada de oposição, reconheceu a falha dos vereadores em não comparecer na audiência do

⁷⁴ Disponível em <http://www.camaravc.com.br/home/noticia/19046>. Acesso em 03/01/2021

⁷⁵ Disponível em <http://www.camaravc.com.br/home/noticia/20430>. Acesso em 03/01/2021

Movimento LGBT. O parlamentar afirmou que os vereadores falharam ao não participarem da audiência, porém afirmou **não ter sido convidado pelos integrantes do Movimento** responsáveis pela realização do evento (CÂMARA DE VEREADORES DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2010, grifos nossos).

A arena parlamentar facultou a omissão em participar do evento, alegando que não era uma atividade da casa, mas uma iniciativa da prefeitura e reforçando a necessidade de convite. Contudo, os pesquisados narram que: “a gente sempre precisava ir para câmara cobrar, porque sem a nossa luta nada acontecia” (MÃE ROSA D’OXUM, informação verbal, 2021).

Na sessão ordinária de 13 de abril de 2018, o vereador David Salomão (PRTB) fez a leitura de um texto que criticava o apoio do presidente Lula à causa LGBT. O texto trazia os seguintes trechos:

Quando eu vi o Lula apoiar o aborto de inocentes, eu disse a Deus: Faz justiça, Senhor! **Quando eu vi o levantar a bandeira LGBT e apoiar casamento gay**, eu disse a Deus: Faz justiça, Senhor! Quando eu vi o Lula acabar com o Brasil com o comunismo, eu disse a Deus: Faz justiça, Senhor! Engana-se quem acha que a Lava-jato começou em Curitiba. A Lava-jato começou no Céu de Justiça Plena! (RIBEIRO, 2018, grifos nossos).

Isto posto, a sensação de omissão ou combate à agenda LGBT por alguns membros desta casa estiveram presentes na trajetória do Movimento LGBT de Vitória da Conquista, como recorda Mãe Rosa d’Oxum: “quando iam votar algo relacionado à causa LGBT, tinham aqueles que se mantinham mais neutros, outros que nos defendiam e aqueles que eram contra mesmo” (informação verbal, 2021).

Não obstante, de acordo com Saraiva (2017), é importante evitar o simplismo acusatório da maldade dos neoconservadores. A moralização das questões políticas alinha-se com as ideias hegemônicas da visão de mundo daqueles que elegeram esses representantes, ou seja, seu mercado eleitoral que dispõe de apoio tanto midiático quanto econômico do *holding* conservador.

Saraiva (2017) ressalta ainda que a resistência ao reconhecimento dos direitos civis LGBTs é mais forte nos países com maior influência religiosa nas instituições públicas e que é necessário pressionar os eleitos, bem como eleger representantes que apoiem a causa. Isso porque, as escolhas eleitorais possuem um relevante papel “na efetivação ou não, de forma precária ou substancial, das políticas que garantem direitos para a comunidade LGBT”. (SARAIVA, 2017, p. 200).

Diante disso, as políticas sociais se tornam reféns do sucesso das políticas econômicas, ainda que as políticas sociais redistributivas possam interferir de alguma forma para o crescimento econômico. Assim, se as questões da diversidade sexual e de gênero podem roubar de tempos em tempos a cena política, a tendência contudo, é de que as pautas econômicas se sobressaiam, o que se evidencia particularmente em um período de crise (TOITIO, 2019, p. 34).

Toitio (2019) pondera sobre o momento vivido na atualidade, cuja crise econômica e política favorecera o arrefecimento das lutas e avanços na agenda LGBT.

Destarte, o movimento LGBT apesar do momento favorável à articulação da sua agenda com os governos municipal, estadual e federal, enfrentou obstáculos em sua luta. Superar a dificuldade de diálogo entre gestores e movimento era um desafio.

O diálogo entre gestores e gestoras dos níveis federal, estadual e municipal talvez seja o principal desafio a ser alcançado, já que, muitas vezes, disputas partidárias, ideológicas ou simplesmente de prestígio dificultam a execução de um trabalho coordenado, envolvendo distintas atrizes ou atores sociais (DANILO BITTENCOURT, informação escrita, 2020).

Mãe Rosa d'Oxum recorda sobre “a dificuldade era chegar até a gestão, dialogar, mostrar nossas demandas, depois que conseguíamos isso avançávamos” (informação verbal, 2021). Desta forma, compreendemos que a articulação entre movimento LGBT e governo municipal foi realizada por meio da insistência e persistência dos atores e atrizes participantes dos coletivos e grupos organizados, ensejada em um momento com disposição para o diálogo, que colaborou na superação dessa dificuldade e contribuiu para a materialização dessa relação.

Os/as pesquisados/as narram que as dificuldades, impasses e conflitos encontrados na trajetória os fazem valorizar ainda mais as conquistas materializadas: “tudo isso é fruto de uma luta nossa, do povo LGBT politizado” (MÃE ROSA D'OXUM, informação verbal, 2021). Os avanços mais significativos na pauta LGBT, favorecidos por um governo federal que se reivindicava como participativo e sensível à busca por paridade social das minorias, em convergência com o governo municipal, são recordados de acordo o que apresenta a tabela, a seguir:

Tabela 1: Avanços na Agenda LGBT de Vitória da Conquista

Avanços na Agenda LGBT municipal de Vitória da Conquista	ANO
Núcleo de Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia	2009
I Parada do Orgulho LGBT/Tema Diversidade no Sudoeste Baiano	2010
Nome social de Travestis e Transexuais/Decreto municipal nº 14.273/2012	2012
Audiência Pública para elaboração de políticas públicas de combate à homofobia	2012
Primeiro casamento civil homoafetivo	2013
Coordenação de Promoção da Cidadania de Direitos LGBT	2014

Cela especial para LGBT no Conjunto Penal/Resolução de 2014 CNCD/LGBT	2014
---	------

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa (2021).

Os/as colaboradores/as ao serem perguntados sobre os avanços mais importantes, a I Conferência Nacional aparece como um ponto crucial, pois ela favoreceu o desdobramento dos avanços e conquistas mencionados acima, conforme corrobora o/a entrevistado/a:

tudo que a gente conquistou foi importante, o marco foi a I Conferência Nacional, depois veio o NUDH, a Parada, o nome social, as discussões por políticas públicas, o reconhecimento do casamento, a cela especial e fechou com a Coordenação, então todo esse avanço é nosso, é fruto do nosso esforço, na nossa luta politizada (MÃE ROSA D'OXUM, informação verbal, 2021).

As lutas do movimento LGBT continuam em vários âmbitos. Todavia, nos últimos anos, sobretudo após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016), que avaliamos como um golpe parlamentar, midiático e judiciário articulado pelo grande capital, imprimiu para as políticas de promoção da cidadania de direitos LGBT perdas e ataques que carecem de estudos e organização por parte dessa população, Como também das pessoas e organizações que lutam pelos direitos humanos em busca da superação de todas as formas de opressão, repressão, exploração e discriminação. Independentemente de sua orientação sexual, gênero, identidade, etnia ou classe social.

5 CONCLUSÃO

Nossa pesquisa levanta elementos sobre as lutas do movimento LGBT em Vitória da Conquista/Ba. Essas lutas e algumas conquistas construídas por meio da sociabilidade clandestina dessas pessoas passou por uma gradativa formação de redes e famílias alternativas constituidoras de uma comunidade subterrânea, marginalizada e escondida dos padrões normativos admitidos naquela sociedade. A expressão da homossexualidade estava restrita ao privado e ao clandestino, enquanto nos espaços públicos admitiam o comparecimento do modelo cis-heteropatriarcal de existência.

A emersão das memórias subterrâneas vinculadas a essa cultura ambientada na fuga dos padrões heteronormativos encontrou solo fecundo para germinar no final dos anos 1990 e primeira década dos anos 2000, em um processo paulatino de penetração dos espaços públicos por festas e eventos declaradamente *gays*. Essa inserção foi uma tarefa trabalhosa, pois, a comunidade LGBT precisou enfrentar o aparato normalizador da sociedade que valorizava, enquanto norma social, a identidade cisgênera, a família patriarcal e a heterossexualidade.

A constituição de uma certa sociabilidade LGBT local, em face da construção de uma cultura e da formação de famílias alternativas e redes de apoio nos guetos, ou por meio de estratégias engenhosas de socialização as quais contribuíram para que as memórias coletivas fossem formadas/compartilhadas e as memórias subterrâneas rebentadas.

Nesse movimento de transformação da realidade social pelos próprios sujeitos participantes dela, é que se fomentam as experiências compartilhadas pelos grupos e os seus respectivos registros sobre o passado. Ademais, o contexto em que os sujeitos estavam inseridos auxiliou de alguma forma na reconstrução dos sinais e impressões de um momento específico. Considerando o pensamento de Halbwachs (2003), a lembrança é percebida como uma reconstrução do passado diante de referências emprestadas do presente. Isto posto, a memória coletiva é antes de tudo um processo de reconstrução das experiências do passado vivenciado por um grupo social.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2003, p. 30).

A memória coletiva é um fluxo contínuo capaz de reter do passado as lembranças ainda vívidas na consciência do grupo. Já as memórias subterrâneas ou marginalizadas

consistem “muito mais na irrupção de ressentimentos acumulados no tempo de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente” (POLLAK, 1989, p. 5).

Diante das análises das narrativas dos pesquisados, inferimos que a explosão das angústias e o anseio por respeito e justiça, apoiadas nas memórias subterrâneas dos sujeitos favoreceram a busca pela organização do movimento. Desta forma, arriscamos considerar que na realidade social do fenômeno estudado as memórias coletivas e as memórias subterrâneas se fundem. A convergência entre as memórias subterrâneas dos sujeitos com a formação e o compartilhamento das memórias coletivas contribuíram na atuação mais pragmática, tanto na emergência do movimento, quanto na luta pelas demandas da agenda LGBT.

Curiosamente, a faixa etária compreendida entre 36 e 45 anos de idade alcançou a juventude entre os anos de 1994 a 2003 e a geração de 25 a 35 anos, tornou-se joven entre 2004 a 2014. Neste momento, coletivos e grupos foram se organizando a exemplo do Acrópole, Morgana Mix, Safos, Finas, dentre outros. Nas narrativas dos pesquisados ambas faixas etárias (25-35 anos e 36-45 anos) foram a força motriz⁷⁶ na busca por angariar mais participantes para o ativismo organizado, utilizando como estratégia a promoção de festas. As festas atraíam as pessoas LGBTs, oportunizando a formação de redes de apoio e sociabilidade. Além do encontro dessas memórias subterrâneas (marginalizadas) e, posteriormente, a constituição das memórias coletivas do/s grupo/s. Segundo as recordações dos pesquisados, esse processo só foi possível graças à atuação da geração anterior (compreendidos entre 46-55 anos de idade).

As festas particulares e o posterior sucesso das festas públicas declaradamente *gay*, despertaram a atenção de empresários na cidade o que, de alguma forma, deu impulso e visibilidade às pessoas LGBT. Essa aceitação das festividades LGBTs na cidade (e proximidades), contribuiu para que progressivamente a expressão da homossexualidade fosse recebida com certa tolerância nos espaços públicos.

Os pesquisados recordaram, ainda, que as festas ocasionais como micaretas, eventos festivos fechados (apenas para a comunidade LGBT), encontros, reuniões, dentre outras estratégias/alternativas de socialização, insurgiram a bifurcação de grupos: “aqueles que esperavam apenas se divertir e aqueles que esperam se divertir e se politizar”. Posteriormente, o grupo interessado em politizar e organizar o movimento para a luta em busca da promoção da cidadania LGBT, formaram coletivos que paulatinamente foram se aproximando do

⁷⁶ Em termodinâmica, força motriz é um agente, usado para transmitir movimento.

governo municipal por meio das participações em eventos em conferências promovidos pelas políticas estaduais e federais.

É importante destacar a importância do coletivo Morgana Mix na difusão da sociabilidade LGBT e do grupo Acrópole como um embrião da organização formal dessa comunidade em Vitória da Conquista. Contudo, o Grupo Lésbico Safo fora aquele que em essência se caracterizou como um grupo formalmente politizado.

Outro ponto destacável é que neste momento (2003-2013) o governo petista do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e de Dilma Rousseff (2011-2016) alinhava-se com o governo também petista do prefeito Guilherme Menezes (1997-2002 e 2009-2017) e do prefeito José Raimundo Fontes (2002-2009). Segundo os entrevistados, este período foi um momento fértil de discussão, diálogo, avanço e construção de políticas públicas voltadas para a diversidade sexual, mas que também tiveram seus impasses e contradições.

Isto posto, a abertura para o diálogo e desenvolvimento de políticas públicas desenvolvidas pelo governo municipal (1997-2016) e federal (2003-2016) que se reivindicavam democráticos e populares, possibilitou a aproximação do movimento LGBT em um processo de organização mais formal com o governo como um meio de luta pela promoção da cidadania de direitos.

Destarte, a descentralização do Movimento LGBT do circuito Rio-São Paulo e a visibilidade atingida devido à expansão do mercado consumidor destinado a essas pessoas, a presença na mídia, como também as manifestações massivas, *verbi gratia*, a Parada do Orgulho contribuíram no fortalecimento dos anseios por respeito, justiça, proteção e auxílio.

A visibilidade das pessoas LGBTs na vida pública e cotidiana favoreceu o interesse dessas pessoas em organizarem-se politicamente para lutar pelo reconhecimento de direitos civis, igualdade e liberdade.

Em nosso estudo, compreendemos a memória como o meio por onde se deu a vivência e a utilizamos como objeto e principal fonte de investigação. Desta forma, a memória coletiva dos grupos participantes da emergência do movimento LGBT, bem como a luta, os avanços e os embates implicados na parceria com o governo municipal, apontam a recordação de fatos marcantes deste processo. Um desses fatos lembrados coletivamente como uma pedra oblonga na organização do movimento é a I Conferência Nacional GLBT.

A mudança da sigla para LGBT, a discussão, a presença de um presidente da república em um evento especificadamente criado para tratar dos Direitos Humanos LGBTs foram de suma importância para a mobilização de uma luta em busca da igualdade. Quando os delegados LGBTs conquistenses enviados para participarem da conferência retornaram ao

município, a perspectiva estava transformada em uma necessidade de politizar a luta. Neste período que é fundado o grupo de mulheres lésbicas e bissexuais Safos, um dos responsáveis pela organização da I Parada do Orgulho LGBT (2010) no sudoeste baiano com o tema Diversidade.

Como desdobramento da I Conferência Nacional GLBT ocorreu a implementação do Núcleo de Direitos Humanos, Prevenção e Combate à Homofobia (2009). Outras conquistas foram materializadas, como por exemplo: Nome Social (Decreto municipal n.º 14.273/2012); casamento civil homoafetivo (2013); Cella especial para LGBT no Conjunto Penal (Resolução de 2014 CNCD/LGBT) e a Coordenação de Promoção da Cidadania de Direitos LGBT (2014).

A Coordenação de Promoção da Cidadania de Direitos LGBT (CPCD-LGBT) é narrada pelos pesquisados/as como uma conquista relevante, pois, por intermédio dela foi possível dar mais atenção às pessoas “trans” ainda muito invisibilizadas e marginalizadas socialmente. O acompanhamento psicológico, jurídico e assistência social, além da proximidade com os coletivos e grupos contribuíram na promoção da cidadania LGBT. Destaca-se ainda, nas narrativas, que a estrutura e o orçamento da CPCD-LGBT, como parte integrante da Secretaria de Desenvolvimento Social, colaboraram para o êxito de sua atuação na época.

Contudo, apesar dos avanços políticos, o movimento LGBT organizado enfrentou embates, contradições e conflitos, especialmente com o poder legislativo municipal. Alguns eleitos defendiam o cis-heteropatriarcado em função da moralização política, pois, acreditavam que não podiam trair a sua base eleitoral apoiado por um *holding* conservador com presença midiática e econômica. O estabelecimento do diálogo entre os gestores do governo municipal com o movimento foi outra dificuldade enfrentada, devido às disputas partidárias, ideológicas ou, até mesmo, questões envolvendo a notoriedade. Todavia, a disponibilidade ensejada pela conjuntura política da época contribuiu para a superação deste obstáculo, favorecendo a materialização da relação entre movimento LGBT com o governo municipal.

Nas narrativas dos sujeitos/as de pesquisa outras dificuldades são apresentadas, após o período de 2016, contudo, não adentraremos nessas questões por não fazerem parte do nosso recorte temporal de estudo e para não perder o foco dos objetivos de nossa pesquisa, o que abre, portanto, espaço para investigação posterior, haja vista que seria necessário entrevistar outros atores/atrizes envolvidos neste processo, como por exemplo: gestores e mais ativistas de diferentes segmentos do movimento.

A pesquisa realizada em abordagem qualitativa sob à luz do materialismo histórico-dialético compreendeu os envolvidos no fenômeno como sujeitos que ao interagirem com a realidade são capazes de modificá-la. Isto posto, a emergência do movimento LGBT, sua luta e conquistas fazem parte de um processo dialético vinculado a uma constante movimentação da realidade orientada para superação sucessiva de etapas na história.

O estudo, devido sua natureza pura, básica ou fundamental, contribuiu na geração de novos conhecimentos acerca da história e da memória do Movimento LGBT. Com efeito, o reconhecimento do papel da sociabilidade e cultura LGBT na penetração de outros espaços que não se restringiam ao domínio particular e clandestino, bem como o desdobramento dos acontecimentos até a organização política, visibiliza a luta dessas pessoas e fortalece a memória do movimento.

Existem lacunas em nosso trabalho que não foram possíveis de serem preenchidas, por exemplo, a história do coletivo transexual chamado Finas. A sua relevância na visibilidade trans foi notória, cuja trajetória foi de parceria com a Coordenação de Promoção da Cidadania de Direitos LGBT na participação de ações, eventos, formações, manifestações etc. Os/as pesquisados/as amostrados pela técnica *snowball* não tinham muitas informações sobre o processo de fundação do coletivo. Ademais, a militante Raphaela Souza⁷⁷, foi apontada como uma importante referência, posto que foi a fundadora do coletivo, no entanto, ela fora assassinada em 14 de novembro de 2018 aos 32 anos. Do mesmo modo, devido às limitações da nossa técnica de amostragem, conseguimos poucos elementos sobre a emergência do movimento em Vitória da Conquista do ponto de vista do ativismo lésbico.

Esperávamos conseguir mais elementos sobre as dificuldades, embates, conflitos e contradições existentes na articulação do Movimento LGBT com o governo municipal. Não obstante, nas narrativas dos/as pesquisados/as a atuação de alguns legisladores municipais, bem como a omissão foram pontos levantados como implicações dificultadoras da materialização do processo de luta e de conquista na promoção de direitos LGBTs.

Com o desdobramento da pesquisa percebemos a necessidade de retornar a campo para coletar novos dados dos nossos pesquisados, todavia, a dificuldade imposta pela pandemia foi um obstáculo para esse processo. Aprofundar sobre como eram as rotinas dos coletivos e grupos, a frequência das reuniões, quais atores e atrizes participavam, que atividades desenvolviam são lacunas existentes em nossa pesquisa, bem como detalhes do

⁷⁷<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/11/15/militante-lgbt-travesti-e-morta-com-tres-tiros-na-cabeça-em-vitoria-da-conquista-sudoeste-da-bahia.ghtml>

funcionamento e atendimento do Núcleo de Direitos Humanos e Combate à Homofobia e da Coordenação de Promoção de Direitos LGBTs.

Ao levantar a bibliografia acerca da história do Movimento LGBT no Brasil, suas etapas e contextos sociais, culturais, políticos e econômicos, arriscamos que a terceira onda estabelecida na pesquisa de Facchini (2005) possivelmente terminou. Os novos fatos e conjuntura manifestados no pós-*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que compreendemos como um golpe parlamentar, jurídico e midiático, desenrolaram em impasses relacionados com o campo político e teórico alinhados às ideologias neoconservadoras e antipluralistas. Por conseguinte, episódios como o *Backlash*, os ataques à cidadania LGBT, o bolsonarismo etc., podem fazer parte de uma nova conjuntura que não pertença mais ao período da terceira onda, mas de outra etapa.

Além da lacuna na história e memória do coletivo Finas, existem outros grupos e coletivos que não foram abordados em nosso trabalho, ainda assim, citados pelos pesquisados/as, porém, não conseguimos estabelecer contato com seus fundadores e militantes. Assim sendo, descortinamos a existência de campo aberto e rico para exploração e investigação.

Não esgotamos a história e a memória da emergência do Movimento LGBT em Vitória da Conquista/Ba, mas apresentamos a “ponta do iceberg” de uma trajetória que envolve o embate velado entre a tradição e os valores cis-heteropatriarcais de uma sociedade, com uma cultura subterrânea que, cansada da clandestinidade, buscou estratégias engenhosas de emersão social, politização, visibilidade e empoderamento.

Para nós, a realização desta pesquisa foi um desafio pautado no desejo de trazer à tona o processo de luta das pessoas LGBTs em Vitória da Conquista. Como relatamos, enfrentamos muitas dificuldades e não pudemos realizar o planejamento inicial, o que exigiu reajustes. Todavia, conhecer os elementos da história operados no passado, envolvendo a cultura, a força e a resistência de uma comunidade que almejava/almeja apenas liberdade e igualdade foi recompensador.

A memória é operada no presente. Em suma, a evocação do passado se dá devido às demandas do presente, isto é, na atualidade vivida. Logo, desenvolver um trabalho que intenta recuperar a trajetória de emergência do movimento LGBT, em um município do sudoeste baiano é precisamente acolher essa demanda do presente em evocar do passado, as memórias coletivas que são compreendidas como um recurso desta investigação. Os oprimidos/reprimidos, os vencidos, os subterrâneos precisam encontrar espaço, visibilidade

para que as injustiças, historicamente sofridas, sejam constantemente repensadas e jamais reproduzidas.

As diversas modalidades de violências, ao nosso ver, devem ser superadas diante do conhecimento, da reflexão crítica e da ação/interação dos/as sujeitos com a realidade social. Por isso, ao contribuirmos com a recuperação deste passado de luta contra a opressão, em que as injustiças sobre desamparo aos direitos civis não deviam ter sido negadas a essa comunidade, entendemos isso como uma evocação necessária do passado em nosso presente.

No tempo presente, testemunhamos os ataques e o esvaziamento do discurso e das políticas de promoção da cidadania de direitos LGBTs. Esses acontecimentos, vinculados ao contexto político e econômico da contemporaneidade demandam de nós ponderação, para não sermos orientados a retroagir na história e reproduzimos perseguições e a negação dos direitos civis das pessoas LGBTs. Precisamos avançar, por certo, como já diz a canção Pedras que cantam, de Dominginhos e Fausto Nilo “Vamos embora sem demora, vamos pra frente que pra trás não dá mais”.

REFERÊNCIAS

Livros, artigos, teses e dissertações

ADAMS, T. E. **Narrating the closet: an autoethnography of same-sex attraction**. New York /United States: of America.Publishing company: Routledge, 2011.

ANDRADE, M. M. **Introdução À Metodologia Do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora, Atlas, 2017.

BAUSUM, A. **Stonewall: Breaking Out in the Fight for Gay Rights**. Editora: Viking Books for Young Readers, 2015.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BENJAMIM, W. **Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica**. 8. ed. São Paulo. Editora Brasilense, v. 1, 2012.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas: Rua de mão Única**. São Paulo. Editora Brasilense, v. 2, 1987.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BUENO, A. **Contracultura: utopias em marcha**. Rio de Janeiro: Editora PUC-rio, 1978.

BUENO, A. **O que é geração Beat**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

BUTTERMAN. S. **Invisibilidade Vigilante**. São Paulo: Editora Inversos, 2012.

CÂMARA, C. **Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos "homossexuais"**. Rio de Janeiro: Editora Academia Avançada, 2002.

CARRARA, S.; RAMOS, S.; SIMÕES, J. A. e FACCHINI, R. **Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT - São Paulo 2005**. Rio de Janeiro: Editora CEPESC/CLAM, 2006.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Cia da Letras, 1996, p. 15-59.

COSTA, J. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DOIMA, A.M. **A vez e voz popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70**. Rio de Janeiro: Editora ANPOCS, 1995.

DUARTE, F.A. A influência do STF no reconhecimento das mudanças comportamentais da sociedade brasileira no tocante à minoria LGBT. *In*. DESLANDES, K. **Homotransfobia e**

Direitos Sexuais: Debates e embates contemporâneos. Belo Horizonte. Editora Autêntica, p. 117- 129, 2018.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de a. n. Leontiev. **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 24, n. 62, p. 44-63, abril 2004, p. 44-63.

DUBERMAN, M. **Stonewall:** The Definitive Story of the LGBT Rights Uprising that Changed: Editora Plume, 2019.

EDDY, P.; LINKLATER, M.; GILLMAN, P. **War in the Falklands: The Full Story**. Cambridge: Harper & Row, 1982.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**, Natal/RN. n. 4, p. 131-158, 2009.

FACCHINI, R. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. Caderno temático Psicologia e Diversidade Sexual. São Paulo. Conselho Regional de Psicologia, 2011. Disponível em <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx> Acesso: 30/10/2020.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos do Arquivo Edgard Leuenroth**. São Paulo. v.10, n.18/19, 2003.

FACCHINI, R. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

FACCHINI, R; FRANÇA, I.L. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Revista Latino-americana Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro. n.3, p. 54-81, 2009.

FACCHINI, R; RODRIGUES, J. É preciso estar atento(a) e forte: Histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. *In: Hasteemos a bandeira colorida: Diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo. Editora Expressão Popular. p. 230-261, 2018.

FACCHINI, R; SIMÕES, J.; Na Trilha do Arco-Íris. **Do Movimento Homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memória Social:** novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Editorial Teorema, 1994.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O Urbano em Construção Vitória da Conquista:** um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista/BA: Edições UESB, 2002.

FRANÇA, I. L, I. L. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre/RS, n. 28, p. 289-311, 2007.

FRANÇA, I. L. "Cada macaco no seu galho?": arranjos de poder, políticas identitárias e segmentação de mercado no movimento homossexual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 60, p.103-115, 2006.

FRANCO, R. **Dez Lições sobre Walter Benjamin**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes e práticas necessários à prática educativa. 57^a, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2018.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. *In: _____ Para Inglês Ver: **Identidade e Política na Cultura Brasileira***. Rio de Janeiro. Editora Zahar, p. 87-115, 1982.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FRY, Peter; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GADOTTI, M. **Marx: transformar o mundo**. São Paulo: Editora FTD, 1991.

GALLAS, A.K.C.; OLIVEIRA, Y.G. O Surgimento da Imprensa Alternativa Gay no Brasil: O caso do jornal Snob. *In: Encontro Nordeste de História da Mídia*. Piauí. n. 2, Piauí. **Anais II Encontro Nordeste de História da Mídia/Universidade Federal do Piauí**, 2012.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**, n.32, p.107-126, 2011.

GATTI, L.F. **Memória e distanciamento na Teoria da Experiência de Walter Benjamin**. Campinas/SP. UNICAMP, 2002. Dissertação – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2002.

GENNARI, A.M. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Revista Pesquisa & Debate**. São Paulo. v. 13, n. 21, p. 30-45, 2001.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In: SILVA, T. T. (orgs.). **Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo***. 2. ed. Brasília: CNTE, 1996, p. 9-49.

GOMES, E.; NATIVIDADE, M.; MENEZES, R.A. Proposições de lei e valores religiosos: controvérsias no espaço público. *In: DUARTE, L.F. et al. **Valores Religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos***. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2009.

GORISCH, Patrícia. **O Reconhecimento dos Direitos Humanos LGBT: De Stonewall à ONU**. Curitiba/PR: Editora Appris, 2014.

GREEN, J. O Grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura. *In: QUINALHA, R.; GREEN, J. (org.) **Ditadura e homossexualidades: Repressão, Resistência e a busca da verdade***. São Carlos: Edufscar, 2014.

GREEN, J. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GREEN, J. Quem é o macho que quer me matar? **Revista Anistia Política e Justiça da Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, n. 8, 2012, p. 86.

GREEN, J.; QUINALHA, R. **Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade: São Carlos/SP**. Editora Edufscar, 2019.

GREEN, J.; QUINALHA, R. Introdução. *In: QUINALHA, R.; GREEN, J. (org.) **Ditadura e homossexualidades: Repressão, Resistência e a busca da verdade***. São Carlos: Edufscar, 2014.

GREEN, J.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.C.; FERNANDES, M. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2018.

GREEN, J. **Revolucionário e gay**: A extraordinária vida de Herbert Daniel – Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. France/Paris: Nouvelle édition, 1952.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

HERBERT DANIEL. **Passagem para o próximo sonho**: um possível romance autobiográfico. Rio de Janeiro. Editora Codecri, 1982, p. 96 e 97.

HOBBSAWM, E. J. **A era dos Extremos**: O breve século XX. 2ª ed. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 1995.

IRIBURE, A. **As representações das homossexualidades na publicidade e propaganda veiculadas na televisão brasileira**: um olhar contemporâneo das últimas três décadas. UFRGS.2008. Tese - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

JARDIM, E. **A doença e o tempo**: AIDS, uma história de todos nós. Rio de Janeiro. Editora Bazar do Tempo, 2019.

KODJA, C.C. **Crise econômica ao final do século XX – 1970 a 2000**: Advento de uma nova organização social e financeira. São Paulo. USP. Tese – Programa de Pós-graduação em História econômica. Universidade de São Paulo, 2009.

KOTSCHO, R. **Explode um Novo Brasil**: Diário da Campanha Diretas já. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LADWIG, N. I.; COSTA, R. S. **Vinte Anos da Queda do Muro de Berlim**. Lages/SC: Editora Unisul, 2009.

LEAL, J.T.B. **Advergay: uma ação publicitária “no armário”, “in Box” ou “publicidade-michê”?** Dissertação de Mestrado. Comunicação Social do Departamento de Comunicação da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2013.

LEÃO, L. M. **Metodologia do estudo e pesquisa**: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2017.

LIMA, A. M. **Política Sexual**: Os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular. Belo Horizonte/MG: Editora Relicário, 2017.

LINS, B.A.; MACHADO, B.F.; ESCOURA, M. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

- LOURO, G. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MACRAE, E. **A construção da igualdade**: Identidade Sexual e Política no Brasil da “abertura”. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 1990.
- MACRAE, E. **A construção da Igualdade**: Política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: Editora Edufba, 2018.
- MACRAE, E. Em defesa do gueto. *In.*: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo. Editora Unesp, p. 291-308, 2005.
- MACRAE, E. Em defesa do Gueto. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v. 2, 1, p. 53-60, abr. 1983.
- MACRAE, E. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. **In.**: EULALIO, A. *et al* **Caminhos Cruzados**, São Paulo: Brasiliense, 1982
- MAGALHÃES, L. D.; ALMEIDA, J. R. Relações simbióticas entre Memória, História e Educação. *In.*: **História, Memória e Educação**. Campinas/SP. Editora Alínea, 2011.
- MARTIN, V. Crise e Reestruturação do Capital: a busca pela recomposição das taxas de acumulação. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 87 - 101, jan./jun. 2014.
- MARX, K. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- MARX, K. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Tradução Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret. 2002.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- MARX, K; ENGLS, F. **Manifesto Do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008
- MERRIAM, Sharan B. Qualitative Research and Case Study Applications in Education. Revised and Expanded from " Case Study Research in Education.". **Jossey-Bass Publishers**, 350 Sansome St, San Francisco, CA 94104, 1998.
- MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Editora Boitempo. 2016.
- MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- MIRA, M.C. **O leitor e a banca de revistas**: o caso da Editora Abril. Orientador Renato Ortiz 1997. 366f. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1997.
- MISKOLCI, R. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.
- MOTT, L. **Crônicas de um gay assumido**. Rio de Janeiro. Editora Record. 2003, p. 154.

MOTT, L. Homoafetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v 14, n. 248, maio-agosto/2006, p. 509-521.

MOTT, L. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MOTT, L. **O sexo proibido**: Escravos, gays e virgens nas garras da Inquisição. Campinas/SP: Editora Papyrus, 1988.

NETTO, J.P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2011.

NOGUEIRA, L. As determinações patriarcais heterossexistas da sociedade capitalista. *In*: NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, E.; PAZ, T.T. **Hasteemos a bandeira colorida**: Diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo. Editora Expressão Popular. p. 29-53, 2018.

NUNAN, A. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Editora Caravansarai, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Maria Costa. **Licenciaturas curtas**: uma avaliação da experiência no Estado da Bahia. 1983. Estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1983.

PAULA, J.A. A produção do conhecimento em Marx. **Cadernos ABESS-CEDEPSS**, n.5, p.17-42, 1992.

PEREIRA, C.F. Conexões entre os movimentos Feminista e LGBT no Brasil. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia/MG, v.31, n.1, 2018.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v 2, n.3.1989, p. 3-15.

POPPOVIC, P. P. **Grécia: Templos, túmulos e tesouros**. Rio de Janeiro: Editora Abril Produções, 1998.

QUINALHA, R. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. *In*: QUINALHA, R.; GREEN, J. (org.) **Ditadura e homossexualidades**: Repressão, Resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014.

QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Ciências). Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. São Paulo, 329 p. 2017.

QUINALHA, R. Marxismo e sexualidade no Brasil: recompondo um histórico. **Margem Esquerda Revista da Boitempo**. São Paulo, n. 33, p. 25-31, 2019.

QUINALHA, R.; GREEN, J. (org.) **Ditadura e homossexualidades**: Repressão, Resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014.

SARAIVA, M. S. **Estado, Democracia, Políticas Pública e Direitos LGBT**. Editora Metanoia. Rio de Janeiro, 2017.

SEDGWICK, E.K. A epistemologia do armário. Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, n. 28, 2007, p.19-54.

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L. Do gueto ao mercado. *In.*: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. Editora Unesp, 2005.

SIMÕES, J. *In.*: FACCHINI, R. **Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SIMÕES, J.; FACCHINI, R. **Na Trilha do Arco-Íris. Do Movimento Homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TAYLOR, S. J. & BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. 1 ed. 2. Reimpressão 1994. Barcelona: Editora Paidós, 1984.

TOITIO, R. D. A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado capitalista: o que a atual crise política tem a nos ensinar. **Margem Esquerda Revista da Boitempo**. São Paulo, n. 33, p. 32-37, 2019.

TOITIO, R. D. **Cores e contradições a luta pela diversidade sexual** e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016, 330 p.

TRAVESSO, E. **La historia como campo de batalla**: Interpretar las violências del siglo XX. Buenos Aires: Grupo Editorial Fondo de Cultura Económica, 2012.

TREVISAN, J. S. A guerra santa do Dr. Richetti. *In.*: **Lampião da Esquina**, n. 26. Rio de Janeiro, julho/1980.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

TÛLHER, D. **Sexualidades e políticas de subjetivação no campo das artes**. Salvador/Ba. Editora UFBA, 2019.

VAINFAS, R. **Trópico dos Pecados**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade**: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense; São Paulo. Editora MÉTODO, 2012.

VIANNA, C.P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, 2014.

WEEKS, J. **The World We Have Won**: the Remake of Erotic and Intimate Life. Londres; Nova York: Routledge, 2007.

Legislação:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 2015.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Decreto nº 7.037**, de 21/12/2009 (PNDH-3). Ministério da Justiça. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm > Acesso 07/08/2020.

CÂNDIDO, Mendes de Almeida. **Código Philippino ou Ordenações e Leis**. Rio de Janeiro. 14.ed. Typographia do Instituto Philomathico, 1870, p. 1162.

NOTA TÉCNICA. **Núcleo de Direitos Humanos de Combate a Homofobia de Vitória da Conquista**. Salvador/Ba. 2009.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Decreto nº 14.231/2012**: Comissão da Diversidade Sexual para elaborar, analisar e avaliar a execução do Plano Municipal para Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais- Vitória da Conquista sem Homofobia, a partir das diretrizes emanadas da legislação, da Conferência Nacional, Estadual e Territorial de Direitos LGBT. Vitória da Conquista, 2012.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Decreto nº 14.273/2012**: garante que as pessoas travestis e transexuais têm direito à identificação por meio do seu nome social, quando do preenchimento de fichas de cadastros, formulários, prontuários, registros escolares e documentos congêneres, para atendimento de serviços prestados por qualquer órgão da Administração Pública Municipal Direta, Indireta, Autarquias, Fundações, nas Instituições Públicas de Ensino da Cidade de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 2012.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei complementar**: nº 1.986, de 30 de maio de 2014 que altera a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Vitória da Conquista, 2014.

Cartilhas, relatórios e anais:

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Educação, Brasília, 2011. **Caderno**: Escola sem homofobia/Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual.

BRASIL. Ministério da Saúde, Brasília. **Política nacional de saúde integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**, 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2014. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**: ano de 2013.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília. 2007. **Plano Nacional de Promoção de Direitos Humanos GLBT**.

CONFERÊNCIA ESTUDUAL DOS DIREITOS GLBT DA BAHIA. 1, 2008. **Propostas aprovadas**. Salvador/Ba, 2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – GLBT. 1, 2008, Brasília. **Anais da Conferência Nacional de GLBT/ direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA DE DIREITOS LGBTs. **Relatório de Gestão 2014**. Vitória da Conquista, 2015.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA DE DIREITOS LGBTs. **Relatório de Gestão 2015**. Vitória da Conquista, 2016.

COORDENAÇÃO DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS LGBTs. **Relatório de Gestão 2016**. Vitória da Conquista, 2016.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Em: **Revista do Serviço Público** 56. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Secretaria Nacional de Cidadania. Brasília, 2018. **Violência LGBTfóbicas no Brasil**: dados da violência/ elaboração de Marcos Vinícius Moura Silva.

OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, L. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Relatório da conferência municipal de Vitória da Conquista**. 2013. Disponível: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/eixos-e-proposicoes-vitoria-da-conquista%20(1).pdf. Acesso: 12/07/2020.

Portais de notícias, revistas e jornais *on-line*, documentários e sites institucionais:

AGOSTINE, Cristiane. Evangélicos aumentam pressão contra projeto anti-homofobia. **Biblioteca Digital do Senado Federal**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/465211/noticia.htm?sequence=>. Acesso 07/08/2020.

ANUNCIAÇÃO, C. Conquista ganha órgão de combate à homofobia. **À tarde**. 2010. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1253637-conquista-ganha-orgao-de-combate-a-homofobia>. Acesso: 18/02/2021.

ANUNCIAÇÃO, Cristiano. **Conquista ganha órgão de combate à homofobia**. Jornal A Tarde. Sucursal Vitória da Conquista Notícias, Bahia, 2010. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1253637-conquista-ganha-orgao-de-combate-a-homofobia>. Acesso em: dez. de 2020.

ARQUIVO DE NOTICIAS DAS PARADAS LGBTs. **Blog Bahia Já**. Disponível: <http://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2017/11/20/7-parada-do-orgulho-lgbt-vitoria-da-conquista-celebra-diversidade,105570,0.html>. Acesso: 04/03/2021.

ARQUIVO DE NOTICIAS DAS PARADAS LGBTs. **Blog do Anderson**. Disponível: <https://www.blogdoanderson.com/2017/11/20/7a-parada-do-orgulho-lgbt-vitoria-da-conquista-celebra-diversidade-nas-ruas-veja-as-fotos-da-parada-gay/>. Acesso: 04/03/2021.

ARQUIVO DE NOTICIAS DAS PARADAS LGBTs. **Blog Resenha Geral**. Disponível: <https://www.blogdaresenhageral.com.br/tag/4a-parada-lgbt/>. Acesso: 04/03/2021.

ARQUIVO DE NOTICIAS DAS PARADAS LGBTs. **Blog Rodrigo Ferraz**. Disponível: <http://www.blogdorodrigoferraz.com.br/2017/11/19/divina-valeria-participa-de-parada-lgbt-de-vitoria-da-conquista/>. Acesso: 04/03/2021.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos/Biblioteca digital da administração pública. **Direitos LGBT**. Disponível em : <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3100/5/Diretos%20LGBT%20Brasil%20>

%20Minist%C3%A9rio%20dos%20Direitos%20Humanos%20-%20Marina%20Reidel.pdf. Acesso 07/08/2020.

CAMÂMARA DE VEREADORES DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Arquivo de notícias LGBT**. Disponível em: <http://www.camaravc.com.br/home/buscar/1/LGBT>. Acesso: 20/02/2021.

CÓDIGO PHILIPPINO ou Ordenações e Leis. Rio de Janeiro. 14.ed. **Typographia do Instituto Philomathico**, 1870, p. 1162.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – GLBT. 1, 2008, Brasília. **Anais da Conferência Nacional de GLBT/** direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008

CONQUISTA SERÁ O 1º MUNICÍPIO BAIANO A TER NÚCLEO DE PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA. **O portal oficial do estado da Bahia**. 2010. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2010/03/noticias/direitos-humanos/conquista-sera-o-1o-municipio-baiano-a-ter-nucleo-de-prevencao-e-combate-a-homofobia/>. Acesso: 20/02/2021.

CORDEIRO, C; MENEZES, B. **O que ninguém falou sobre a parada conquistense**. Mas o quê? Disponível em: <https://masoqueoficial.wixsite.com/masoque/blank-un7dn>. Acesso: 04/03/2021.

CRISE MUNDIAL DOS ANOS 70. **Infopédia**. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$crise-mundial-dos-anos-70](https://www.infopedia.pt/$crise-mundial-dos-anos-70). Acesso: 29 de julho de 2020.

FERREIRA, P.; MARIZ, R. CNE retira gênero e orientação sexual da Base Curricular. **O Globo**. Dezembro/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cne-retira-genero-orientacao-sexual-da-base-curricular-22179063>. Acesso 07/08/2020.

FLORES, R. Protesto contra a homotransfobia em Conquista. **Revista Gambiarra: Jornalismo, cultura e ativismo**. Disponível em: <http://revistagambiarra.com.br/site/di-nacional-contra-a-transfobia-e-marcado-por-protesto-em-vitoria-da-conquista/>. Acesso em: 01 de novembro de 2019.

HISTÓRIA DE LUTA. **Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)**. Disponível em: <https://www.abgl.org/>. Acesso 07/08/2020.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISCA (IBGE). **Vitória da Conquista: Panorama**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso: 15/02/2021.

JORNAL A RIBALTA. Mi-careme. **Jornal A Ribalta**. Vitória da Conquista, 12 abril. 1927. 6. ed. p. 10

JORNAL CORREIO. Berço de Glauber Rocha, Elomar, Xangai e Ricardo Castro, Conquista também abrigou a família Gil. **Jornal Correio**. Salvador. Disponível: <https://especiais.correio24horas.com.br/destinos/vitoriadaconquista/cidade-cult/>. Acesso: 13/04/2021

LGBT E PROSTITUTAS DENUNCIAM VIOLÊNCIA. **Memorial da Democracia**. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-08/em-decisao-historica-stf-derruba-restricao-de-doacao-de-sangue-por-homossexuais.html>. Acesso: 28/05/20.

MARGLIN, S. A.; SCHOR, J.B. **The Golden Age of Capitalism**: Reinterpreting the Postwar Experience, Oxford University Press, 1992. Disponível em: <https://global.oup.com/us/catalog/general/subject/Economics/History/?&ci=9780198287414>. Acesso: 11/02/2020.

MEMÓRIA MUSICAL DO SUDOESTE DA BAHIA. **Wigwam**: a memória musical do Cine Madrigal. Disponível em: <https://memoria.distintivoblue.com/2019/11/wigwam-memoria-musical-do-cine-madrigal.html>. Acesso: 13/04/2021.

MEMORIAL PERÍCLES GUSMÃO. **Memorial da Ditadura**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/pericles-gusmao-regis/>. Acesso: 20/10/2020.

MILITANTE LGBT, TRAVESTI É MORTA COM TRÊS TIROS NA CABEÇA EM VITÓRIA DA CONQUISTA, SUDOESTE DA BAHIA. **Globo Notícias**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/11/15/militante-lgbt-travesti-e-morta-com-tres-tiros-na-cabeça-em-vitoria-da-conquista-sudoeste-da-bahia.ghtml>. Acesso: 20/02/2121.

NARCISO EM FÉRIAS. Direção Renato Terra; Ricardo Calil. Brasil. 2020.

NOVAIS, D. Vitória dxs LGBTs de Vitória da Conquista. **Memórias e Histórias das homossexualidades**. 2010. Disponível: <https://memoriamhb.blogspot.com/2010/04/vitoria-dxs-ltbts-de-vitoria-da.html>. Acesso em 23/02/2021.

NOVAIS, D. Mensagem de Daniela Novais sobre a Parada da Diversidade em Vitória da Conquista. **Fórum Baiano LGBT**. 2010. Disponível: <http://forumbaianolgbt.blogspot.com/2010/04/mensagem-de-daniela-novais-sobre-parada.html>. Acesso: 13/04/2021.

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA. **Censo Mostre Sua Cara 2010**. Vitória da Conquista, 2010.

O QUE NINGUÉM NUNCA EXPLICOU PARA VOCÊ SOBRE O MOVIMENTO LGBT. **IGay**. Disponível em: <https://igay.ig.com.br/seus-direitos/2016-10-25/movimento-lgbt-guia-completo.html>. Acesso: 17/05/2019.

PAIVA, V. Como a revolta de Stonewall, em 1969, empoderou o ativismo LGBT. **Hypeness**. 2018. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2018/06/como-as-revoltas-de-stonewall-na-ny-de-1969-empoderou-o-ativismo-lgbt-para-sempre/>. Acesso: 10 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Arquivo de notícias LGBT**. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/?s=LGBT>. Acesso: 28/10/2019, 15/07/2020, 18/12/2020, 07/01/2021 e 03/03/2021.

RIBEIRO, R. Quando eu vi Lula... eu disse a Deus. **Pátria Livre**. 2018. Disponível: <https://www.elyvidal.com.br/quando-eu-vi-o-lula-eu-disse-a-deus/>. Acesso: 03/03/2021.

SILVA, Marina Cabral da. Radicais e Prefixos gregos; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/radicais-prefixos-gregos.htm>. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

SOUSA, K. S. E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais**. Disponível em: <https://antrabrazil.org/historia/>. Acesso 07/08/2020.

TV TUPI. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro/RJ. 14 de fevereiro de 1993. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tv-tupi>. Acesso: 09/02/2021.

VIVA A VIDA: HERBERT DANIEL, O AMOR E A AIDS NOS ANOS 80. Parte 1 de 3. TV Rio de Janeiro. Rede Manchete, 1988. Disponível: https://www.youtube.com/watch?time_continue=16&v=-0-mk-HW2_c&feature=emb_title Acesso: 29 de julho de 2020.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

QUESTÕES

- 1) Você já participou de alguma Organização/coletivo/grupo relativo ao movimento LGBT?
- 2) Como foi a sua inclusão nesta Organização/coletivo/grupo e/ou movimento?
- 3) Qual foi o tipo de participação ou atuação nessa Organização e/ou movimento?
- 4) Conhece as motivações de criação da Organização/grupo/coletivo/movimento que participou?
- 5) Como foi implementada essa organização/coletivo/grupo em Vitória da Conquista, seus antecedentes, o desenvolvimento, a agenda, as lutas, as dificuldades e os desafios?
- 6) Como eram as vivências e as lutas das pessoas LGBTQ + em Vitória da Conquista, de se organizarem? Houveram dificuldades? Foram superadas? De que maneira?
- 7) Como se deu a aproximação das organizações/coletivos/grupos LGBT com o poder público em Vitória da Conquista?
- 8) Antes da criação da Coordenação de políticas de promoção da cidadania e direitos LGBT, houve um processo, como foi desenvolvido esse processo? Quais eram as demandas em pauta, os obstáculos, os avanços?
- 9) Como era a atuação do Núcleo de Combate a Homofobia em Vitória da Conquista? Este núcleo estava vinculado à qual secretaria? Houve alguma reforma que propiciou a criação da Coordenação de políticas de promoção da cidadania e direitos LGBT?
- 10) Após, a criação da Coordenação de políticas de promoção da cidadania e direitos LGBT, configurando um órgão exclusivo para tratar das demandas da população LGBT na Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, o que mudou para a população LGBT, após a criação deste órgão? Quais os avanços e conquistas? A pauta, os desafios, as lutas e obstáculos encontrados nessa trajetória?
- 11) A quem ou ao o que se atribui o processo de criação da Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT?
- 12) Vitória da Conquista é primeira cidade baiana, a possuir um órgão exclusivo para a promoção dos direitos LGBT. Qual a sua opinião sobre este fato?
- 13) Como você compreende a questão da homotransfobia em Vitória da Conquista? O sentimento de discriminação é evidente ou velado? Justifique:
- 14) Atualmente qual é a sua relação com as Organizações/Coletivos/Grupos LGBT em Vitória da Conquista?
- 15) Atualmente qual a sua relação com a Coordenação de políticas de promoção da cidadania e direitos LGBT?
- 16) Gostaria de relatar alguma experiência? Algum fato? Destacar algo?
- 17) A primeira parada Gay em Vitória da Conquista, foi registrada em 2010. Qual a importância desse evento para a população LGBTQ+?
- 18) Algum relato ou lembrança que merece ser imortalizado?
 - a) Movimento, luta, representação, políticas, educação:
 - b) Carnaval, festejos, oportunidades de transgressão a norma e performatividade

APÊNDICE B - Tabela dos entrevistados

Nº.	Entrevistados	Segmento	Faixa etária (anos de idade)	Data
01	Danilo Bittencourt	Coordenador de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT (2014-2016)	25-35	20/05/2020
02	Jose Mario Barbosa dos Santos	Coordenador de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT (2017-2021)	46-55	20/07/2020
03	Miguel Arcanjo Felício de Jesus	Secretário Municipal de Desenvolvimento Social (Período: 2012-2015)	46-55	27/07/2020
04	Tieta Rodrigues	Presidente do Coletivo Finas	36-45	20/06/2020
05	1. Rosilene dos Santos Santana Sousa (Mãe Rosa d'Oxum)	Fundadora do Grupo Lésbico Safo	36-45	04/02/2021
06	Adão Albuquerque	Figura Pública	46-55	12/02/2021
07	Alexandre Damião de Jesus (Xande)	Fundador do Morgana Mix	36-45	18/02/2021
08	Paulo Pereira (Paulinho)	Fundador do Morgana Mix	36-45	18/02/2021
09	Allan Kardec	Fundador do Grupo Acrópole	36-45	19/02/2021
10	Patrícia Teixeira	Fundadora do Grupo Galera da Amizade	36-45	22/02/2021

Fonte: produção própria com base na amostragem e coleta de dados da pesquisa, 2021.

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “A luta contra a homotransfobia em Vitória da Conquista: um estudo sobre a memória da relação movimento LGBT e poder público municipal (2000 – 2016)”.⁷⁸

Neste estudo pretendemos analisar a relação movimento LGBT e poder público municipal no tocante a pauta, conquistas e obstáculos da luta contra a homotransfobia e pelos direitos civis LGBT neste município no período de 2000 a 2016.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é recuperar e reconstituir a memória da luta contra a homotransfobia em Vitória da Conquista e a relação do movimento LGBT com o poder público, no período de 2000 a 2016 a partir da memória dos atores envolvidos.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): Entrevista Semiestruturada, isto é um roteiro de perguntas abertas que dará condições ao entrevistado de responder as perguntas de forma espontânea.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação.

Este estudo apresenta risco mínimo, de origem psicológica, intelectual; emocional, como por exemplo: Possibilidade de constrangimento ao responder as perguntas da entrevista; Desconforto; Medo; Vergonha; Estresse; Quebra de sigilo; Cansaço ao responder às perguntas e Quebra de anonimato.

No entanto, serão utilizados meios para sanar e minimizar tais riscos em que o pesquisador se compromete em: Garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; Minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; Garantir que o pesquisador esteja habilitados ao método de coleta dos dados; Estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto; Garantir a não violação e a integridade dos documentos; Assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro; O pesquisador assumirá a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos; Garantir que o estudo será suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou danos à saúde do sujeito participante da pesquisa, conseqüente à mesma, não previsto no termo de consentimento; Garantir que os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização; Garantir a divulgação pública dos resultados; Garantir que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes dos participantes; Assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa; Preservar, a imagem e assegurando que os sujeitos da pesquisa não sejam estigmatizados ou percam a autoestima; Garantir que os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo e

⁷⁸ O título do estudo foi alterado para “Empunhando a bandeira colorida: memórias do movimento LGBT em Vitória da Conquista (2001 a 2016)” devido às adaptações realizadas durante o percurso.

conforme acordado no TCLE. O pesquisador, manterá arquivada as documentações e registros das coletas de dados por cinco anos, sendo destruídas após esse período.

Além disso, você tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os benefícios deste estudo são: Registrar a memória da relação entre o movimento LGBT e o poder público, na luta contra a homotransfobia em Vitória da Conquista, apresentando as futuras gerações o legado das conquistas, avanços, dificuldades e obstáculos encontrados na trajetória, para que os grupos contra hegemônicos possam encontrar espaço e tempo na história.

Será ressarcido ao participante, pelo pesquisador, todo gasto com alimentação, transporte ou qualquer outra atividade relacionada a pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma das vias será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.